

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**



**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL APLICADA AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
ESTUDO E PROPOSTA PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL**

Sandra Maria Moura Dias

Dissertação

**Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Biblioteconomia**

2015

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**



**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL APLICADA AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
ESTUDO E PROPOSTA PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL**

Sandra Maria Moura Dias

Dissertação orientada por

Prof. Doutor Rodrigo Furtado e pela Prof. Margarida Pino

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

2015

Cântico Negro

*“ "Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali..."*

José Régio [1901-1969] - *Poemas de Deus e do Diabo* (1925)

*Esta etapa é dedicada à memória da pessoa que me ensinou a compreender os livros,
a amar as suas histórias e a lutar sempre pelos sonhos.
Muito obrigada, Yolanda!
4 de Abril de 2015*

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de Siglas e Acrónimos	viii
1.Introdução ao estudo	1
1.1 Problemáticas e alternativas	2
1.2 Visão do estudo	5
1.3 Estrutura da dissertação	7
2.Metodologia do processo de investigação	9
2.1- Relevância dos métodos de investigação	9
2.2 - Escolha do tema a tratar e sua importância na atualidade	11
2.3- Definição do objeto de estudo e planeamento dos procedimentos para a fase de inquérito	12
2.4- Técnicas de amostragem e dimensão da amostra	14
2.5- Construção do questionário	16
2.6 - Percurso e contactos decorrentes da investigação	19
3.Desenvolvimento Sustentável e visão organizacional	21
3.1 – Conceito, evolução e perspectivas	21
3.1.1 – Revisão de literatura	21
3.1.2 – Evolução do conceito de “desenvolvimento sustentável”	22
3.2 – Conceitos emergentes nas organizações do século XXI	26
3.2.1 – A metamorfose das organizações	26
3.2.2 – Visão de compromisso e responsabilidade social das organizações	28
3.2.3 – Inovação pela sustentabilidade: “green marketing” e “marketing sustentável”	30
4. Sustentabilidade Ambiental e a sua aplicabilidade a sistemas de informação	34
4.1– Critérios de sustentabilidade ambiental aplicados a sistemas de informação	34
4.2 – Estratégia de sustentabilidade ambiental: uma alternativa de gestão para as bibliotecas ou simples adaptação?	38
4.3 – Os sistemas de informação e a <i>visão ambiental</i> : a realidade mundial	42
4.3.1 – As <i>bibliotecas verdes</i> : como tudo começou	43
4.3.2 – Bibliotecas sustentáveis no mundo	46
4.3.2.1 Europa	46
4.3.2.2 América	50
4.3.2.3 África, Ásia e Oceânia	51
4.4 – O papel impulsionador das associações profissionais na sustentabilidade global	53
4.4.1 – A IFLA, a <i>Declaração de Lyon</i> de 2014 e a <i>Agenda pós-2015</i> das Nações Unidas	54
4.4.2 – Grupos de trabalho em sustentabilidade ambiental para bibliotecas: ENSULIB (IFLA) e SustainRT (ALA)	55

5. As Bibliotecas Públicas em Portugal: a “revolução” emergente.....	57
5.1 – Estratégias de promoção das bibliotecas: <i>advocacy</i> e <i>markerspaces</i>	57
5.2 – A apropriação das bibliotecas públicas pela comunidade e gestão da mudança: novas tendências?.....	60
5.3 – “Biblioteca <i>Global</i> ” e “ <i>Responsabilidade ambiental</i> ” no universo das bibliotecas portuguesas.....	63
6. As Bibliotecas Públicas em Portugal e a Sustentabilidade Ambiental: resultados dos inquéritos distritais.....	67
6.1 – Caracterização do universo em estudo e metodologia de análise.....	67
6.2 – Aplicação de critérios sustentáveis na gestão de bibliotecas: o questionário.....	72
6.3 – Análise dos questionários.....	76
7. Normalização e relatórios de boas práticas ambientais.....	95
7.1 – <i>Global Reporting Initiative</i> e <i>GRI Sector Supplement for Public Agencies</i>	97
7.2 - <i>Sistema de Gestão Ambiental (SGA)</i> e ISO 14001.....	99
7.3 – Estratégia de sustentabilidade para uma Biblioteca Pública em Portugal.....	102
Considerações finais.....	105
Referências bibliográficas.....	111
Índice de Tabelas.....	121
Índice de Gráficos.....	123
Índice de Figuras.....	124
Índice de Apêndices e Anexos.....	125
Sustentabilidade Ambiental para as Bibliotecas Públicas em Portugal: proposta de guia de procedimentos	
“Ano de inclusão das bibliotecas e do acesso à informação na Agenda Pós-2015 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável” – Apêndice A	

Agradecimentos

Começo por agradecer à Doutora Margarida Pino e ao Professor Doutor Rodrigo Furtado a oportunidade para o possível desenvolvimento deste tema, ainda não investigado academicamente em Portugal: *“Sustentabilidade Ambiental em Sistemas de Informação”*.

A confiança depositada na escolha da temática a trabalhar, a orientação e a visão do caminho a percorrer, incentivando a autonomia e iniciativa, possibilitou uma aprendizagem que ficará comigo para sempre.

À Doutora Margarida, minha professora já de longa data, o meu profundo obrigado por mais uma vez partilhar a sua experiência e sabedoria.

Seria impossível não agradecer às 84 bibliotecas públicas municipais que, com a sua disponibilidade e interesse, responderam ao nosso questionário e tornaram possível o desenvolver do presente estudo. A todos os colegas bibliotecários, o meu sincero obrigado!

Agradecer também à RNBP, na pessoa da Dr.^a Margarida Oleiro, que sem saber em concreto com quem eu estaria a falar via telefone, teve a amabilidade de me fornecer esclarecimentos sobre a rede e os requisitos para as bibliotecas públicas municipais e que me foram bastante úteis para a percepção do universo em análise.

Agradecer à Dr.^a Cristina Monteiro responsável pela Biblioteca Municipal José Saramago em Loures, pela opinião sobre o tema desenvolvido e à Eng.^a Susana Camacho da Agência Intermunicipal de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, com a sua preciosa explicação sobre os processos de certificação energética para as bibliotecas públicas municipais, nomeadamente para a Biblioteca Municipal do Barreiro.

A todos os colegas bibliotecários e docentes nos EUA, Austrália, França, Alemanha, Dinamarca e Finlândia, com quem tive a oportunidade de partilhar ideias, alternativas e conhecer as suas realidades nacionais no que toca a sustentabilidade em bibliotecas, através de correio eletrónico, sempre muito disponíveis e solidários. Joachim Schopf, Petra Hauke e Elina Karioja, o meu especial agradecimento pela partilha de conhecimento.

Não poderia deixar de agradecer às duas pessoas que fazem com que tudo isto faça sentido:

Ao Daniel, por todas as noites que me disseste, “força, mais uma página mãe”.

À Bruna, por todas as vezes que me tapaste os olhos quando estava a escrever e me fizeste entender que tudo isto é muito importante, mas não é de todo, “o mais importante”.

Ao Helder, o meu amor.

Aos meus pais, Vito e Lola, por tudo.

Resumo

O presente estudo insere-se no âmbito da investigação de práticas de sustentabilidade ambiental no seio das bibliotecas públicas em Portugal, um tema ainda ausente de investigação no país.

Foi desenvolvida uma linha de pensamento que vai ao encontro dos objetivos para o *Desenvolvimento Sustentável* traçados pela Organização Mundial das Nações Unidas e pela proposta da IFLA – International Federation Libraries Association, para a inclusão das bibliotecas e da informação na Agenda pós-2015.

O levantamento de *bibliotecas verdes* em todo o mundo demonstra um número crescente, que aplica critérios de sustentabilidade ambiental na sua ação estratégica e de gestão.

Começam a surgir investigações académicas, congressos e seminários dedicados à temática, propostas de revisão dirigidas ao currículo académico nos cursos de ciências da documentação e informação. São várias as associações profissionais de biblioteca a nível mundial, que criaram grupos de trabalho e incentivam o debate sobre sustentabilidade ambiental e sobre o conceito de “*biblioteca global*”.

Para compreender a realidade portuguesa nesta matéria, foram enviados questionários a todas as bibliotecas municipais de cada distrito, tendo resultado numa amostra de 84 bibliotecas públicas.

A autora conclui com o presente estudo, que muitas bibliotecas portuguesas denotam preocupação, interesse e vontade em estruturar serviços sustentáveis e que existem já certos serviços que utilizam critérios de sustentabilidade ambiental aplicados à gestão e divulgação da sua biblioteca.

A autora acrescenta que para a devida instalação do debate e reflexão sobre a temática da sustentabilidade em sistemas de informação, seria preponderante o incentivo por parte da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e pelas Universidades portuguesas, onde são lecionados os cursos de mestrado e licenciatura em Ciências da Documentação e Informação.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; sustentabilidade ambiental; ciências da informação; bibliotecas públicas; Portugal

Abstract

This study is part of the investigation of environmental sustainability practices within public libraries in Portugal, a topic still absent from research in the country.

A line of thought that meets the goals for *sustainable development* outlined by the United Nations and the IFLA - International Federation of Libraries Association – a proposal for the inclusion of libraries and information in the post-2015 agenda.

The survey of green libraries around the world demonstrated a growing number that applies environmental sustainability criteria in their strategic and management action.

Begin to emerge academic research, conferences and seminars devoted to the theme, proposals for revision of the academic curriculum in Library Information Science. There are various library professional associations worldwide, which created working groups and encourage debate on environmental sustainability and the concept of "global library".

To understand the portuguese situation in this matter, questionnaires were sent to all municipal libraries in each district, resulting in a sample of 84 public libraries.

The author concludes with this study that there is a large number of portuguese libraries which denote concern, interest and willingness to structure sustainable services and that there are already some services that use environmental sustainability criteria applied to the management and dissemination of their library.

The author adds that, for a proper debate and reflection on this subject, it would be very important the encouragement by the Portuguese Association of Librarians, Archivists and Documentalists, as well as portuguese universities with masters and graduate courses in Library Information Science.

Key-words: sustainable development; environmental sustainability; science information; public libraries; Portugal

Lista de Siglas e Acrónimos

ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa

ALA – American Library Association

ALIA – Australian Library and Information Association

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BCSD – Board Council for Sustainable Development

BM – Biblioteca Municipal

CNUAD - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

DGLAB - Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

ECOAP - Programa de Eficiência Energética na Administração Pública

EMAS - Eco-management and audit scheme

ENDS- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

ENSULIB - IFLA Environmental Sustainability Special Interest Group

EUCLID - European Association for Library and Information Education Research

GRI - Global Reporting Initiative

IFLA – International Federation of Libraries Association

LEED - Leadership in Energy and Environmental Design

LIBER- Ligue de Bibliothèques Européennes de Recherches

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

RNBP - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

UNEP - United Nations Environment Programme

“The Library provides the capital necessary for us to understand the past and plan for the future. It is also our collective memory, as history and human experience are best preserved in writing. The Library is dedicated to the needs of its diverse communities, its advocacy and support of appropriate technology, the excellence of its collections, the commitment of its staff to its costumers, and the very highest ideals of library service.”

Gary Strong (2003)

Libraries empower people to participate in a civil society

1. Introdução ao estudo

“A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.”

Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994)

Este estudo insere-se no âmbito da investigação de práticas de sustentabilidade ambiental no universo das bibliotecas públicas (de esfera municipal) em Portugal.

O objetivo prende-se com a verificação da existência de políticas ambientais que estejam a ser aplicadas em contexto biblioteconómico e em simultâneo, apresentar um guia de procedimentos que seja aplicável às bibliotecas municipais.

Para esta análise tornou-se necessário compreender a realidade portuguesa e como se comportam as bibliotecas nesta temática. Tendo em consideração que a missão das bibliotecas públicas ao nível local se insere no formar/informar a comunidade, questionamos se essa formação/informação ao nível ambiental está de facto, a ser efetuada e se é inclusivamente, tida em consideração na gestão da biblioteca.

Para o estudo inquirimos um universo de 299 bibliotecas municipais, organizadas e contatadas por distrito. Quanto à tipologia, é importante referir que a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – RNBP, define atualmente quatro tipos de bibliotecas públicas: BM1, BM2, BM3¹ e Bibliopolis.

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas integra atualmente 208 bibliotecas públicas (à data do presente estudo), pelo que se tornou necessário inventariar todas as bibliotecas restantes que não constam da rede².

Primeiramente, pensámos que para este estudo iríamos analisar cada uma destas tipologias e definir *à priori* uma amostra estratificada, sob pena de não reunir dados fidedignos e válidos imprescindíveis ao nosso estudo. No entanto, tendo em consideração que a definição de tipologia é aplicável apenas às bibliotecas que compõe atualmente a rede e como o estudo aqui apresentado

¹ A tipologia das bibliotecas públicas municipais é determinada em função do número de habitantes por concelho, bem como por um conjunto de serviços e suas características. Os tipos BM1, BM2 e BM3 referem-se aos concelhos do continente e Região Autónoma da Madeira. Os tipos BMa, BMb e BMC referem-se aos concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Bibliopolis – uma biblioteca à escala regional e que permita servir outros públicos e outras necessidades de informação, nomeadamente em urbes universitárias.

BM1 – até 20.000 habitantes

BM2 – entre 20.000 e 50.000 habitantes

BM3 – mais de 50.000 habitantes

BMa – até 6.000 habitantes

BMb – entre 6.000 e 12.000 habitantes

BMC – mais de 12.000 habitantes

A plataforma da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas mantém a plataforma de pesquisa disponível em <http://rcbp.dglb.pt/pt/bibliotecas/bibliotecas/Paginas/default.aspx> [consult. 19 Fevereiro 2015]. 2015].

² Anexa-se ao presente estudo as listagens atualizadas da DGLAB de Fevereiro de 2015 para todas as bibliotecas públicas que constam e que não constam da rede nacional.

abrange como população todas as bibliotecas públicas municipais, avançámos para a constituição de uma amostra aleatória simplificada.

Revelou-se importante ao longo do estudo, a apresentação não apenas do problema em análise, mas também o encontrar de soluções possíveis de serem, posteriormente, colocadas em prática no contexto autárquico.

As autarquias através da implementação da Agenda 21 Local³, podem também afirmar a sua posição face à sustentabilidade ambiental, por intermédio das suas bibliotecas municipais.

“A Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), vulgarmente designada por Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, constitui um documento orientador dos governos, das organizações internacionais e da sociedade civil, para o desenvolvimento sustentável, visando conciliar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social.”⁴

As bibliotecas municipais podem demonstrar a sua atualidade e a aposta que fazem no futuro, através da prática de comportamentos mais sustentáveis e amigos do ambiente.

Para o estudo em apreciação, a análise dos dados de monitorização ambiental desde 2009 realizados à Biblioteca Municipal José Saramago, concelho de Loures, permitiu estabelecer conclusões.

A pesquisa de guias de boas práticas ambientais aplicados a bibliotecas, nomeadamente através da consulta do *Guia Ecológico para Bibliotecas Públicas* (Finlândia) e a *Política Ambiental para a Biblioteca Universitária Dom Carlos III* de Madrid (Espanha), permitiu a elaboração de um modelo de eficiência ambiental com aplicabilidade às bibliotecas municipais portuguesas.

Desta forma, este estudo que aqui apresentamos engloba duas metodologias de investigação: a primeira consubstanciada na análise das respostas ao inquérito enviado às bibliotecas municipais em Portugal, por forma a evidenciar a prática ambiental ou a sua ausência a nível nacional. A segunda, baseada na análise dos dados ambientais monitorizados na Biblioteca Municipal José Saramago e comparados com propostas de sustentabilidade postas em prática em cenário internacional, de maneira a criar uma base de procedimentos ajustável ao cenário português.

1.1 Problemáticas e alternativas

Atualmente a mudança está inerente ao mundo em que vivemos, seja no panorama social, político ou económico. A questão ambiental é também uma estrutura suscetível de mutabilidade e na maior parte das vezes, difícil de acompanhar.

A sociedade terá de fazer um esforço acrescido, no sentido de seguir recomendações internacionais e nacionais da esfera científica, para que a questão da sustentabilidade não passe de um simples conceito e ideologia.

As bibliotecas não devem ser exceção a este esforço.

³ A Agenda 21 Local ao nível municipal, consiste na criação de mecanismos que permitam o instituir de um planeamento do sistema de sustentabilidade local, através da elaboração de um plano de ação, uma visão estratégica para a região e identificando uma política de sustentabilidade local que incentive, nomeadamente a participação pública.

⁴ APA (2007, p.6)

Começaram por ser locais fechados, onde se resguardava o saber por entre as estantes e onde o *conhecimento* e a *partilha* não poderiam ser entendidos, como algo *de todos e para todos*. O tempo acabou por evidenciar o contrário e alterou estes conceitos, a forma como estes são vivenciados pelas bibliotecas e por quem nelas trabalha ou a elas recorre. Atualmente, estes espaços tendem a ser reformulados e surgem novas organizações, onde as vivências da própria comunidade ditam a mudança nas bibliotecas.

Já não são apenas os livros e as estantes, são na realidade, as *pessoas*.

*“Estes espaços visam a promoção do livro e da leitura, mas também o desenvolvimento social, cultural e da cidadania, sendo, por isso, considerados recursos estratégicos e factores competitivos na atual sociedade de informação e conhecimento. Por isso, um dos desafios é o de manter e aumentar os utilizadores destes equipamentos, descobrir e absorver a comunidade, redefinir a missão e os novos papéis.”*⁵

As bibliotecas públicas servem o público.

É nesta premissa de serviço (ao) público, que podemos questionar se a sustentabilidade ambiental se deve ou não inserir nesta preocupação.

Incluem estes espaços de partilha a mensagem ambiental na sua missão e na informação que prestam diariamente?

As bibliotecas, que pretendem atualmente uma maior amplitude na tipologia de serviços que oferecem e que apostam na agilização do acesso à informação, porque no final: informar é também educar, será que assumem na totalidade um papel baseado na responsabilidade social⁶?

Devemos considerar a sustentabilidade ambiental como uma vertente da responsabilidade cívica de qualquer organismo público, principalmente, das nossas bibliotecas?

*“A different vision of human nature leads to a different conception of enterprises, which, in its turn, has implications in the field of corporate governance, since it implies questioning enterprises’ mission and taking into account their political dimension.”*⁷

Porquê a temática da *sustentabilidade ambiental*?

Tudo o que consideramos como pequenos acessos sejam estes: a água potável, eletricidade, mobilidade, considerados como dados adquiridos do desenvolvimento ocidental e das populações, não são habitualmente questionados na nossa sociedade.

⁵ Em *O agora das bibliotecas públicas ou a biblioteca ágora: bibliotecas públicas, coworking e inovação*, o grupo de trabalho orientado pelo Professor António Carrizo Moreira no âmbito do Curso de estudos e formação para altos dirigentes da administração local realizado em Coimbra - 2012/2013, disponibilizou online a sua visão para as bibliotecas públicas do século XXI integradas numa nova estrutura de cidade as *“smart cities”*. *As Cidades Europeias Sustentáveis* é uma prerrogativa desde 2007, no âmbito da *Carta de Leipzig* assinada pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo.

⁶ Um dos fatores preponderantes na gestão de qualquer organização prende-se com a forma como é vivida a relação com os seus *stakeholders* e como esta interfere com a própria sustentabilidade organizacional. A responsabilidade perante os *stakeholders* de uma biblioteca englobará a sua responsabilidade e participação social.

⁷ Aras Guler e David Crowther na obra *Handbook of corporate governance and social responsibility* (2010, p. 41) sublinham as características das organizações empresariais: caracterizam-se pela sua dimensão universal e singular, possuem uma história, um percurso num determinado local e baseiam-se num sistema específico de valores, que deverá fazer sentido para os seus membros.

Na verdade, pequenos passos vão sendo dados no sentido de sensibilizar a população para a finitude destes bens e no sentido de incentivar as opções *limpas* ou mais *green*, em termos ambientais. Os *media* alertam diariamente através de notícias para a urgência em tomar medidas mais sustentáveis e na realidade, os governos mundiais começam agora, a não poder negar as alterações climáticas e a necessidade de travar/reformular consumos e excessos. A educação ambiental se é realizada ao nível local, através dos municípios, deveria ser extensível aos planos curriculares do ensino básico em Portugal.

O conceito de *sustentabilidade* prevê um equilíbrio entre as necessidades do presente sem o comprometer da satisfação das necessidades de gerações futuras. A ideia atual de *desenvolvimento sustentável* abarca três pilares indissociáveis:

*crescimento económico, proteção ambiental e progresso social.*⁸

“There is a profound paradox here. On the one hand, the twenty-first century is widely heralded as the era of sustainability, with a rainbow alliance of government, civil society and business devising novel strategies for increasing human welfare within planetary limits. On the other hand, the evidence is that the global human enterprise rapidly becoming less sustainable and not more. Much has been achieved - but is it enough? Are global trends towards sustainability or away from it? Have the concepts of sustainability and sustainable development offered a coherent basis for change?” (Adams, 2006, p.3)

Debatemos o direito de *acesso à informação*, discutimos a *exclusão social*, incentivamos a *literacia*, questionamos em que consiste e até onde vai o domínio da *esfera pública*, aprendemos com exemplos estrangeiros a *advocacia* dos serviços que prestamos ao público, implementamos novos espaços na biblioteca apelando à criatividade de quem nos procura - os *makerspaces*. Mas não falamos de sustentabilidade ambiental aplicada a bibliotecas. Não deveríamos?

Este estudo assenta na perceção da necessidade em discutir e refletir a aplicabilidade de critérios e práticas ambientais às bibliotecas públicas em Portugal, um tema ausente de discussão até à data.

Pretendemos aferir se existem, ou não, bibliotecas municipais que apliquem com, ou sem conhecimento de causa, critérios ambientais na sua gestão diária.

Concluir qual o entendimento dos profissionais de biblioteca para a relevância de iniciar a criação de grupos de trabalho ou fóruns de discussão sobre a temática, partilha de ideias nomeadamente através de organizações estrangeiras, pesquisa de incentivos nacionais ou internacionais.

Não se pretende com este estudo, apenas levantar questões para o debate sobre a importância destas matérias, mas também apresentar alternativas e soluções a este universo de bibliotecas, que se pretendem cada vez mais interventivas e participativas na própria sociedade para quem se destinam.

A certificação ambiental será uma alternativa para as bibliotecas públicas?

Porque não elaborar *Guias de Procedimentos Ambientais* aplicados às bibliotecas?

As bibliotecas públicas devem assumir-se agora, como um foco desta *nova era* assente na sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável, nesta emergência de formar o cidadão para a sua participação total na sociedade civil e demonstrar que a cidadania, pode ser algo que se

⁸ W. M. Adams é docente de Conservação e Desenvolvimento na Universidade de Cambridge no Reino Unido e autor da obra *The future of sustainability: re-thinking environment and development in the twenty-first century* (2006).

constrói diariamente, que se encontra ao alcance de todos e principalmente, através das bibliotecas.

Esta é a minha visão para as bibliotecas.

1.2 Visão do estudo

No decorrer da planificação do presente estudo, ao observar experiências estrangeiras e após a revisão de literatura que surge nesta viragem de século sobre *bibliotecas verdes*, não pude deixar de me questionar sobre qual é a realidade portuguesa nesta temática.

As *green libraries* ou *bibliotecas verdes* correspondem a um novo movimento que, se no início, abrangia um conjunto de características associadas à construção do próprio edifício da biblioteca, rapidamente passou a constituir-se em simultâneo, como um conjunto de atitudes e comportamentos.

Rapidamente passou a ser a mensagem de “educação para a cidadania”, com a aposta no conhecimento e controlo nos gastos internos em prol do funcionamento da própria biblioteca, justificando também que a própria vida financeira da instituição passa pela sustentabilidade dos seus gastos.

Esta é uma nova forma de gestão associada ao espaço e que, começa também a possibilitar uma outra forma de abordagem a novos públicos e um reformular da imagem da biblioteca, ou seja: um possível conceito de marketing através da sustentabilidade ambiental segundo Hauke e Werner (2013).

*“Meanwhile efforts in “greening libraries” can be noticed all over the world from the United States or Australia, from China to Russia, from Germany to Croatia, to name but a few. Beside the international level with ENSULIB, the IFLA Environmental Sustainability Special Interest Group, there are few national initiatives like the US and in Australia, but many local initiatives from mostly public libraries but also national libraries starting and fostering the “Green Library Movement.”*⁹

Verificamos a crescente participação das bibliotecas públicas norte americanas, através da *Task Force of Environment* da ALA ou as bibliotecas australianas com a participação ativa da ALIA e o incentivo à certificação LEED¹⁰.

Observamos o eclodir de grupos específicos de discussão de temas ambientais aplicados ao universo biblioteconómico, através do ENSULIB da IFLA¹¹.

⁹ HAUKE, GRUNWALD e WILDE (2014, p.1)

¹⁰ A certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é o principal sistema mundial de certificação em construção sustentável e tem como objetivo a implementação de boas práticas de eficiência energética e de construção sustentável nos edifícios, desde a sua conceção, construção e manutenção, sendo também aplicado à reabilitação de edifícios existentes. Em Portugal apenas se encontra certificado o IISBE (International Initiative for a Sustainable Built Environment) um sistema de certificação voluntário, sedado no Canadá e que conta com os contributos e participação de 16 países na promoção de práticas sustentáveis, nomeadamente através do sistema de avaliação de sustentabilidade o SBTToolPT.

¹¹ A IFLA – International Federation of Libraries Association, aprovou a *Declaração sobre bibliotecas e desenvolvimento sustentável*, na sequência do encontro de 24 de Agosto de 2002 em Glasgow – Escócia. Na verdade, encontra-se em aberto já para o Congresso de 2015 a realizar em Cape Town – África do Sul – a receção de intervenções sob o tema *Green transformation for sustainable development*, na sequência da

Debate-se nos países nórdicos, a importância de uma certificação ambiental generalizada às bibliotecas públicas e qual é, na realidade, a responsabilidade das instituições arreigada à mensagem de *educação ambiental* e simultaneamente como *ferramenta de marketing*.

Debatem-se critérios e escolhas, não apenas no que respeita a arquitetura de bibliotecas, mas sobre o incentivar de novos comportamentos e de uma nova abordagem visionária, daquilo que no fundo se pretende.

Surgem as “ideas stores” e encontramos locais como espaços de troca de ideias, saberes e aprendizagem onde inevitavelmente, a comunidade se *apropria do lugar* e da noção de *bem-estar*.

“The societal marketing concept requires that all marketers adhere to principals of social responsibility in the marketing of their goods and services: that is, they should endeavour to satisfy the needs and wants of their target markets in ways that preserve and enhance the well being of consumers and society as a whole”.¹²

Neste sentido, o *desenvolvimento sustentável* não poderá ser apenas um conceito no papel.

Observamos a chave tricotómica sobre a qual se debate o paradigma do desenvolvimento das novas sociedades:

economia - sociedade – ambiente

Com a crescente urgência em criar a ponte de ligação entre estes três vetores, surgiu o conceito de *sustentabilidade* ao qual se referem Rogers, Jalal e Boyd (2008):

“Sustainability is the term chosen to bridge the gulf between development and environment.”¹³

Mas podem os sistemas de informação manter in “*strictu senso*” a sua esfera de ação ao que respeita a gestão da acessibilidade informacional?

Não podem ser considerados como exemplos de uma nova forma de gestão, uma forma que assuma princípios mais *sustentáveis*, principalmente nesta atualidade em que grande parte da informação se acede através das novas tecnologias WEB?

Assistimos diariamente a interações entre:

<i>sociedade</i>	<i>públicos</i>	<i>sistemas de informação</i>	<i>responsabilidade</i>	
<i>educação</i>	<i>cidadania</i>	<i>sustentabilidade</i>	<i>participação</i>	<i>valorização</i>

Querem as bibliotecas constituir-se como um “motor” para a construção de uma sociedade mais *equilibrada e sustentável*?

Será que as bibliotecas pretendem assumir esta nova linha de ação?

Tendo em consideração os objetivos sociais e a missão que emana das bibliotecas públicas¹⁴, decidimos abarcar como ponto de partida o estudo de todas as bibliotecas municipais em Portugal.

Declaração de Lyon – On access information and development, de 2014, que incita as bibliotecas a adotarem medidas e políticas ambientalmente sustentáveis.

¹² SCHIFFMAN (2008, p.14)

¹³ ROGERS, JALAL, BOYD (2012, p. 22)

Pretendemos averiguar se existem de facto, bibliotecas municipais que denotem preocupação com a temática da sustentabilidade ambiental e se o demonstram nas suas práticas e na prestação de seus serviços.

Não nos faz sentido, restringir o estudo apenas às bibliotecas que constam da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas¹⁵, porque se o fizéssemos estaríamos a negligenciar todas as restantes bibliotecas, que ao estarem inseridas na tutela do poder local, não conseguiram em tempo útil, integrar a rede nacional.

*“A decisão política de criar uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1987, corresponde, no campo cultural, a uma intervenção marcadamente inovadora para a época, e absolutamente necessária à mudança que a realidade nacional neste sector reclamava. Nesta área como em todas as outras do sector cultural, o nosso atraso era evidente e preocupante, facto que não se pode dissociar da falta de visão sobre o papel que a biblioteca pública desempenha na sociedade”.*Figueiredo (2004, p. 61)

De facto a realidade sofreu alterações na última década, aquando deste artigo de Figueiredo (Cadernos BAD, 2004) *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para corresponder a novos desafios* – as bibliotecas públicas municipais estavam ainda no apogeu de construção e de afirmação local. Neste momento, constatamos que a afirmação terá de ser realizada a vários níveis (não apenas o cultural) e que a “visão sobre o papel que a biblioteca pública desempenha na sociedade” tem de incluir a salvaguarda de princípios em prol do *bem-estar* dessa mesma sociedade em que esta se insere.

1.3 Estrutura da dissertação

O presente estudo divide-se em duas linhas de pensamento, uma primeira linha que tenta ir ao encontro dos fundamentos do *desenvolvimento sustentável* e da sua emergência nas organizações do século XXI e uma segunda linha, que pretende evidenciar a possível relação entre as bibliotecas na sua vertente de *responsabilidade social/pública* e a preservação do ambiente por intermédio do incentivo à participação ativa das suas comunidades, estreitando laços e incentivando também assim, o reconhecimento público.

No **Capítulo 2** – após o ponto respeitante à introdução, reportamo-nos à metodologia de investigação delineada para a prossecução do presente estudo. Pretendemos demonstrar a abordagem metodológica quer para a definição da amostra do universo em análise, modelo de construção de questionário e inerentes fases de inquérito.

Quanto ao **Capítulo 3** - abordamos o *desenvolvimento sustentável* e a visão organizacional, os conceitos emergentes nas organizações relacionando a visão de compromisso e de

¹⁴ Segundo as *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública* (2013 – trad. port.), é importante salientar que o papel principal definido para as bibliotecas públicas mundiais, independentemente do estágio de desenvolvimento do país de origem ou das diferenças culturais das populações, é fornecer informação por forma a contribuir para a criação de sociedades democráticas e por forma, a acessibilizar aos indivíduos “um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões”.

¹⁵ A RNBP financiou até 2007 a construção de várias bibliotecas públicas municipais, bem como, a aquisição de mobiliário e renovação de coleções e fundos documentais. Atualmente, a rede nacional prepara-se para uma nova viragem de financiamento e apoio às bibliotecas públicas, um apoio concertado e vocacionado para a implementação de novos serviços e novas formas de chegar à comunidade.

responsabilidade cívica culminando com noções de *marketing sustentável*. Torna-se relevante, compreender a importância e pertinência deste tema na atualidade e relacioná-lo com políticas de gestão organizacional.

As bibliotecas públicas municipais sendo organizações que desenvolvem um trabalho próximo da sua comunidade local e estando inseridas no município, devem ter conhecimento desta importância para as políticas de sustentabilidade ambiental e se, de facto, estas políticas existem efetivamente dentro da instituição em que estão inseridas.

Explanada a importância atual que “obriga” as organizações a incluírem na sua gestão uma mensagem de sustentabilidade, no **Capítulo 4** – definimos possíveis relações entre *sustentabilidade ambiental* e a sua aplicabilidade a *sistemas de informação*, exemplificando através da realidade mundial e demonstrando o papel da IFLA enquanto organização impulsionadora.

O contexto das bibliotecas encontra-se em mudança, mas sabemos que evoluímos com exemplos de boas práticas. A IFLA dispõe de um grupo de trabalho e discussão para as questões de sustentabilidade ambiental e tem apostado nos últimos anos, aquando dos congressos mundiais, em temas que foquem a sustentabilidade e a *aposta verde* como uma forma de sensibilizar não só as populações, mas principalmente, os governos e as entidades, de que as bibliotecas conseguem caminhar para a *auto sustentação*.

Encontram-se já em desenvolvimento, novas soluções e alternativas para a sustentabilidade ambiental a nível internacional.

A ideia base, de que se gastarmos menos e conseguirmos comprová-lo com evidências, poderá reverter em favor da nossa própria biblioteca.

Após a análise da realidade estrangeira, há que fazer o ponto de situação em Portugal.

Assim no **Capítulo 5** - vamos refletir sobre o papel das bibliotecas públicas no nosso país e compreender esta “revolução” emergente, no que respeita as novas estratégias de promoção em bibliotecas. Como é estabelecida a relação com a comunidade e quais as diferenças, que ainda hoje encontramos, entre a tradição biblioteconómica de origem francesa e a tradição anglo-saxónica?

Será que estes movimentos internos aos profissionais de biblioteca englobam o problema da sustentabilidade?

Será que passa por uma sustentabilidade financeira, mas que não foca a importância da monitorização ambiental da própria biblioteca associada ao controlo de gastos e recolha de evidências?

Para o nosso estudo, foi imprescindível questionar as bibliotecas municipais. Torna-se necessário conhecer qual a experiência que denotam sobre esta temática, qual a relevância que atribuem à sua discussão e se, na verdade, consideram ou não possível a aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental à sua biblioteca.

Na realidade, muitas bibliotecas aplicam na sua gestão diária alguns gestos/comportamentos, mas sem conhecimento que poderão monitoriza-los e divulgar posteriormente os resultados. No **Capítulo 6** - procedemos à caracterização do universo em estudo e realizamos a respetiva análise dos questionários.

Neste sentido, o presente estudo não se pretende como uma simples exposição da problemática, mas visa também, apresentar vias alternativas com novas abordagens e incentivar a criação de boas práticas.

Assim no **Capítulo 7** - abordamos regras de procedimentos visando a implementação de um guia e iremos exemplificar, não só com normalização aplicável a Portugal, mas com a estratégia possível a implementar numa Biblioteca Pública Municipal.

Como resultado final desta investigação e do trabalho desenvolvido, elaborámos uma ***Proposta de guia de procedimentos ambientalmente sustentáveis dirigido a sistemas de informação*** (Apêndice A), incentivando também a sua introdução na discussão deste *reinventar de papéis* para as Bibliotecas Públicas em Portugal.

Nesta proposta, focamos questões internas como a construção do edifício, a gestão da eficiência nos consumos energéticos, o controlo dos consumos de água, o incentivo à redução de papel e consumíveis. Da mesma forma, também mencionar a importância do exemplo transmitido pela equipa e da própria mensagem que se pretende diluir para o exterior.

A relevância do estabelecimento de parcerias, nomeadamente, com empresas locais que pretendam contribuir para a veiculação da mensagem ambiental e que patrocinem *zonas green* dentro da própria biblioteca e nos seus acessos.

Particular atenção que o trabalho a desenvolver, deverá ser realizado também em articulação com os departamentos de ambiente das várias entidades municipais. Para o efeito será sempre necessária uma auscultação sobre se existem ou não, dados de monitorização ambiental que possam servir para o desenhar de uma estratégia a implementar.

Da mesma forma que se torna imprescindível ter conhecimento da existência de uma política ambiental do município e quais os seus fundamentos.

Por fim, é importante sempre pensar que os bibliotecários, não sendo arquitetos ou especialistas em engenharia ambiental, são os gestores do seu próprio equipamento e simultaneamente gestores no acesso e na seleção de informação, seja esta referente a arquitetura, ambiente ou *design* de espaços.

2. Metodologia do processo de investigação

2.1 Relevância dos métodos de investigação

“El desarrollo metodológico de una investigación constituye una fase central e decisiva de la misma. Una vez definido el problema de investigación, es decir, una vez que sabemos qué, por qué y para qué queremos saber algo, una vez localizada la información existente sobre el problema, esto es, una vez fijado el estado de la cuestión, el investigador deberá proceder a efectuar el diseño metodológico, esto es, deberá determinar qué va a hacer y cómo va hacerlo, describiendo pormenorizadamente los materiales, métodos y estrategias, instrumentos, técnicas a emplear para la recopilación, tratamiento, análisis e interpretación de los datos así como los procedimientos a seguir.”¹⁶

Frías e Hilário (2004) na sua obra sobre *Metodologías de investigación en información y documentación* - sublinham a importância dos resultados e respetivo método científico, por forma a poderem ser verificados, reportando-lhes a relevância da validade e fiabilidade. A relação

¹⁶ FRIAS, HILÁRIO (2004, p.72)

estabelecida entre as variáveis tende a possibilitar ao investigador, a construção de um modelo ou teoria. A construção da metodologia de investigação e análise de dados deverá posteriormente permitir ao investigador, o conhecimento do universo em estudo e deverá potenciar a elaboração de conclusões.¹⁷

Tuckamn e Harper (2012) apontam a investigação como um processo sistemático de obtenção de respostas ao qual associam a validação interna e externa, como forma de avaliação metodológica.

“Reliability is used to characterize stable, consistent, and dependable research methods, instruments, data, or results. On the other hand, validity is the essential characteristic of these entities, procedures, or devices actually to measure the dimensions that they purport to measure. Scientists also use the terms objectivity and subjectivity to label research data, depending upon the degree to which observations are free of personal biases.”¹⁸

Já na década de 80, Busha e Sthepen (1980) quando se reportam à metodologia num processo de investigação com variáveis, denotam a importância da validade e da relação entre objetividade e subjetividade dos dados analisados. Para estes autores, a construção do questionário e a preparação das perguntas a colocar aos inquiridos, releva-se de extrema importância.

A forma como as perguntas são colocadas poderá condicionar as respostas, ou até mesmo a própria apetência para responder ao questionário. Existem perguntas factuais e perguntas de opinião, sendo que para os autores, estas últimas são de facto, as que culminam no final de um processo que relaciona ação/comportamentos.

Esta compreensão é muito importante, tendo em consideração a construção do nosso questionário para o estudo que nos propomos.

Na realidade, o objetivo do estudo visa compreender se existe uma factualidade de ações, mas esta, deriva consequentemente da opinião do inquirido, da intencionalidade e da sua própria visão, que influenciarão o seu lado comportamental.

Questionamos as organizações, mas não podemos nunca esquecer, que as organizações são geridas por indivíduos.

“The abilities and knowledge of the respondents must also be considered. If the targeted survey participants do not possess the experience or knowledge to respond to questions, valid data will not be collected. Similarly, if research subjects are unwilling to provide the needed information, questionnaires will be of no value. Thus, the motivational and comprehension levels of the population to be surveyed should guide the content, degree of complexity, and length of the questionnaire.”¹⁹

Os processos de investigação implicam fases estruturadas de planeamento e desenho do inquérito, definição da população, determinar a dimensão da amostra e técnica amostral a aplicar, escolher o método de recolha de dados, elaborar o questionário e seu respetivo envio, proceder à recolha e análise.

¹⁷ TUCKMAN, HARPER (2012, p 3)

¹⁸ BUSHA (1980, p.8)

¹⁹ *Op. Cit.* p. 72

Mas independentemente das fases por nós traçadas para a metodologia de investigação, temos de concordar com Campenhoudt e Quivy (2011), para quem no decorrer do processo de investigação poderão existir fases sobrepostas entre si.

Os autores definem em concreto as várias etapas intrínsecas a um processo de investigação.

Todavia há que reter, que apesar de bem definidas, as etapas e fases podem por vezes sobrepor-se e interagir. Poderão não existir momentos estanques e com limites definidos, um processo de investigação deverá ser algo contínuo mas que se constrói e reconstrói ao longo do tempo.

Neste sentido, podemos assumir três momentos: a *rutura*, a *construção* e a *constatação*.

Rutura com as falsas hipóteses que temos sobre a realidade.

Construção de novas premissas, validadas e confirmadas.

Constatação entre o ponto de partida e o ponto de chegada.

*“En réalité, une recherche concertée, n'est pas aussi mécanique, les différents actes en les différentes étapes, interagissent de manière constante.”*²⁰

2.2 Escolha do tema a tratar e sua importância na atualidade

*“Increasing opportunities to access information and participate in knowledge generation is a cultural process that is part of the basic conditions of sustainable development. Historically, the free exchange of knowledge has ensured the cultural evolution of societies. The creations of every era are based on the knowledge and contributions of those that preceded them. Increased and widespread accessibility to data, quality information, and citizen participation in the creation, analysis, production, and distribution of information allows for more transparent resource allocation and better equips citizens to feel a sense of ownership of development.”*²¹

Refletir o tema a analisar, constitui um ponto preponderante para o correto desenvolvimento do estudo. Na verdade, não bastará apenas a sua pertinência, mas também o seu carácter inovador, de forma a acrescentar novas questões e problemáticas para a discussão pública.

O conceito de *sustentabilidade* é considerado atualmente, como um mote para a subsistência e afirmação generalizada das organizações. A problemática ambiental surge no decorrer das novas preocupações a nível global, mas que não podem ser dissociadas da vida regional e local.

Fazem-se novos apelos à democracia ambiental e ao acesso à informação sobre ambiente, onde a cidadania e o respeito por um espaço que é partilhado por todos obriga a uma nova postura social.

A Convenção de Aarhus, realizada em Julho de 2014, estabelece a ponte entre “*democracia ambiental*” e “*sociedade de conhecimento*”.

A importância da transparência quer no acesso à informação ambiental, quer na forma como é efetuada a gestão destas organizações, terá repercussões na veiculação da mensagem para o público.

²⁰ CAMPENHOUDT (2011, p.15)

²¹ *Agenda 21 Culture* consultado em linha <http://www.agenda21culture.net/index.php/pt/> [30 de Março de 2015].

“A Convenção de Aarhus e o seu Protocolo são, por isso, cada vez mais relevantes para a vida quotidiana das pessoas. Podem verdadeiramente considerar-se instrumentos ao serviço das populações, merecendo, por isso, o seu reconhecimento. Coligações do setor privado, ONG e cidadãos, mas também instituições da área da ciência e da formação, organizações internacionais e governos, comprometem-se em iniciativas que estabelecem metas ambiciosas tendo em vista uma economia verde ou a promoção de um futuro sustentável.”²²

No documento final da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* no Rio de Janeiro em 2012 - *O Futuro que queremos*, é reconhecido pela comunidade internacional que uma boa governação e uma economia sustentável, requiere a participação do público, seja esta na forma de quem age ou, na forma de quem julga a ação.

Os sistemas de informação especializados nestas temáticas poderão dispor, de uma maior apetência a tentar ir ao encontro desta transparência de informação e de gestão em sustentabilidade ambiental, assumindo assim, uma vertente que lhes é intrínseca ao serviço de informação que prestam.

Mas no que concerne as bibliotecas públicas e tendo em consideração os objetivos traçados para servir a comunidade e o incentivar que reside na formação de cidadãos ativos e participativos, através da criação de hábitos de leitura e de acesso à informação, refletimos a necessidade de reformular o alcance e a formação destes novos públicos.

A *Agenda 21 para a Cultura* assume em 2015 uma nova estratégia deveras importante: a de integrar a cultura e o acesso à informação como o quarto pilar para a sustentabilidade.

2.3 Definição do objeto de estudo e planeamento dos procedimentos para a fase de inquérito

“Una vez que se preciso el planteamiento del problema, se definió el alcance inicial dela investigación y se formularon las hipóteses (o no se establecieron debido a la naturaleza del estudio), el investigador debe visualizar la manera práctica y concreta de responder a las preguntas de investigacio, además de cubrir los objetivos fijados.”²³

Revelou-se importante, verificar a existência de literatura que pudesse consubstanciar a relação entre *desenvolvimento, sustentabilidade ambiental e bibliotecas públicas*. Foi bastante revelador, perceber que em Portugal não existe nenhum trabalho ou investigação académica sobre o tema.

Em contrapartida no estrangeiro, são vários os exemplos de sistemas de informação, quer sejam estas bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias ou até mesmo bibliotecas nacionais, que se encontram em concreto a aplicar critérios de sustentabilidade ambiental. Da mesma forma, verificamos que fazem uso destes valores e princípios como veículo de marketing e que formulam teorias, levantam problemas e hipóteses, decorrentes da sua própria ação em sustentabilidade.

O processo de revisão de literatura estrangeira, incluiu a verificação de teses e monografias em repositórios académicos mundiais, a verificação de relatórios de gestão de bibliotecas estrangeiras

²² *Declaração de Maastricht* (2014, p.9)

²³ HERNANDEZ SAMPIERI, FERNANDEZ COLLADO, BAPTISTA LUCIO (2006, p. 196)

divulgados *online*, a troca de correspondência via correio eletrónico com especialistas em *bibliotecas verdes* desde os Estados Unidos da América, Alemanha, Austrália, Países Nórdicos e França. Foi com grande agrado, que verificámos a facilidade em comunicar com os colegas que apesar de distantes, partilham connosco visões e conhecimento.

Surge então assim, a necessidade de compreender a realidade portuguesa.

Foi definida a problemática em análise:

- 1) Estão as bibliotecas públicas em Portugal a aplicar critérios ambientais na sua gestão e na mensagem interna e externa?
- 2) Consideram relevante ou não fazê-lo?
- 3) Têm conhecimento do que se está a passar no estrangeiro nesta vertente?

A análise seria realizada distrito a distrito inquirindo todas as bibliotecas públicas municipais portuguesas.

Foram definidas 7 *fases* para a implementação do processo de investigação:

1ª Fase – Organização do estudo

Procedemos à inventariação de todas as bibliotecas públicas municipais, com respetivos contatos telefónicos, correio eletrónico e bibliotecários responsáveis. A lista de distritos foi organizada alfabeticamente, sendo que os contatos e o envio do questionário foi por ordem alfabética de distritos.

A análise a implementar será uma análise quantitativa, sendo importante compreender quantas bibliotecas e em que regiões do país se denotam hábitos e ações concretas no âmbito da sustentabilidade ambiental, mas também qualitativa, sendo importante compreender se os profissionais de biblioteca consideram relevante a temática e se pretendem implementar ou não serviços ambientalmente mais sustentáveis.

2ª Fase – Definição do universo de estudo e consequente avaliação da amostra

Tendo em consideração o universo total de 299 bibliotecas municipais, apesar de nem todas se encontrarem inseridas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, foram todas sujeitas ao envio do questionário.

A noção da amostra foi alcançada através do número de respondentes de 84 bibliotecas públicas municipais, que acederam responder ao nosso inquérito.

3ª Fase – Construção do questionário

O objetivo do questionário pretende auxiliar no retrato da realidade portuguesa, evidenciando as diferenças entre cada distrito e verificando a apetência das próprias bibliotecas a responder a esta nova temática.

4ª Fase – Contactos distrito a distrito

No sentido de garantir a fiabilidade dos contactos e por forma a sensibilizar a população alvo a responder ao questionário foram realizados contactos telefónicos, individualizados e biblioteca a biblioteca, prévia e deliberadamente, ao envio do questionário.

5ª Fase – Envio de questionários distrito a distrito

Foram realizadas três fases de contactos: 1ª fase iniciada ainda em Dezembro de 2014, através de contato telefónico para todas as bibliotecas; 2ª fase envio de questionário para a caixa de correio eletrónico confirmada via telefone e via endereço *online* da própria biblioteca; 3ª fase, reenvio de questionário com data limite de resposta para 30 de Abril de 2015.

6ª Fase – Receção, organização e análise de respostas

Receção de questionários, organização da informação por distrito e respectivos municípios e por grupo de respondentes. Início da avaliação das respostas e critérios de análise mais significativos a ponderar.

7ª Fase – Revisão de literatura sobre a temática, quer na vertente do desenvolvimento sustentável, quer na procura de bibliografia específica sobre sustentabilidade aplicada a sistemas de informação em Portugal e no mundo, por forma a sustentar as conclusões da investigação.

2.4 Técnicas de amostragem e dimensão da amostra

A ciência da *bibliotecologia* incita à aplicação de critérios científicos a estudos biblioteconómicos. A importância destes métodos científicos e que produzem novo conhecimento, atuam sobre a realidade e fundamentam novas decisões, avaliam serviços e estruturam objetivos. Zapopan Muela-Meza (2006, p. 9) menciona no seu artigo sobre métodos de investigação qualitativa, o trabalho desenvolvido por Mary Cutler, uma bibliotecária americana que em 1896 já acentuava a importância do estudo do perfil comunitário onde se insere a biblioteca:

“ (...)es un elemento esencial de la bibliotecologia, exhortando a las bibliotecárias y bibliotecários a ser cuidadosos alumnos de su própria ciudad...que talvez atrapen el espiritu de la vida cívica y la relacionen com la biblioteca en un todo...”²⁴

É importante refletir sobre esta noção do conhecimento da realidade para que *à posteriori*, possamos atuar sobre ela, porque será com base na inferência que fazemos do contexto português neste universo de bibliotecas públicas, que vamos definir modelos de sustentabilidade ambiental aplicáveis.

Neste sentido, quando a nossa população em estudo é demasiado ampla para a análise a efetuar e tendo em consideração que não nos é possível obter respostas do “todo”, torna-se necessário definir a amostra a inquirir.

²⁴ MUELA-MEZA (2006, p. 11) define os métodos de investigação científica como uma aliança entre dados quantitativos que nos chegam através de dados numéricos e estatísticos e dados qualitativos, que são inferidos pelo investigador, por intermédio de entrevistas e observação

A amostra deverá ter a dimensão adequada e deverá ser representativa desse mesmo “todo” em análise.

Inicialmente para a definição da amostra em estudo, a técnica amostral estratificada parecia a mais óbvia tendo em consideração a população. Mas na verdade, as BM1, BM2 e BM3 em Portugal sendo definidas em concreto pela RNBP e com o propósito de ficarem integradas na própria rede (consoante a sua tipologia) não é em si abrangente às restantes bibliotecas públicas não pertencentes à rede nacional.

Apesar destas tipologias serem originalmente definidas pela RNBP e tendo em consideração que a rede não inclui a totalidade das bibliotecas públicas municipais de Portugal, após contactos telefónicos com as bibliotecas e após a receção dos inquéritos, verificámos que mesmo assim, as próprias bibliotecas não integradas na rede nacional, se incluíam nas várias tipologias definidas pela RNBP.

De qualquer forma, para o nosso estudo optámos por uma técnica de amostragem aleatória simplificada, em que cada um dos elementos apresenta a mesma probabilidade de ser incluído na amostra.

A seleção das bibliotecas foi efetuada arbitrariamente pela própria biblioteca que, ao responder ao inquérito, se inclui como parte integrante do nosso estudo.

Segundo Connaway e Powell (2010)²⁵ a estratificação da amostra, permitiria avaliar segmentos diferentes da realidade e agregar os que encontram características idênticas. Mas tendo em atenção a informação prestada pela RNBP que a própria realidade relativamente à tipologia da biblioteca, pode não estar a ser concretizada em função do número de habitantes que serve, da qualidade dos serviços que presta ou dos recursos humanos especializados que possui. Portanto nessas circunstâncias, estaríamos a analisar realidades que poderiam, à partida, ser “realidades desviadas”.

Não podemos nós com o nosso estudo, classificar e enquadrar bibliotecas que não reúnem as especificidades definidas pela DGLAB, mas também não iremos optar por não as integrar como respondentes válidos e pertinentes.

Assim sendo, serão consideradas as respostas de ambos os grupos de respondentes: as bibliotecas pertencentes à RNBP e as bibliotecas municipais não pertencentes à RNBP.

A dimensão da amostra define também que na sua determinação devem ser considerados os limites de erro aceitáveis e relacionar a precisão e confiança desejadas para os resultados.

Assim, do total de 299 bibliotecas para uma margem de erro de 8% e um nível de confiança de 90%, o total necessário de respondentes seria de 79 bibliotecas municipais.

Conseguimos, com alguma insistência e reforço da importância da resposta, quer por correio eletrónico quer por telefone, um total de 85 bibliotecas públicas municipais respondentes (sendo que a 85ª biblioteca respondeu um mês após a data limite do terceiro envio do questionário, pelo que não foi já possível de considerar no ponto correspondente à análise de respostas).

²⁵ CONNAWAY, POWELL (2010, p. 71)

2.5 Construção do questionário

“Toda medición o instrumento de recolección de datos debe reunir três requisitos essenciais: confiabilidade, validez y objetividad.”²⁶

Para os autores Hernandez Sampieri, Fernandez Collado e Baptista Lucio (2006), a confiabilidade do método de recolha de dados deverá ter em consideração o grau de confiança e coerência das respostas, ou seja, se aquele mesmo método de investigação aplicado, num outro momento temporal se reportaria ou não a estas. Da mesma forma, a importância da validade do método, da qual poderemos retirar várias tipologias de evidência: sejam estas relacionadas com o conteúdo e forma de recolha, com os critérios aplicados ou com a própria construção.

A objetividade terá de ser considerada, esta que se obtém através do reforço da padronização da aplicação do instrumento, com todas as instruções iguais para todos os participantes e a com a avaliação criteriosa dos resultados.

Visando a criação de um método de recolha de dados dirigido às bibliotecas públicas municipais em Portugal, para a temática da sustentabilidade ambiental, foi imperioso refletir sobre qual a realidade que este método iria *à priori* encontrar.

Estariam os respondentes familiarizados com a terminologia ambiental?

Seria a novidade do tema, um incentivo à “não resposta”?

Não poderíamos desenhar empiricamente um questionário, apenas baseado em critérios que nos parecessem simplesmente válidos. Para além desta questão, foi necessário encontrar no estrangeiro, exemplos de outros métodos de recolha de dados já aplicados no cenário do desenvolvimento sustentável dirigido às bibliotecas.

A construção do questionário foi assim baseada num estudo de Elina Karioja²⁷ (anexo ao presente trabalho), tendo sido feita a respetiva adaptação de questões à realidade portuguesa quer em termos de pertinência, quer em termos de eficácia e probabilidade de resposta dos inquiridos.

As perguntas são fechadas e contemplam opções de resposta direta, sendo que a última questão é uma pergunta aberta que interpela à opinião do respondente sobre a importância do tema em análise e a uma aferência mais qualitativa.

A estrutura do questionário obedece a 5 partes fundamentais com o objetivo do entendimento sobre a temática da sustentabilidade ambiental aplicada às bibliotecas nas várias vertentes:

1ª Políticas ambientais

2ª Gestão financeira

3ª Gestão de consumos

²⁶ HERNANDEZ SAMPIERI, FERNANDEZ COLLADO, BAPTISTA LUCIO (2006, p.313).

²⁷ Elina Karioja é finlandesa e apresentou em 2013 um estudo comparativo na Universidade de Oulu de Ciências aplicadas, Programa de Serviços de Biblioteca e Informação, intitulado *Sustainability on libraries: a comparative study of ecological sustainability in IFLA WLIC 2012*. O estudo visava compreender que diferenças existiam entre as bibliotecas públicas finlandesas, no que respeita às áreas de gestão ambiental e sensibilização ambiental e as bibliotecas estrangeiras. O questionário utilizado foi entregue aos respondentes no Congresso da IFLA em Helsinkia em Agosto 2012.

4ª Divulgação da mensagem

5ª Reconhecimento da importância do tema.

O questionário foi construído em plataforma *online* e enviado o URL através de mensagem de correio eletrónico.

- a) **Gestão ambiental aplicada à gestão da biblioteca** – onde pretendemos aferir se a instituição dispõe já de uma política ambiental aplicada à gestão de funções no seu dia-a-dia, se dispõe de um grupo de trabalho nesse sentido e se existem dados de monitorização ambiental no equipamento da biblioteca.
- b) **Gestão financeira aplicada à gestão ambiental** – pretendemos aferir se no decorrer de processos de aquisição da biblioteca, se são considerados critérios de sustentabilidade ambiental ou se foram destinadas verbas para melhorias ambientais no espaço da biblioteca.
- c) **Redução efetiva do impacto ambiental da Biblioteca** – neste item, a biblioteca reconhece a importância do impacto da sua *pegada ecológica* e toma ou não em consideração, medidas no sentido de reduzir o impacto ambiental causado pelo equipamento.
- d) **Difusão ao exterior de temas ambientais** – se a biblioteca organiza eventos e partilha com outras bibliotecas temas de cariz ambiental, participando assim de uma forma ativa na difusão da mensagem ambiental à sua comunidade local e aos pares.
- e) **Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à Biblioteca** – propomos confirmar se os gestores das bibliotecas públicas em Portugal, se encontram familiarizados com o conceito de “*green library*” e se reconhecem ou não, a sua importância como forma de “revolucionar” a gestão e a mensagem que as bibliotecas públicas podem passar a nível global.

Todas as bibliotecas que responderam ao questionário identificaram-se através do nome da biblioteca e do local/região a que pertencem.

A tipologia da biblioteca também foi mencionada, bem como, a questão respeitante à construção do edifício e se esta fase implicou ou não critérios de sustentabilidade ambiental nas opções para o edificado.

Quando questionamos a biblioteca se esta tem conhecimento da existência de uma política ambiental na instituição que a tutela, estamos desta forma a verificar, o grau de conhecimento que os profissionais denotam também sobre o tema e sobre o próprio organismo público.

Obviamente, que para as bibliotecas que possuam já à partida um grupo de trabalho a dedicar-se à implementação de procedimentos sustentáveis, estas terão de denotar também conhecimento sobre a política ambiental do seu município, no caso das bibliotecas públicas municipais.

A questão financeira e as decisões que são tomadas em processos de aquisição de fundo documental ou mobiliário de biblioteca também podem ser de extrema importância. As bibliotecas vivem tempos conturbados, onde cada valor é questionado na sua importância, relevância e aplicabilidade prática.

Critérios de sustentabilidade ambiental podem e devem ser integrados nas escolhas do bibliotecário, de maneira a valorizar até mesmo as prioridades no investimento e a necessidade da própria aquisição.

O investimento poderá ser feito também a um outro nível: podem surgir opções em investir na criação de condições ambientais ao próprio espaço e ao edifício, no sentido de ir assim ao encontro da tão necessária sustentabilidade. Desta forma, a aplicação financeira poderá ser direcionada para a aquisição de aparelhos com base em energias renováveis (painéis solares), compra de torneiras automáticas para o controlo eficaz das perdas de água, colocação de lâmpadas de baixo consumo energético, reformulação dos sistemas de ventilação e ar condicionado, entre muitos outros.

E será que as bibliotecas têm conhecimento do impacto da sua pegada ecológica na sua região e no seu município?

O *impacte ambiental* poderá ser monitorizado dentro vários factores e o algoritmo formado pela interação entre estes mesmos factores, servirá para denunciar se aquela biblioteca tem conhecimento e se intervém ou não, com uma política de sustentabilidade ambiental na sua localidade.

Aspectos como a separação de resíduos e o devido encaminhamento para centros de triagem, recolha de consumíveis de impressoras, monitorização e acompanhamento de dados energéticos em contínuo para a formalização de estratégias de redução, controlo no consumo de papel e também uma correta gestão do consumo da água.

Este questionário pretende também aferir, para além dos dados mais técnicos e de monitorização, se a mensagem passa tanto internamente, para a equipa que diariamente se encontra no edifício, como para quem utiliza a biblioteca. Neste sentido, tornou-se importante questionar se as bibliotecas promovem eventos onde sejam debatidos estes temas, se é incentivada a formação específica sobre como ser ambientalmente sustentável no equipamento e se, de alguma forma, existe alguma colaboração com outras entidades ambientais.

Uma das alternativas às quais as bibliotecas podem recorrer para esta problemática da criação de soluções sustentáveis, serão contactos com entidades externas ao município mas locais e que aceitem, ser parceiras no estabelecimento de estratégias visando com isto, o encontrar de ferramentas possíveis. A biblioteca pode utilizar todos os stakeholders, mesmo os menos prováveis, para serem seus parceiros na procura da sua sustentabilidade ambiental.

Esta forma de marketing resultará tanto para a biblioteca, como para a empresa parceira.

Finalmente, para cada bibliotecário que se encontre familiarizado com esta problemática do desenvolvimento sustentável e do papel das “green libraries” no mundo e que denote uma preocupação com o tema: irá certamente corresponder uma biblioteca, que aplique princípios de sustentabilidade e que implemente medidas como as que aqui foram focadas anteriormente.

Ou será que não?

Esta análise será considerada e debatida na sua totalidade no ponto 6 do nosso trabalho – ***As Bibliotecas públicas em Portugal e a sustentabilidade ambiental: resultados dos inquéritos distritais.***

2.6 Percurso e contactos decorrentes da investigação

Tendo em consideração os vários momentos que contribuíram para a execução do presente estudo, destacamos os seguintes para a respetiva compreensão do seu desenvolvimento:

Numa primeira fase – foi elaborada uma proposta de trabalho tendo sido avaliada no que concerne a sua pertinência e viabilidade.

Foi elaborado o questionário e em Dezembro de 2014, foram contactadas todas as bibliotecas do distrito de Aveiro. Este primeiro envio do questionário iria permitir definir à partida, possíveis dúvidas ou observações nas respostas e serviria como questionário de teste.

Entre Dezembro de 2014 e Março de 2015, procedemos ao envio de todos os questionários para todas as bibliotecas municipais, tendo sido um trabalho desenvolvido individualmente por distrito. Foi necessário contactar a Direção Geral do Livro, Arquivos e Biblioteca, na pessoa da Dr.^a Margarida Oleiro, para averiguar a pertinência do número exato da população em análise.

Compreendemos a diferença numérica, entre as bibliotecas públicas municipais pertencentes à rede e não pertencentes e o desfasamento na aplicabilidade de critérios a uma possível realidade muito díspar, caso a biblioteca esteja integrada ou não na RNBP.

Numa segunda fase e paralelamente, foram recolhidas evidências estrangeiras e nacionais, do que está de facto a ser feito e de que forma se encontra a evoluir, consubstanciadas por literatura, trabalhos académicos e relatórios de gestão disponíveis *online*.

Foram contactados especialistas estrangeiros em *bibliotecas verdes*, como Petra Hauke docente na Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha) e autora da obra *The green library* (2013) entre muitas outras participações em Congressos da IFLA; Joachim Schopfel docente na Universidade Charles-de-Gaulle Lille 3 (França) e autor da obra *Vers la bibliothèque globale: l'agenda 21 dans les bibliothèques* (2014), Jens Thorhauge (Dinamarca) no âmbito da consultadoria para as bibliotecas públicas e sociedade da informação, bibliotecários dos Estados Unidos da América e Austrália (entre muitos outros colegas), tendo-se verificado que os princípios de bibliotecas verdes e a certificação ambiental fazem já parte das prerrogativas para os serviços de gestão em qualidade.²⁸

A literatura portuguesa, inexistente na temática, obrigou a uma verificação minuciosa de bases bibliográficas de bibliotecas universitárias e repositórios de teses.

A consulta de documentação e literatura específica em sustentabilidade ambiental para biblioteca, apenas se tornou possível, através de publicações estrangeiras.

O contacto de proximidade, via correio eletrónico, com todos estes especialistas permitiu o abrir de uma janela para a compreensão da extensão da sustentabilidade à área das bibliotecas no estrangeiro e para o concretizar de contactos futuros e partilha de conhecimentos.

²⁸ O trabalho que se encontra a ser desenvolvido pela ALA – American Library Association - baseia-se num projeto iniciado em 1999-2000, em New Jersey, intitulado “Libraries build sustainable communities”, numa vertente de fusão entre as bibliotecas e a comunidade em que estas se inserem. As bases fundamentais deste projeto assentam essencialmente em três conceitos chave: *economy, ecology e equity*, ou seja, a economia, a ecologia e a equidade.

Numa terceira fase, tornou-se evidente a necessidade de sustentar o presente estudo, com um exemplo concreto que servisse de ponto de partida para a elaboração do guia de procedimentos. Foi necessário solicitar autorização escrita ao Departamento de Ambiente e Transportes Municipais da Câmara Municipal de Loures, no sentido de aceder aos dados quantitativos de monitorização ambiental realizados desde 2009 à Biblioteca Municipal José Saramago em Loures. Estes dados permitiram uma reflexão sobre quais os parâmetros a incluir em medições e quais os, de fato, viáveis na realidade das bibliotecas portuguesas.

Foi também imprescindível o contacto direto com a Dr.^a Ana Cristina Monteiro, responsável pela biblioteca municipal, no sentido de esclarecer a viabilidade da aplicação de critérios ambientalmente sustentáveis, quer ao espaço, quer às próprias pessoas que nele trabalham e que o frequentam.

Numa quarta fase de trabalho e no decorrer da respetiva análise de resultados aos inquéritos enviados, foi imprescindível conhecer e analisar possíveis alternativas ambientais, quer no âmbito da certificação que existe em Portugal, quer no que respeita a normalização aplicável a empresas e organizações e ajustar a sua aplicabilidade ao universo, também organizacional, de uma biblioteca.

Desta forma, a 22 de Abril do presente ano reunimos com a Agência Intermunicipal de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, de maneira a compreender o processo de certificação energética que se encontra a decorrer desde 2010, para certificar em termos energéticos a 1^a biblioteca pública municipal portuguesa – a Biblioteca Municipal do Barreiro.

A eficiência energética no sector do Estado é uma das áreas do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), neste contexto, foi lançado o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) que pretende criar condições favoráveis para o desenvolvimento de uma efetiva política de eficiência energética na Administração Pública e alcançar um aumento da eficiência energética de 30 % até 2020.²⁹

O município do Barreiro pretende, através da Agência Regional de Energia, implementar o projeto “Conhecer e agir” (desde 2014), onde através da colocação de equipamentos de medição de consumos energéticos em contínuo, com formação e sensibilização para os técnicos municipais, poderá facilitar a realização de auditorias e traçar um caminho de poupança energética para a sua biblioteca. Ainda está na fase inicial e de projeção, mas é já um bom começo e será certamente um exemplo a seguir.

Por último, **quinta fase de desenvolvimento** do presente estudo, propor as linhas de orientação para a criação de um guia a implementar em bibliotecas municipais, que pretendam assim dar o exemplo no caminho da *sustentabilidade* e da *sensibilização*.

Para a elaboração deste guia, foi imprescindível aliar conceitos e metodologias de gestão de bibliotecas, a princípios e estratégias de gestão ambiental.

²⁹A Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013 - Aprova o *Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética* para o período 2013-2016 e o *Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis* para o período 2013-2020.

3.Desenvolvimento Sustentável e visão organizacional

3.1 – Conceito, evolução e perspectivas

3.1.1 – Revisão de literatura

Desenvolvimento sustentável é um conceito que encerra em si mesmo, muitas considerações. Na verdade, se refletirmos sobre o conceito de “desenvolvimento” e o aliarmos ao conceito de “ambiente” e “sustentabilidade” podemos, à partida, questionar sobre a forma concreta como estes interagem.

Margarida Queirós, investigadora no Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1998, remete-nos já nos finais do século XX, para este *paradigma da sustentabilidade*, enquanto problemática emergente no seio das cidades e sendo, como algo de inevitável, para a verdadeira resiliência das populações e do seu património natural e cultural.

*“Criamos muitas coisas inúteis nas nossas cidades que não servem muitos dos valores e necessidades humanas e com isso, degradamos o património natural e construído. Ora, o desenvolvimento sustentável pressupõe estratégias de preservação desse património. As técnicas para determinar as estratégias de sustentabilidade devem dirigir-se não apenas a opções particulares, racionais e empresariais, mas também atender às culturas e aspirações da população que é afetada por essas ações.”*³⁰

O desenvolvimento sustentável reflete-se no equilíbrio entre as necessidades económicas, a justiça social e o respeito ambiental, sempre com a perspetiva de garantir a qualidade de vida humana e a qualidade dos ecossistemas.

A incorreta gestão dos recursos finitos, como a água potável ou a energia oriunda de combustíveis fósseis, sem uma aposta na reutilização de recursos e criação de alternativas renováveis, apenas contribuirá para a insustentabilidade dos sistemas de vida no planeta.

A responsabilidade inerente às novas gerações, tem de ser garantida através da criação de políticas de sustentabilidade ambiental, que posteriormente e na prática, sejam devidamente aplicadas.

Para Queirós (1998, p. 137), a “capacidade de carga” de cada cidade, deve ser devidamente mensurada recorrendo às especificidades de cada região, ao tecido urbano que encerra, sendo de extrema importância a planificação sustentável visando o futuro urbano.

Peneda (2011) afirma que nos encontramos na fase de mudança de paradigma, onde o crescimento económico, cada vez mais, deve observar determinados valores e princípios ambientais. Para este autor, conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito sistémico, que deve ser analisado em três perspetivas: crescimento económico, progresso social e proteção ambiental.

Burns (2012) reafirma os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade como constituintes de ideias políticas: tal como a “democracia”, a “equidade social”, mais do que propriamente conceitos científicos exatos:

³⁰ QUEIRÓS (1998, p. 131)

*"It is important to stress that "sustainability" and "sustainable development" are political and normative ideas such as "democracy", "social justice", "equality," "liberty", etc. rather than precise and scientific concepts; as Sustainability such, they are contested and part of struggles over the direction and speed of social, economic, and political initiatives and developments."*³¹

3.1.2 – Evolução do conceito de “desenvolvimento sustentável”

O conceito de desenvolvimento sustentável é introduzido em 1987 aquando da publicação do relatório da World Commission on Environment and Development – *Our common future*, uma comissão das Nações Unidas dirigida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland.

O relatório, também intitulado de *Relatório Brundtland*, criticava o abuso por parte da humanidade, principalmente, dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, no esgotar de recursos naturais, na destruição dos ecossistemas, no desconhecimento e na falta de informação sobre processos em escalada como o aquecimento global e que culminam na deficitária relação entre o Homem e o Planeta.

Nesta altura, a questão do desenvolvimento com base na sustentabilidade, toma um novo fôlego e visa essencialmente, informar e sensibilizar para a necessidade de ações concertadas a nível global e que contribuíssem, para a reformulação na gestão dos recursos.

Assim seria possível, garantir a qualidade de vida e bem-estar às gerações futuras, sem prejudicar os sistemas ambientais ou o crescimento económico.

*"The challenge of finding sustainable development paths ought to provide the impetus - indeed the imperative - for a renewed search for multilateral solutions and a restructured international economic system of co-operation. These challenges cut across the divides of national sovereignty, of limited strategies for economic gain, and of separated disciplines of science."*³²

(Palavras de Brundtland no prefácio do *Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento*, 1987)

No Rio de Janeiro, em 1992, são novamente reforçados estes princípios com a *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento* (também chamada de *Cimeira da Terra*) tendo sido adotados por 178 países, incluindo Portugal, um conjunto de instrumentos e estratégias, que visam a prevenção da poluição na fonte, a eficaz gestão de recursos naturais, a adoção de medidas preventivas que viabilizassem a conciliação entre o desenvolvimento socioeconómico e a preservação dos ecossistemas ambientais.

Como resultado desta conferência surge a Agenda 21, que ganha uma importância notória ao nível local, tendo em particular atenção, que localmente, a interação entre a administração autárquica e a população terá de ser realizada de uma forma transparente e sistemática. Cada vez mais os cidadãos exigem viver condignamente e esta noção crescente de direitos e deveres, numa sociedade democrática, faz com que o nível de exigibilidade e transparência aos eleitos locais aumente e se torne cada vez mais visível por todos.

³¹ BURNS (2012, p. 1119)

³² ONU (1987, p. 6)

A Agenda 21 Local, contribui para a instauração de processos e estratégias que visem a implementação de medidas ambientalmente sustentáveis, mas em consonância com um trabalho desenvolvido, com e para, a comunidade. Assim, este objetivo para o novo milénio, assenta essencialmente em dimensões sociais e económicas, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, reforço da participação da comunidade nos vários setores e nos respetivos meios de execução.

“A própria necessidade das decisões serem partilhadas com as populações envolvidas e na proximidade dos problemas (princípio da subsidiariedade) reforça a importância das instâncias de administração local.”³³

Na sequência da intencionalidade promovida pelas várias cidades que visam implementar a Agenda 21 Local na Europa, a Comissão Europeia lança em 1994, a *Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*, na cidade dinamarquesa de Aalborg. Esta reunião permitiu principalmente o trabalho em conjunto entre várias cidades, tendo sido então aprovada a *Carta de Aalborg* e que contribuiu para definir seis etapas para a implementação da Agenda 21 Local:

- Avaliação dos mecanismos financeiros existentes.
- Consultas à comunidade para identificar possíveis problemas.
- Definir o conceito de coletividade sustentável.
- Avaliar estratégias alternativas de desenvolvimento.
- Estabelecer o plano de ação local a longo prazo, com etapas avaliadas periodicamente.
- Planificar e segmentar a implementação do plano.

A implementação do desenvolvimento sustentável assentava inicialmente em duas dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.

Após a *Cimeira Social de Copenhaga*, realizada em 1995, foi integrada a vertente social como terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável.

Em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo, na sequência de decisão do anterior Conselho Europeu (realizado em Estocolmo a Março de 2001) tinha acordado numa *Estratégia Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável*.

Portugal, tendo estado presente e tendo assumido a sua posição no incentivo à criação de cidades e regiões ambientalmente sustentáveis, define a *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS (2005-2015)* em 2002, no seguimento das indicações da *Cimeira mundial sobre desenvolvimento sustentável* (que decorrerá no mesmo ano, em Joanesburgo) e que desafiava mundialmente a implementação de estratégias nacionais.

Esta estratégia em Portugal permitiu uma avaliação e diagnóstico do processo de sustentabilidade alicerçada em três vertentes: a questão da evolução demográfica, as dimensões sociais, económicas e ambientais, que o próprio conceito de sustentabilidade abarca e a criação de perspetivas que possibilitassem a elaboração de uma política de desenvolvimento sustentável.

“A ENDS constitui uma oportunidade para a renovação das instituições e da cultura democrática, conferindo uma maior eficácia e transparência na implementação de novas formas de

³³ SCHMIDT (2005, p. 134)

*governança, mobilizadoras da sociedade civil, permitindo uma maior articulação com a Agenda 21 Local, melhorando a performance ao nível da elaboração, implementação, verificação e revisão.*³⁴

As medidas a implementar no país seriam:

“O Grande Desígnio que enforma a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável é o de: fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social.

E acrescentava seis pontos fulcrais para esta implementação até à meta de 2015³⁵:

1º - “explorar as **oportunidades abertas pela evolução para a sociedade do conhecimento**”.

2º - “crescimento deverá ser **menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais**, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências”.

3º - “pretende assegurar **um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente** numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo”.

4º - “contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando **ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades** e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território”.

5º - “as instituições responsáveis pela **satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social** sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do “amadurecimento” etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais”.

6º - “compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, **e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.**”

Posto isto, a questão prende-se com a actualidade.

Que esforços estão a ser realizados globalmente no sentido do desenvolvimento sustentável?

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, foi realizada em Junho de 2012 no Brasil - Rio de Janeiro e marcou os vinte anos passados sobre a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) contribuindo para redefinir a agenda política sobre desenvolvimento sustentável das próximas décadas.

³⁴ APA (2007, p. 10)

³⁵ A *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* (ENDS 2015) e o respetivo *Plano de Implementação* (PIENDS) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto documento consultado online na página da Agência Portuguesa do Ambiente em <http://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=143&sub2ref=734> [07 de Dezembro de 2014].

Nesta conferência das Nações Unidas, estiveram reunidos 190 chefes de estado e o resultado final foi um documento intitulado *The future we want*³⁶ cujos pontos se destacam:

- >Erradicação da pobreza.
- >Integração dos aspetos económicos, sociais e ambientais.
- >Criação de padrões de consumo e produção mais sustentáveis.
- >Equidade de oportunidades e inclusão social.
- >A importância da paz, segurança e direitos humanos.
- >A democracia e a boa governança como fatores preponderantes para a sustentabilidade.
- >O dar voz ativa aos cidadãos e dar-lhes acesso a informação, atualizada e pertinente sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, como forma de apelar a este mesmo desenvolvimento.
- >Envolver todos os “stakeholders” e impulsionar a criação de políticas de sustentabilidade ambiental.

O **ponto 88** promove a acessibilidade à informação e à partilha do conhecimento:

“Promote a strong science-policy interface, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, including the Global Environment Outlook, as one of the processes aimed at bringing together information and assessment to support informed decision-making;

Disseminate and share evidence-based environmental information and raise public awareness on critical as well as emerging environmental issues.” (2012, p. 17)

O **ponto 100** reafirma a importância da criação de boas práticas:

“In this regard, we urge these institutions to prioritize sustainable development through, inter alia, more efficient and effective capacity-building, development and implementation of regional agreements and arrangements as appropriate, and exchange of information, best practices and lessons learned.” (2012, p. 20)

A importância do acesso à informação e à participação de todos neste processo, é algo que tendencialmente, acabará por deixar de ser opcional.

Em Fevereiro de 2014 Portugal estabeleceu já os princípios de trabalho a desenvolver no âmbito do *Programa operacional da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos*³⁷ e no âmbito da *Estratégia Europa 2020*.

³⁶ ONU (2012)

³⁷ A versão de trabalho encontra-se disponível online em <https://infoeuropa.euroid.pt/> - [consultado a 9 de Março de 2015].

3.2 – Conceitos emergentes nas organizações do século XXI

3.2.1 – A metamorfose das novas organizações

O conceito e os princípios de sustentabilidade ambiental que surgiram no início deste século XXI provocaram o despontar para uma sensibilidade e um conhecimento acrescido de todos os cidadãos, relativamente às questões associadas à qualidade de vida e à preservação do ambiente, ao mesmo tempo que se caminha em prol do desenvolvimento da sociedade.

Esta interação entre os fatores económicos, sociais e ambientais, também conhecida como *triple bottom line*³⁸ (TBL), alia estas três dimensões e estimula as organizações a repensarem a sua atividade, serviços e produtos no mercado.

Slaper e Hall (2011, p. 4) afirmam que esta TBL foi inicialmente estudada por John Elkington na década de 90 do século XX, no sentido de definir uma “framework” que permitisse a mensurabilidade dos fatores sustentáveis aplicados pelas empresas norte-americanas.

A ideia chave assenta na medição da performance organizacional, mas com base numa relação *inter-dimensional*: “**profits, people, planet**”.³⁹

Nesta análise, a problemática prende-se na realidade, em como *medir o grau de sustentabilidade* de uma empresa ou organização, não em *como definir sustentabilidade*.

São as próprias organizações que definem as variáveis a ter em consideração e que estabelecem medições e percentagens para os vários níveis alcançados.

*“State, regional and local governments are increasingly adopting the TBL and analogous sustainability assessment Framework as decision-making and performance-monitoring tools. (...) Policy-makers want to know the cause and effect relationship between actions – projects or policies – and whether the results move society toward or away from sustainability”.*⁴⁰

Na realidade os consumidores/cidadãos estão cada vez mais alerta para os seus direitos e cada vez mais exigentes no que respeita aos produtos que consomem e os serviços que adquirem.

Toda a preocupação internacional impulsiona cada vez mais a prestação ambiental das organizações e exige a criação de estratégias e políticas ambientalmente sustentáveis. Estas estratégias no seio de organizações lucrativas começam a ser fator de concorrência, porque na verdade, ser “ambientalmente responsável” é ser também “socialmente responsável” e as organizações não podem secundarizar esta estratégia de alcance aos clientes.

As estratégias de marketing servem não apenas para segmentar o mercado que se pretende alcançar, mas também, para tornar visíveis novos princípios e visões destas novas organizações do século XXI. O *marketing green* e o *marketing sustentável* são disso mesmo um exemplo e iremos abordar estes conceitos ainda neste capítulo.

³⁸ Relação entre a dimensão económica, social e ambiental da empresa ou organização.

³⁹ SLAPER, HALL (2011, p. 4)

⁴⁰ *Op. Cit.* p. 7

Uma organização ou empresa cuja preocupação vá ao encontro do futuro da sociedade, é certamente, muito mais considerada no mercado, do que outra empresa ou organização que apenas preconize o consumo, em detrimento do equilíbrio e da sustentabilidade.

Marshall e Toffel (2005) fazem uma leitura inversa da questão da sustentabilidade e da sua aplicabilidade às organizações. Para os autores a questão reside não no estabelecimento de critérios mensuráveis de sustentabilidade, mas antes, na reflexão com base numa estrutura hierarquizada de ações que, em diferentes níveis, contribuam para a “insustentabilidade”.

A cada nível de “insustentabilidade” devem corresponder bases de orientação para as organizações e assim, estas poderão promover a elaboração de critérios sustentáveis que os possam contrapor.

A implicação que esta forma de avaliação e estrutura detém para as organizações, faz pensar que, hipoteticamente, as organizações não podem ser sustentáveis na sua totalidade e apenas contribuir parcialmente para a sustentabilidade do sistema:

“Common usage of the term sustainability implies a wide variety of units of analysis: societies, technologies, corporations, buildings, and industrial processes. Despite efforts to define a “sustainable organization” and the recent emergence of “sustainability management systems”, some argue that “individual organizations cannot become sustainable: individual organizations simply contribute to the large system in which sustainability may or may not be achieved”. We posit an intermediate view by claiming that organizations are an inappropriate unit of analysis for some sustainability hierarchy levels but appropriate for others.”⁴¹

Na verdade, as organizações tendem a reformular a sua visão e as suas estratégias de gestão, no sentido de se afirmarem ambiental e socialmente sustentáveis.

Poderá não ser um percurso fácil, mas existem já organizações em Portugal que se pautam por princípios sustentáveis e fazem desses princípios a sua bandeira e apresentação pública.

Não podemos no entanto confundir, *triple bottom line* com *greenwashing*.

Este último termo implica atualmente nas organizações, um desviar de atenções sobre a aplicação de estratégias que deveriam ser sustentáveis, mas que acabam por se demonstrar apenas formas de dissimular opções empresariais, visando assumir uma reputação no mercado que na verdade, não possuem.

Sobre esta questão irmos aprofundar no próximo ponto da nossa exposição.

⁴¹ MARSHALL, TOFFEL (2005, p. 679)

3.2.2 – Visão de compromisso e responsabilidade social das organizações

O termo *greenwashing* aparece atualmente relacionado com a utilização por parte das organizações, de supostas estratégias e da aplicação de políticas ambientalmente sustentáveis mas que na realidade, apenas contribuem para o desviar de atenções do seu verdadeiro comportamento empresarial.

No artigo de Roberts e Koeplin (2007) sobre a existência de relatórios de sustentabilidade ambiental associados a empresas portuguesas, a Global Reporting Initiative⁴² (GRI) que define as *guidelines* para a elaboração de relatórios de práticas sustentáveis, apontava que de um total de 860 empresas, apenas 5 eram portuguesas⁴³.

O relatório de sustentabilidade previne o risco da falta de transparência, ao mesmo tempo que deverá transmitir a informação necessária a todos os *stakeholders*.

Todavia este relatório deve estar em conformidade com as diretrizes definidas pela GRI.

A esta necessidade de transparência cada vez maior por parte das organizações que se pretendam afirmar como sustentáveis, associa-se a obrigação de interagir com a vertente social através de medidas de compromisso com a sociedade.

Existe assim uma evidência de *responsabilidade social*.

*“Avec le XXe siècle et la généralisation des lois et de la protection sociale, cet esprit caritatif reflue pour laisser place à des constructions législatives, conventionnelles et institutionnelles très larges. Après la Seconde Guerre Mondiale, l'apparition des firmes multinationales et leur rôle grandissant dans l'économie mondiale va reposer la question des relations entre l'entreprise et la société.”*⁴⁴

Indicamos a passagem de um *modelo de shareholder* para um *modelo de stakeholder* (Rodié, 2007, p. 16), onde a organização tem, forçosamente, de passar a considerar a sociedade em que se encontra inserida.

⁴² Consultado online <https://www.globalreporting.org/> [11 de Março 2015]

⁴³ ROBERTS, KOEPLIN (2007, p. 35)

⁴⁴ RODIÉ (2007, p.10)

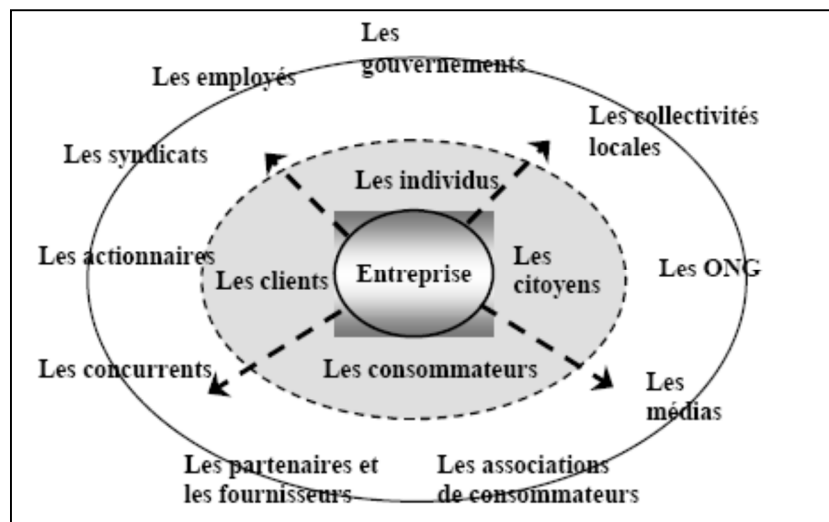


Figura 1 – Modelo de interação entre empresa e *stakeholders*

Fonte: *Responsabilité sociale des entreprises: le développement du cadre européen* - RODIÉ (2007, p. 19)

A noção da importância que os *stakeholders* assumem para a transparência e para a responsabilidade social das organizações do século XXI, assume uma atenção particular na definição constante do *Livre Verde* - Comissão Europeia (2001), onde a *justiça social* e o *dever da sustentabilidade ambiental* caminham lado a lado.

O *Livre Verde* (Ponto 12) esclarece a importância da responsabilidade social para as organizações e que, tal como a gestão da qualidade para as empresas, deverá ser considerada um “investimento e não um encargo” (p. 4-5):

“Embora a sua obrigação primeira seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objectivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações.”

Vidal e Torres (2005) distinguem três setores repercutidos nas mudanças sociais do século XXI: o setor privado, a administração pública e sociedade civil. Um novo modelo social emerge da relação entre eles: “a sociedade relacional”⁴⁵ fazendo com que cada agente social, se torne responsável pelas suas relações com o ambiente e com a sociedade.

⁴⁵ VIDAL, TORRES (2005, p. 5)

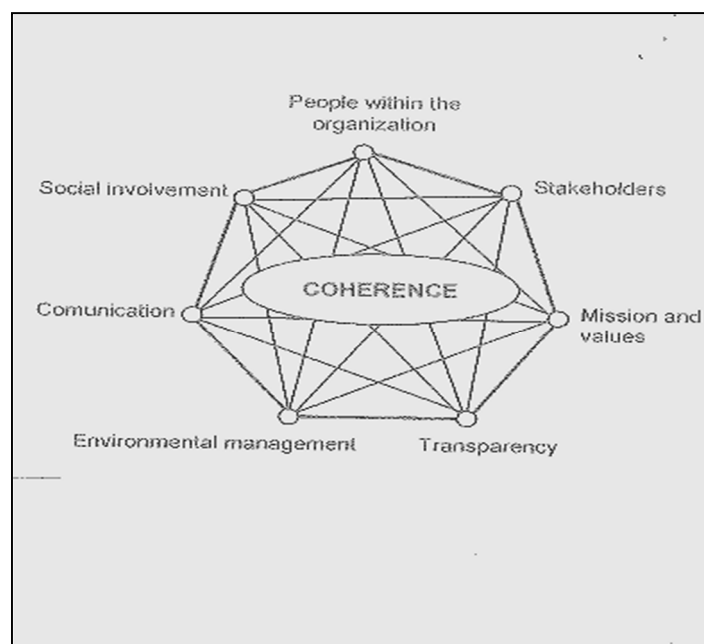


Figura 2 – Modelo de coerência para as organizações

Fonte: *The social responsibility of non-profit organisations* (trad. espanhol) – Vidal e Torres (2005, p. 14)

Para os autores, a responsabilidade social traduz-se no compromisso assumido pela organização, de acordo com os seus valores e o papel que assumiram perante a sociedade. A metodologia de análise destas organizações é uma visão sistémica do seu todo e não apenas de algum ou outro segmento.

A “*coerência da organização*”, enquanto entidade de valores, com missão e visão transparente e pública, numa gestão relacional com a sociedade “que integra” e onde “se integra”, na sua gestão ambiental, comunicacional e social envolvente, faz com que todos os fatores ditos de “responsabilidade organizacional” se resumam à existência desta coerência ou incoerência.

3.2.3– Inovação pela Sustentabilidade: “green marketing” e “marketing sustentável”

*“O tema do ambiente, depois de marginal e minoritário, foi ganhando, no decurso dos últimos trinta anos, um amplo e múltiplo direito de cidade. Das preocupações quotidianas e de longo prazo do cidadão comum, à linguagem do discurso político institucional, passando pelo proliferar de organizações cívicas, fundações, departamentos, institutos e bibliografias académicas, a multifacetada realidade da tomada de consciência colectiva acerca da crise ambiental, neste fim de século, já não se confunde com o tom de profetismo visionário e apocalíptico com que eram malevolamente contemplados, pelos seus detractores dos anos 60 e 70, os pioneiros da reflexão e intervenção ecologista e ambientalista”.*⁴⁶

⁴⁶ SOROMENHO-MARQUES (1998, p. 24)

Soromenho-Marques (1998) faz uma introdução à preocupação generalizada sobre a temática ambiental e passados dezassete anos da sua obra *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente* ou, os vinte e um anos da publicação de *Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente* (1994), somos levados a refletir, sobre a situação atual da nova linha de desenvolvimento sustentável.

As organizações, tal como vimos, estão a atravessar momentos de viragem na própria forma de gestão e na forma como se relacionam com a sociedade.

Sejam estas organizações do setor privado, sejam organizações não lucrativas, seja a Administração Pública, todos são forçados a estabelecer limites na sua atuação, nas interferências sociais e têm forçosamente de se pautar pela transparência na gestão/condução das políticas da organização ponderando, cada vez mais, o equilíbrio entre estes fatores:

sociedade transparência comunicação

As próprias estratégias de marketing começam a sofrer alterações e a denotar uma reformulação, adaptando-se a novos mercados e a novos consumidores.

A partir do momento em que as preocupações com a preservação ambiental aparecem no cenário global, com o surgir da questão global sobre alterações climáticas e quando se começou a esboçar internacionalmente medidas em prol de um desenvolvimento sustentável, também a forma como as organizações “comunicavam” e “vendiam” os seus produtos e serviços, se alterou.

De um *marketing ecológico* na década de 70 do século XX, para um *marketing ambiental* ou *green* já na década de 90, assistimos agora ao reforçar de estratégias de mercado em sintonia com uma gestão sustentável da própria organização e da imagem que esta pretende transmitir.

“Sustainable marketing is a holistic approach with the aim of satisfying the wants and needs of the customers while putting equal emphasis on environmental and social issues, thus generating profit in a responsible way.”⁴⁷

Kotler (2000) distingue entre a definição na vertente social do marketing e a vertente de gestão.

Na primeira, o marketing surge com um processo societal onde indivíduos e grupos obtêm o que querem e necessitam, criando, oferecendo e trocando produtos e serviços de valor com outros. A segunda remete-nos para a total compreensão do cliente, em que o produto encaixa perfeitamente no perfil do comprador e praticamente se vende sozinho.

No mercado, para além da troca de bens e serviços, existe sempre troca de comunicação e informação.

⁴⁷ REUTLINGER (2012, p. 23).

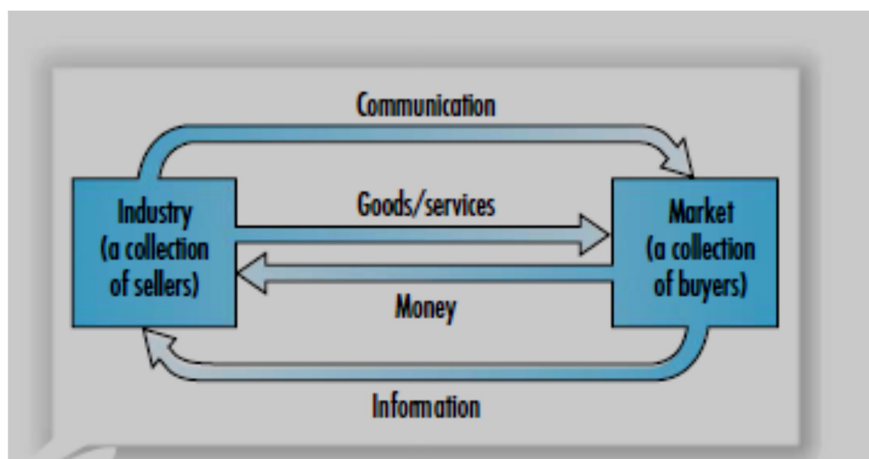


Figura 3 – Sistema simples de marketing
 Fonte: *Marketing management* - KOTLER (2000, p. 5)

A definição de um plano estratégico de marketing orientado, onde conste a missão, política, estratégia, objetivos e estabelecendo concretamente um quadro de análise (SWOT), irá permitir à organização a adaptação a novas circunstâncias de mercado.

Numa sociedade, onde a importância do desenvolvimento sustentável se encontre representada ao nível das autarquias locais, das empresas, organizações não lucrativas e do governo, este olhar estratégico para a mensagem terá sempre de passar pela sustentabilidade.

Parece paradoxal esta questão, na verdade, se o marketing impele ao consumo como poderá ser impulsionador de um consumo sustentado?

“Generally speaking, marketing has actually gone through three phases which have been oriented towards their own corresponding goals: production orientation (organizational goals), consumer orientation (consumer goals) and societal orientation (societal goals).”⁴⁸

Com a tomada de consciencialização global dos danos que determinados produtos e serviços poderiam ter para a saúde das populações, que poderiam prejudicar o ambiente, o nível de exigência do consumidor transformou-se.

Qualquer que seja a organização, terá de partir de um “pressuposto” de sustentabilidade de produção até ao produto final/serviço, que garanta ao consumidor que o ato em si de consumo é um ato livre do “peso da insustentabilidade”. Sob pena de poder não ter uma procura de mercado ao nível das expectativas.

Estes são os fundamentos do *green marketing*, o que garanta a qualidade ambiental do produto.

Para Meler e Magas (2014), entre os conceitos *sustainable marketing* e *sustainability marketing*, os autores mencionam que o marketing sustentável é o que reúne mais consenso, na medida em que ele próprio, projeta a durabilidade do próprio marketing e da relação entre este e os clientes.

Portanto, esta tipologia emergente de marketing sustentável, não se refere apenas à nova visão de uma estratégia ambiental/social que remeta para a relação com todos os *stakeholders*, mas também uma visão que ao fazê-lo, possa ser considerada uma garantia do perpetuar dessa mesma relação.

⁴⁸ MELER, MAGAS (2014, p. 6)

*"Bearing in mind the fact that marketing has, in a number of cases, largely contributed to the creation of many unsustainable habits, one can assert that its version in the form of sustainable marketing may, due to its authenticity, community and responsibility, represent its, so to say, "redemption" and classification into an extremely desirable type of business conduct which will be seen as a function of sustainable development and thus as a benefit for future generation."*⁴⁹

Perante esta linha de reflexão, em que as organizações se vêem "eticamente empurradas" para uma gestão na vertente da sustentabilidade ambiental, em que atualmente se torna cada vez mais impossível negar a urgência de circunscrever princípios e políticas sustentáveis, sublinhamos a questão:

Existirão porventura atualmente sistemas de informação, organizações que realizam a gestão de informação e cuja missão é a de disponibilizar e conservar o conhecimento, a circunscrever também princípios e políticas ambientalmente sustentáveis?

É possível estabelecer uma relação entre a imagem de sustentabilidade ambiental da biblioteca e a sua estratégia de marketing. Petra Hauke, na sua apresentação para o BOBCATSSS Barcelona 2014⁵⁰, relembra essa importância:

*"Therefore ecological sustainability should be part of the marketing strategy of the library as a socially responsible body. Even small steps in going green can have a big impact on the library image. There are infinite possibilities how to go green and how to market the library".*⁵¹

⁴⁹ *Op. Cit.* (p. 16)

⁵⁰ O BOBCATSSS consiste num simpósio anual sobre temas da ciência da informação, sendo promovido pela EUCLID (European Association for Library and Information Education Research) e organizado por alunos de pelo menos duas universidades europeias. O Simpósio de 2014 ocorreu em Janeiro, na cidade espanhola de Barcelona e foi subordinado ao tema: *"Library (r)evolution: promoting sustainable information practices"*, promovendo o ensino da sustentabilidade ambiental nos cursos superiores de Ciências de Informação.

As Universidades de Borås e de Barcelona, trabalharam em conjunto neste sentido, o de incluir o tema do desenvolvimento sustentável.

⁵¹ HAUKE, GRUNWALD, WILDE (2014, p. 6)

4. Sustentabilidade Ambiental e a sua aplicabilidade a Sistemas de Informação

4.1– Critérios de Sustentabilidade Ambiental aplicados a Sistemas de Informação

“So what about libraries? Often, when we look at the future of libraries, it is about skills and training, information technologies, literacy and user needs. Increasingly, we also reflect in terms of social policy and relation with local communities, and the focus shifts from collections to learning and coworking. Yet, until recently environment and sustainability continued to be too often excluded from future library scenarios. In fact, sustainable development is the business of the whole society, and Agenda 21 provides focus for national and local authorities of which libraries are a part.”⁵²

Com a conclusão dos *Objetivos de Desenvolvimento para o Milénio*, estipulados até 2015, surge a necessidade atual de estruturar novas formas de ação na esfera do desenvolvimento sustentável. A União Europeia definiu o ano 2015 como *Ano Europeu para o Desenvolvimento* com o propósito de informar os cidadãos europeus dos objetivos traçados pós-2015, incentivando o pensamento crítico e a participação ativa na cidadania e na tomada de decisão, num mundo globalmente mais interdependente.⁵³

Os países europeus, por intermédio da aplicação da Agenda 21 Local, podem estruturar as suas cidades e regiões, no sentido de informar e implementar medidas concertadas para o desenvolvimento sustentado.

Os sistemas de informação, como organizações que são e nomeadamente, as bibliotecas, podem fazer a diferença: através de uma gestão eficaz e de qualidade, que seja integradora de uma visão económica, social e ambiental.

Segundo Schopfel (2014) a gestão da biblioteca é mais do que ferramentas e abordagens técnicas, está intimamente relacionada com estratégia, valores, ética e sociedade.

A sociedade e o ambiente são dois vetores externos, que podem apresentar ameaças, mas simultaneamente, oportunidades para as bibliotecas.

“They play an important role in culture, education and research. Yet, beyond these traditional functions they fulfill other functions. Today, their field of action goes from information literacy, life-long learning and digital divide, to social integration, urban policy and citizenship.”⁵⁴

Schopfel menciona a obra de 1931 de Ranganathan⁵⁵ *“Five laws of library science”*, sublinhando que a biblioteca nos dias de hoje é, na realidade, um “organismo vivo” que se adapta às mudanças e exigências da sociedade.

⁵² SHOPFEL (2014, p. 272)

⁵³ A campanha apesar de ser europeia, a decorrer durante todo o ano 2015, envolve 12 áreas a serem discutidas e analisadas em vários países no mundo, estando o tema *Desenvolvimento Sustentável* em análise este Novembro de 2015.

⁵⁴ Op. Cit. (p. 270)

⁵⁵ Matemático e bibliotecário indiano (1882-1972) responsável pela Biblioteca da Universidade de Madras, estudou Biblioteconomia na College University em Londres em 1924 e a sua obra, integra a visão de que para cada livro o seu leitor e onde o conhecimento deve ser acedido por todos.

A biblioteca, apesar de localizada, estará a desempenhar através da aplicação de medidas de sustentabilidade ambiental, no seu papel intrínseco de cidadania e de incentivo à disseminação da informação: um papel como “biblioteca global”.

A Agenda 21 Local, pode ser assim aplicada às bibliotecas. Estas, como qualquer outra organização, consomem recursos, energia, água e produzem resíduos. A sua pegada ecológica existe e pode ser medida, comparada e divulgada.

Muitas bibliotecas públicas municipais não têm conhecimento, se na realidade, os municípios a que pertencem, estão integrados na Agenda 21 Local e se a aplicam.

As próprias universidades, podem aplicar a Agenda 21 ao campus, aplica-la na gestão da sustentabilidade ambiental dos seus edifícios e, conseqüentemente, nas suas bibliotecas universitárias.

Schopfel (2014) distingue quatro níveis de ação para as bibliotecas:

- a) **Tomada de consciência** – não apenas da biblioteca mas de todos os seus stakeholders.
- b) **Avaliação** – não apenas monitorizar a pegada ecológica da biblioteca, mas seguir guias de procedimentos de avaliação ambiental.
- c) **Ação** – traçar um plano de ação, muito concreto e aplicado caso a caso.
- d) **Educação** – a responsabilidade social da biblioteca não se resume aos seus utilizadores, mas aos seus funcionários, comunidade, fornecedores, todos os que intervêm na “vida” da biblioteca.

A Agenda 21 Local das Nações Unidas, define a transparência e a monitorização como fatores preponderantes no processo de avaliação de cumprimento de objetivos.

A ponderação que as bibliotecas têm de realizar na relação entre custos/benefícios, deve passar a incluir um rácio que passe também por outras questões financeiras: eficiência energética, reutilização de materiais, condições de trabalho e consequência nos recursos humanos, formação, ação educacional que esta repercute na comunidade.

O “*return on investment*” (ROI) é uma medida que pode aparentemente ser difícil de aplicar às bibliotecas, mas que na verdade, mantém atualmente a sua avaliação e readaptação ao universo biblioteconómico.

Vários são os autores que remetem para a importância da avaliação e da mensurabilidade do valor acrescentado que a biblioteca devolve à comunidade que serve.

A participação da biblioteca pública, nesta visão mais sustentável e de rigor na gestão dos seus próprios recursos e, em simultâneo, validando este “retorno de investimento” que acarreta para a sua própria localidade, faz dela uma mais-valia em qualquer contexto regional.

“Are library services having any impact overall and if so, how are people finding about it? Why does it matter? We need to know what is it possible to achieve and how, so that we can concretize our efforts where they can be seen to have an effect.”⁵⁶

A elaboração de estudos longitudinais, que apesar de se realizarem a médio/longo prazo, podem eventualmente permitir aferir num dado momento, quais as competências e necessidades da

⁵⁶ MARKLESS, STREATFIELD (2013, p. 41)

população que a biblioteca serve. Permitem assim posteriormente, numa reavaliação de utilizadores, compreender processos evolutivos em termos profissionais e de formação e até mesmo, de apetência cultural.

Salaun (2013) aponta os relatórios de 2007 norte-americanos *Worth their weight* e *Making cities stronger: public library contributions to local economic development*, como bases de reflexão para esta forma de avaliação, onde o utilizador terá de mencionar quanto está disposto a pagar pelos serviços que obtém da sua biblioteca.

A *advocacy* em bibliotecas deve percecionar esta relação entre o custo e tudo aquilo que a biblioteca permite e acrescenta de positivo/duradouro à sua comunidade.

Para isso, é imprescindível, conhecer bem os serviços e gastos da biblioteca, mas principalmente, conhecer muito bem, **o perfil da comunidade**.

É importante reter a ideia de que as bibliotecas são, na verdade, organizações, que têm de evidenciar a relação custo/benefício e que neste processo de evidência, se deve incluir a preocupação em reter princípios globalmente sustentáveis.

Estes princípios e a sua aplicabilidade e difusão irão contribuir não apenas para o desenvolvimento sustentável da região, mas também para a formação de um novo cidadão mais consciente, que segue o exemplo da sua biblioteca.

A Agenda 21 para a Cultura, pretende demonstrar que o acesso à informação é parte integrante deste percurso para a sustentabilidade, onde as bibliotecas irão inevitavelmente, assumir um papel preponderante como pontes para o conhecimento e para a criação de uma sociedade informada e sustentável.

Caraco (2008) afirma que o desenvolvimento sustentável é uma questão cultural e que as bibliotecas podem ajudar a população a entrar nesta envolvimento de “sociedade sustentável”, da mesma forma que ajudam a entrar na “sociedade da informação”.

*“La bibliothèque est un établissement culturel, qui peut aider la population à entrer dans la société du développement durable comme elle a contribué à son entrée dans la société de l’information. Elle doit d’abord le faire par l’exemplarité de ses choix et de ses comportements.”*⁵⁷

Neste sentido as estratégias de marketing a implementar pelas bibliotecas, não seriam meros registos de intencionalidade, mas baseados na estreita relação entre “o que digo” e “o que faço”.

Quanto ao edifício da biblioteca, apesar de ser um dos cernes da sustentabilidade ambiental, em que o bibliotecário deve ter um papel preponderante no controlo e acesso a monitorização e redução de consumos, implementando uma política de avaliação/ação, não é só por si o fator fundamental nas bibliotecas sustentáveis, ditas de futuro.

Na realidade, apesar de determinados projetos para a construção de novas bibliotecas com espaços assentes no *design* sustentável, estas reúnem outras competências do foro educacional e de acesso à informação e que assumem assim, porventura, um papel mais determinante até que a própria construção do edifício.

⁵⁷ CARACO (2008, p. 82)

A construção de bibliotecas para o futuro, pensando nas prerrogativas para o desenvolvimento sustentável, resultou em 2013 num projeto de colaboração entre a Dinamarca e a Austrália através das Gladsaxelibraries e de Geelong Regional Library Corporation: o relatório *“Building libraries for tomorrow”* (INELI Cohort 1 Collaborative Project Report) em que são abordados fatores chave na gestão de espaços para a construção de novas bibliotecas sustentáveis.

Os dados recolhidos representam 17 bibliotecas de 12 países do mundo (Austrália, Chile, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Noruega, Singapura, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América) e focam a implementação de medidas sustentáveis na construção de bibliotecas, nomeadamente, na aplicação de boas práticas não apenas na vertente ambiental mas também social: com a reformulação de espaços em função do utilizador e das suas necessidades.

Apesar da certificação energética, ou certificação LEED⁵⁸, tal como é designada nos países anglo-saxónicos, nomeadamente EUA e Austrália, constituir-se como um ponto de partida para a criação de bibliotecas mais ecológicas e *green*, a verdade, é que apenas isso, não confere por si só, a designação de *bibliotecas sustentáveis*.

Para Ausilio (2013) as bibliotecas podem certificar os seus edifícios, mas para se tornarem verdadeiramente, bibliotecas na senda do novo plano de desenvolvimento sustentável, terão de promover a sustentabilidade pelas suas ações, pela formação da cidadania e pelo alcance que detêm na sociedade.

*“A green library is not an exclusive club for those fortunate enough to have LEED certification. The author proposes that we shift the trend and use the term “green library” to refer to any library that promotes sustainability through education, operations, and outreach.”*⁵⁹

A biblioteca deve funcionar como um exemplo a seguir pela comunidade.

Ir além das operações de base na gestão e disponibilização da informação, mas também segundo Aldrich (2012) refletir sobre “a forma como falamos do que fazemos, as parcerias que procuramos, a tecnologia à qual providenciamos acesso e as escolhas que fazemos sobre as operações, conseguem ser tão importantes como os serviços tradicionais seja a gestão de coleções ou serviço de referência e ao utilizador.”

Uma “cultura verde aplicada às bibliotecas” segundo Schaper (2012) irá permitir-lhes ganhar uma competitividade e um estatuto social que, inevitavelmente lhes trará imensos benefícios: uma aposta na qualidade do ar interior, faturas de energia e água mais baixas, redução da produção de resíduos e do consumo de papel, decréscimo do gasto de energia e reutilização de materiais evitando assim novos gastos.

⁵⁸ A Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) assume uma extrema importância nos EUA, país que não ratificou o Protocolo de KYOTO em 1997, que entrou em vigor em 2005, alegando ser prejudicial à economia americana. Assim, é possível alegar que os edifícios públicos, se encontram a definir estratégias no sentido de diminuir a sua *pegada ecológica*, apesar da não assinatura do protocolo.

⁵⁹ AUSILIO (2013, p. 1)

Para ser devidamente implementado, é imprescindível observar três questões fundamentais:

- 1 – **Pessoas** – são as pessoas que criam a “cultura de sustentabilidade”, se a direção não estiver motivada e empenhada, a equipa da biblioteca também certamente não o estará.
- 2 – **Sentido** – a razão de ser uma “cultura de sustentabilidade” para a biblioteca deve estar visível na sua missão, visão, objetivos, políticas e valores.
- 3 – **Processo** – que operações devem ser reformuladas pela minha biblioteca, por forma a tornar-se esta, mais sustentável.

Para Ridi (2014) não podemos esquecer nunca, que as bibliotecas detêm sempre uma forte “responsabilidade social” perante a sociedade que as financia, mas em contrapartida, não podemos negar todos os benefícios que estas bibliotecas acrescentam à própria sociedade:

“La responsabilità sociale delle biblioteche è quindi utile e sensata sia per la società, che non rischia di finanziare (anche se magari poco) una istituzione obsoleta che ormai persegue solo obiettivi propri, che per la biblioteca, che assicurandosi di essere percepita come una istituzione ancora orgânica e vitale può esigere di essere adeguatamente sostenuta dalla società stessa.”⁶⁰

4.2 – Estratégia de Sustentabilidade Ambiental: uma alternativa de gestão para as bibliotecas ou simples adaptação?

“All public policies should be constructed by balancing, in a reasonable and logical way, the recognition of citizens’ rights, institutional responsibilities, and the provisions of public services in the spirit of co-responsibility. Local governments should aim to define basic cultural services as basic rights that are afforded to all citizens, especially the most vulnerable groups and individuals, with the purpose of guaranteeing the development of their cultural capacities (rights, freedoms, and responsibilities).”⁶¹

As políticas de sustentabilidade, ou políticas ambientais, ou de desenvolvimento sustentável, permitem acima de tudo à organização a definição de estratégias e ações concretas, que visam a diminuição de danos ambientais provocados na sequência da atividade da própria organização.

Furtado (2005) reforça que a maior parte das organizações que exigem uma atitude de sustentabilidade ambiental por parte de outras instituições na sociedade, na verdade, não tomam para si comportamentos e visões em prol do desenvolvimento sustentável, tais como: universidades, agências ambientais, escolas, ONG’S.

O autor acrescenta que as principais causas da não aderência de várias organizações a práticas de sustentabilidade “estão relacionadas com modelos de governança hierárquicos”. Torna-se imprescindível, numa primeira fase, sensibilizar a tutela.

⁶⁰ RIDI (2014, p. 35)

⁶¹ Agenda 21 para a Cultura - realizou entre os dias 18 e 20 de Março de 2015 em Bilbao, Espanha, a sua 1ª Conferência UCLG Culture (United Cities and Local Governments) por forma a criar estratégias de valorização da cultura e dos processos culturais na questão global do desenvolvimento sustentável.



Figura 4 – Vetores relacionais para o conceito de *Biblioteca Verde*

Fonte: *Greening the library for sustainable development* – KUMAR (2014, p.4)

Para definirmos e optarmos por uma visão estratégica, que vá ao encontro das especificidades da biblioteca, a prerrogativa principal é o acesso à informação ambiental pelo gestor da organização, ou pelo bibliotecário responsável.

Não é possível implementar na biblioteca um guia de procedimentos sustentáveis, se a equipa não se encontrar familiarizada com conceitos chave e sensibilizada para a problemática.

A equipa terá de encarar esta nova forma de gestão como algo que não altera a funcionalidade de base de um serviço de informação, mas sim, como uma nova participação na globalidade de uma ação sustentável: **assumida por todos**.

Yousefi-Sahzabi, Sasaki e Yousefi (2014), remetem para a questão da problemática e importância da informação sobre ciência ambiental. Cada vez mais, se torna imprescindível seguir dados, monitorizar, recolher informação ambiental para poder *à posteriori* refletir, avaliar e criar linhas orientadoras exequíveis, seja qual for a instituição em causa.

As bibliotecas promovem diariamente a sustentabilidade nas suas práticas através do empréstimo de documentação e incentivando o acesso *online* no caso das bibliotecas digitais, tornando acessível a informação e abrindo portas ao conhecimento.

Muitas bibliotecas públicas, universitárias, especializadas e centros de documentação em Portugal, evidenciam pequenas práticas em prol da sustentabilidade inseridas neste novo enquadramento de desenvolvimento sustentável preconizado pela ONU, mas não têm conhecimento, que o estão a fazer na realidade e que podem ser complementadas.

Devem sistematizar essas ações, criar parcerias para as aprofundar, formaliza-las e divulga-las, incluindo-as no desenrolar de procedimentos de marketing e *advocacy* para a biblioteca.

Várias são as políticas e linhas de orientação, que os serviços de informação estruturam para a sua correta, eficaz e normalizada, prossecução de atividades:

- Política de constituição e desenvolvimento da coleção
- Política de acesso e empréstimo
- Política de qualidade
- Política de catalogação
- Política de indexação
- Política de disponibilização de conteúdos *online* (Biblioteca Nacional Digital)
- Política de aquisições

Na verdade, se observarmos a história das bibliotecas e como estas se adaptaram ao longo dos séculos a momentos distintos de evolução na forma como se organiza, acede e disponibiliza a informação, rapidamente concluímos que todas estas políticas são afinal sintomáticas desse mesmo processo adaptativo.

A definição de uma estratégia de sustentabilidade aplicada à biblioteca, para além dos princípios e da ética global que encerra em si mesma, é simultaneamente, uma nova viragem nestes tempos de adaptação.

E se na verdade, questões como a sustentabilidade e o ambiente não fazem parte integrante da formação dos bibliotecários, também há relativamente poucos anos atrás a informática não fazia parte do currículo: catálogos informatizados? Bibliotecas digitais disponíveis? Acesso móvel à informação? *Clouds*?

Adaptámo-nos.

“À la différence des questions de gestion ou de droit, celles d’environnement n’ont de place ni dans la formation initiale, ni dans la formation continue des bibliothécaires. Aucune association professionnelle n’a encore organisé de journée d’étude sur ce thème et cet article est le premier à en parler dans le BBF !”⁶²

Cada espaço é um espaço, cada edifício é um edifício e cada organização, uma organização. Logo, assim como nem todas as políticas definidas para as bibliotecas, nas várias vertentes de sistemas de informação são iguais, a política de sustentabilidade terá de ter em atenção as suas várias especificidades.

Todavia, é possível criar estratégias de ação, que em primeira linha permitam identificar as questões que devem ser alteradas ou corrigidas e que preconizem a construção de uma política de sustentabilidade a médio prazo: com a elaboração de um *guia de procedimentos ambientalmente sustentáveis ou uma carta de princípios*.

Várias são as empresas portuguesas com política de sustentabilidade ambiental disponível na web:

Caixa Geral de Depósitos
Santander

⁶² CARACO (2008, p.76)

Portugal Telecom
Nestlé
Cafés Delta
Brisa

Estas, entre muitas outras empresas, que atualmente apresentam a obrigatoriedade em dispor de uma política de sustentabilidade e apostar fortemente na sua ampla divulgação e transparência, fazem destes dois pontos, inteligentes focos para a gestão da imagem da organização.

Se pensarmos de uma forma ampla, as bibliotecas “vivem” no seio de cidades e as “smart cities” assumem atualmente, novas estratégias direcionadas a este novo conceito de urbanismo: mais inteligente, planeado e sustentável.

Porque não também projetarmos as bibliotecas como “**smart libraries**”?

Schopfel (2014, p.11) adapta este conceito e aplica-o, principalmente no que diz respeito às bibliotecas universitárias: que se pretendem ligadas, parte de uma rede, inovadoras, criativas e urbanas.

“Thus our proposal is to apply the Agenda 21 to library marketing and management, as a conceptual framework to evaluate, set goals and make decisions in libraries and information services. Not so much to reinvent libraries, but to rethink their way of working, their projects and objectives, in terms of sustainable development – this is the next challenge for library marketing and management.”⁶³

Para Schopfel (2013) a “**biblioteca global**” é parte integrante do conjunto de stakeholders envolvidos para colocar em prática a Agenda 21 (seja esta ao nível cultural, local, nacional ou internacional), citando o *slogan* das Nações Unidas: “**Think global, act local**”.

A “performance global” é para Schopfel um conceito que se apresenta sobre 5 critérios complementares:

- **Performance social:** as atividades da biblioteca e o seu impacto nos próprios trabalhadores, parceiros, fornecedores.
- **Performance societal:** as atividades da biblioteca e o seu impacto nas comunidades, autoridades locais e membros da esfera pública.
- **Performance ecológica:** as atividades da biblioteca e o seu impacto no ambiente.
- **Performance comercial:** as atividades da biblioteca e o seu impacto no serviço de qualidade e no grau de satisfação do utilizador.
- **Performance financeira:** as atividades da biblioteca e o seu impacto nos seus indicadores económicos e rácio entre custo/benefício.

⁶³SCHOPFEL (2014, p. 11)

*“For libraries, the concept of global performance is not only helpful to mark out their specific contribution to sustainable development but it is also a powerful argument for patrons, local authorities, government, sponsors, university management and so on.”*⁶⁴

As bibliotecas públicas municipais fazem parte integrante desta nova abordagem de sustentabilidade ambiental e podem fazer parte da Agenda 21, tal como propõe também Joachim Schopfel.

Muitos municípios possuem já uma política ambiental que define *à priori* a estratégia e os objetivos a seguir em termos de visão e ações complementares para a sustentabilidade.

Saberão as nossas bibliotecas que se podem integrar nessa visão de sustentabilidade do seu próprio município?

Da mesma forma, outros sistemas de informação, como as bibliotecas universitárias, podem sempre verificar, se o *campus* possui ou não uma estratégia de sustentabilidade já pré-estabelecida.

*“For librarians to become true sustainability leaders, they must rethink their operations to ensure that their actions match their message. They must identify, nurture, and support champions who will continue to improve, innovate, and integrate new green technologies and practices. Finally, they must inform and educate the public about their practices and explain how they apply throughout the community.”*⁶⁵

4.3 – Os sistemas de informação e a *visão ambiental*: a realidade mundial

Ao abordarmos o tema do desenvolvimento sustentável e do conceito de sustentabilidade aplicado à biblioteconomia, tornou-se evidente a necessidade de compreender a realidade mundial nesta matéria.

Estão as bibliotecas no mundo a assimilar e a utilizar critérios ambientais e linhas orientadoras, de maneira a dotarem as suas organizações de formas de gestão integradas nesta nova visão sustentada?

Não só se encontram a planificar e a incluir nos seus procedimentos internos práticas de sustentabilidade ambiental, como visam acima de tudo a certificação de edifícios e a divulgação destes procedimentos como forma de marketing institucional.

Este novo enfoque das bibliotecas para a questão ambiental não se resume a uma região do globo ou continente.

Se cedo começaram a surgir nos países anglo-saxónicos, como os EUA, Austrália e Canadá, grupos de profissionais que debatiam a questão e que problematizavam o papel de cidadania que as bibliotecas devem assumir para a sociedade, rapidamente, o tema se alastrou até ao continente Europeu, Ásia e África. Podemos atualmente, com segurança afirmar, que em todos os continentes

⁶⁴ SCHOPFEL (2013, p. 4)

⁶⁵ BARNES (2012, p. 10)

do mundo, existem bibliotecas que implementam procedimentos sustentáveis na sua gestão, tenham estas, edifícios passíveis de certificação ambiental, ou não.

Um novo paradigma se avizinha para as bibliotecas e para as organizações.

Na verdade, se todas as bibliotecas pretendem pertencer à sua comunidade, servir os seus interesses e necessidades de informação e conhecimento, têm inevitavelmente que integrar uma nova visão mais sustentável.

“The sustainability of libraries can be evaluated according to the relationship established between the values added and their costs.”⁶⁶

A ideia e sensibilidade de um conjunto de profissionais, aliou-se às diretrizes das organizações mundiais e no espaço temporal de 20 anos, o tema da sustentabilidade ambiental e do papel ativo que as bibliotecas podem assumir na sua divulgação e implementação, tomou novo fôlego.

Tendo em consideração que o tema é relativamente novo e que principalmente na Europa, as bibliotecas começaram a trabalhar o tema há cerca de 10 anos, torna-se importante compreender como tudo começou e quais, na realidade, as bibliotecas que se encontram a praticar, a certificar e a divulgar, os seus planos para a nova agenda pós 2015 no âmbito do desenvolvimento sustentável.

4.3.1 – As bibliotecas verdes: como tudo começou

“The Movement emerged in the early 1990s and gained popularity in the library profession around 2003. It is comprised of a growing number of librarians, libraries, cities, towns, college and university campuses committed to greening libraries by reducing their environmental impact on the planet. This innovation is happening by building green library buildings, by greening existing library facilities, providing green library services, and embracing environmentally supportive and sustainable practices within the library.”⁶⁷

Antonelli (2008) escrevia o artigo sobre bibliotecas verdes nos Estados Unidos da América e mencionava já uma fase posterior à inicial: a fase que preconizava a assimilação do tema por outras partes do globo.

Mas na verdade, 40 anos antes, já outros autores e profissionais começavam a revelar preocupações ambientais na gestão diária da sua biblioteca.

Gerir um serviço de informação de ambiente seria certamente diferente de gerir um serviço de informação que aplica critérios de sustentabilidade ambiental nas suas ações e eventos promocionais.

Assim, autores como Armstrong (1971), interligava o conceito “environment” quer à informação ambiental que constava na biblioteca, quer ao ambiente que a própria biblioteca transmitia aos

⁶⁶ ANGLADA (2014, p. 604)

⁶⁷ ANTONELLI (2008, p..2)

seus utilizadores, tornando-se o local de encontro e de disseminação do conhecimento e da educação pró-ambiente.

“The library is more, however, than an environmental materials center and a viewing room; it is itself an environment.” Armstrong (1971, p. 3)

Em 1991 um grupo de profissionais da Biblioteca de Berkeley, na Califórnia (EUA) e profissionais da biblioteca da Universidade de Idaho, decidiram investir na publicação de um jornal que visava a promoção da literacia ambiental, mas no meio biblioteconómico americano.

A ideia seria a construção de uma base para um fórum entre bibliotecários, consultores, associações, grupos, educadores e indivíduos, onde pudessem ser debatidas ideias e procedimentos a aplicar nas bibliotecas em articulação com as suas comunidades e públicos.

Em Janeiro de 1992 é publicado o primeiro número de *The Green Library Journal: Environmental Topics in the Information World*, que contava com a forte participação da ALA e do seu recente criado grupo de discussão – *Task Force on Environment*.

Mas a verdadeira explosão de documentos e tentativas de implementação de procedimentos e respetiva divulgação, surge já após o ano 2000.

O *Movimento Americano para as Comunidades Sustentáveis* nesse mesmo ano, reforça a ideia de que as bibliotecas: constituem-se como pilares fundamentais para a construção dessas mesmas comunidades informadas, ativas e sustentadas.

Proliferam as páginas web com iniciativas “green” vocacionadas para as bibliotecas e o *United States Green Building Council*, decide lançar um sistema de avaliação e certificação energética e para o *design* sustentável de edifícios.⁶⁸

As categorias de avaliação de bibliotecas e dos seus edifícios seriam:

- a) Localização
- b) Consumo de água
- c) Eficiência Energética
- d) Materiais
- e) Qualidade do ar interior
- f) Inovação e design

Como o próprio processo de certificação implica alterações/correções de parâmetros e infraestruturas com vista a obter avaliação positiva, o percurso desenvolvido e a aplicação de novos procedimentos faz com que as bibliotecas possam realizar *upgrades* aos seus níveis de sustentabilidade, complementando através da redução de consumos.

Começamos, neste período, a observar um movimento a favor da construção e reabilitação de edifícios “green” para as bibliotecas.

⁶⁸ O sistema LEED prevê um sistema de atribuição de 100 pontos de base: bibliotecas certificadas (40 pontos); bibliotecas com menção prata (50 pontos); bibliotecas com menção ouro (60 pontos) e biblioteca platina (mais de 80 pontos).

A IFLA publica em 2002 o “*Statement on libraries and sustainable development*” e nesse mesmo ano, a Europa começa a despertar para o tema da sustentabilidade em bibliotecas, aquando da publicação do relatório ambiental da Biblioteca Pública de Helsinkia – Finlândia. Neste relatório segundo Karioja (2013) verifica-se especial atenção para o papel desenvolvido pela biblioteca no que toca a separação de resíduos para reciclagem, eficiência energética, acessos e meios de transporte e aquisições.

Em 2009 é criado o ENSULIB – Environmental Sustainability and Libraries – da IFLA e são realizadas, a partir dessa data, sessões recorrentes de esclarecimento sobre sustentabilidade ambiental em bibliotecas.

Este passa a ser o ano considerado de charneira para a IFLA, sendo que a partir desta data todos os congressos passam a incluir apresentações e chamadas de atenção para a temática da sustentabilidade ambiental, que começa a ter uma importância inegável.

Paralelamente ao que encontramos nos EUA, também na Austrália, foi crescendo a preocupação com a criação de bibliotecas mais sustentáveis.

Em 2010 a ALIA estabelece os fundamentos da ALIA Sustainable Libraries Group, promovendo encontros, fóruns e conferências sobre a participação das bibliotecas em projetos de sustentabilidade.

Na República Checa, em 2012 é realizado o 16º Seminário da *LIBER- Ligue de Bibliothèques Européennes de Recherches - Architecture Group* em Praga, contemplando temas ao redor das chamadas “green libraries”.

Em 2013 é publicado o livro “*The green library*”, através da “IFLA publication series” – vol. 161, sendo resultado de um projeto de investigação e trabalho dos alunos de Ciências da Informação da Universidade Humboldt em Berlim, cobrindo casos de todo o mundo e verificando boas práticas a implementar nas bibliotecas, ao mesmo tempo que se incentivam os profissionais a iniciar projetos de sustentabilidade.⁶⁹

No espaço de dois anos (2013-2015) as bibliotecas do mundo começaram a observar os seus serviços, a estudar os seus edifícios, a planear novos métodos de eficácia na sua gestão de consumos e a implementar novas estratégias de divulgação desta nova imagem:

Tailândia, Japão, Arábia, Bangladesh, Índia, Nigéria, México, Espanha, França, Alemanha, entre muitos outros países.

Observamos uma explosão de bibliotecas sustentáveis e assistimos a um crescente número de artigos sobre qual o seu papel neste novo século. Não se trata apenas de bibliotecas públicas, mas também bibliotecas universitárias que acompanham projetos de sustentabilidade do próprio *campus* universitário e bibliotecas especializadas que formalizam critérios ambientais na sua divulgação de serviços.

Assim, estas “bibliotecas verdes” fundamentam os seus princípios nestes quatro pontos:

⁶⁹ O documento eletrónico organizado por Petra Hauke, Karen Latimer e Klaus Ulrich Werner poderá ser consultado parcialmente através do Google Books.

1. Na sua **missão** – transmitir conhecimento e incentivar cidadania.
2. Com a aposta na **tecnologia** – a aliança entre a arquitetura, a engenharia e a biblioteconomia é possível de concretizar.
3. Com o uso da **imagem** – serem reconhecidas as novas bibliotecas do século XXI.
4. Implementando a **sustentabilidade** – com o incentivo do investimento e da criação de parcerias para a eficiência energética é possível readaptar espaços e consumos.

Em 10 anos, rapidamente o conceito de “bibliotecas verdes” deixa de se basear especialmente em parâmetros de construção sobre o edifício que alberga a biblioteca, transformando-se num conjunto de boas práticas e marketing que por sua vez, re-transforma estas organizações em “bibliotecas sustentáveis”:

“It becomes more and more obvious that to re-use and adapt an old building to transform it to a library is not necessarily a case of a bad substitute or a less-than-ideal solution. Librarians should be more open-minded for the sustainability of re-use and should focus on the chance of transform an adaptable building to a high-level ecological-friendly library. To accept an old building may be the first step to reduce the library’s ecological footprint”.⁷⁰

4.3.2 – Bibliotecas sustentáveis no mundo

Atualmente somam já um número considerável, as bibliotecas no mundo que diariamente optam por seguir procedimentos ambientalmente sustentáveis.

Tendo perfeita noção que a todo o instante este número aumenta, porque cada vez mais, as bibliotecas compreendem que não podem assumir uma postura de indiferença à questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, apresentamos de seguida algumas que nos parecem relevantes para a perceção da globalidade que este tema começa a integrar.

4.3.2.1 Europa

*“Vallila library defines itself as a green, environmentally friendly library **that has created four steps program in order to improve sustainability.***

***The first step** is to inform customers about library’s commitment to environmental issues.*

***Second**, customers need to have an easy access to environmental information. In Vallila, they have gathered all eco-related books into one shelf and at the same place can be found brochures made by the environmental center. The library also cooperates with the private organization Kuinoma (Like Your Own), which enables a new kind of loaning, including possessions like skis, cameras and tools.*

***The third step** is to organize events relating to environment **and fourthly**, set a good example to other libraries that many more libraries could consider themselves as green and affect to the opinions of customers and policymakers.”⁷¹*

⁷⁰ HAUKE (2011, p. 7)

⁷¹ KARIOJA (2013, p. 11)

Elina Karioja na tese apresentada na Universidade de Oulu na **Finlândia**, aborda o projeto nacional finlandês sobre a “Sustentabilidade Ambiental em Bibliotecas” e o papel ativo da Biblioteca Pública de Helsinkia no incentivo ao desenvolvimento de boas práticas ambientais em bibliotecas.⁷²

Foi realizado um estudo nacional a todas as bibliotecas públicas em Fevereiro de 2012, financiado pelo Ministério da Educação e Cultura Finlandês “*The aim of the whole project that started already in 2011 was to develop and improve sustainability of the public libraries in Finland*” (Karioja, p. 13).

O estudo assenta em 6 questões de base:

- > **Reutilização e reciclagem**
- > **Eficiência Energética**
- > **Sensibilização Ambiental**
- > **Política de Aquisições**
- > **Rede de acessibilidades**
- > **Gestão de Resíduos**

O projeto resultou num *manual de práticas ecológicas* dirigido às bibliotecas públicas finlandesas, o qual serviu também de referência para o presente estudo.

Mas se a Finlândia é um dos países onde a aposta governamental ao nível das bibliotecas públicas abrange a sustentabilidade, outros países europeus e suas bibliotecas seguem-lhe o exemplo.

Podemos mencionar o caso da Biblioteca Pública Fran Galovic em Koprivnica na **Croácia**, que desde o início de 2013, através da criação de uma rede local com outros stakeholders da comunidade, implementa critérios de sustentabilidade ambiental nas suas práticas.

Não se trata apenas de ações e procedimentos internos, mas de uma eficaz estratégia de divulgação e marketing que acaba por alastrar os seus conceitos à sociedade.

Em **França**, a primeira biblioteca que aplicou os critérios nacionais franceses estabelecidos pela HQE (Haute Qualité Environmental) foi a Biblioteca Universitária Robert de Sorbon em Reims que abriu ao público em 2006. Os objetivos na idealização da sua construção sustentável assentavam na eficiência energética, na gestão eficaz do consumo de água, na qualidade do ar interior e no conforto acústico.

Rapidamente outras bibliotecas universitárias seguiram em França estes critérios: a Universidade do Havre em 2006 e a Universidade de Versalhes em 2010.

A mediateca de Béziers na região do Languedoc em França também é um exemplo de uma biblioteca sustentável que integra critérios de eco construção, eco gestão e conforto.

Para a Biblioteca do cantão de Bâle-Campagne no Liestal na **Suiça** a utilização a iluminação natural contribui para uma correta gestão do consumo de energia, a ventilação que contribui para a redução do uso de ar condicionado no edifício e a água da chuva que recuperada é reutilizada para a gestão do wc da biblioteca.

Estas simples estratégias de recuperação energética e de água da chuva são também utilizadas nas bibliotecas de Augsburg e de Ulm na **Alemanha**.

⁷² Na Finlândia, o próprio curso universitário no âmbito da gestão da informação prevê um seminário sobre “Green Thinking” (Karioja, 2013, p. 11).

Henning (2009) menciona que a Biblioteca Central de Ulm entre Estugarda e Munique, construída em 2005 pelo arquiteto Gottfried Bohm na antiga vila, contribuiu para o levantar de várias questões devido à sua estrutura piramidal em ferro. Mas o objetivo principal de sustentabilidade ambiental, com a captação de energia solar e o refrescamento do edifício através de tubagens de água, foi claramente conseguido.

Estas características impostas aos edifícios, são complementadas por políticas e estratégias locais de sustentabilidade ambiental.

No caso da **Dinamarca** é importante refletirmos sobre o seguinte parágrafo de Nieegard (2013) na sequência da sua participação na obra *“The green library”*, onde esta se referia à importância da questão da sustentabilidade ambiental para as bibliotecas públicas no país:

“One in four Danish public libraries has a green operating policy. One in seven has taken environmental aspects into consideration in the planning of their buildings, while approximately one in six works with environmental aspects in other contexts – for instance communication.”

A Biblioteca Pública de Amesterdão na **Holanda**, devido às características planas do terreno, criou ciclovias de acesso ao equipamento, incentivou o aumento de transportes públicos que incluíam no seu percurso a biblioteca e que facilitem a deslocação de utilizadores e providenciou um estacionamento seguro para 2000 bicicletas⁷³.

A Biblioteca da Queen’s University em Belfast (**Irlanda**) para além da facilidade de parquear as bicicletas dos utilizadores, a sua imagem de marketing verde assenta no estacionamento para veículos híbridos e elétricos com possibilidade de carregamento de baterias.

No **Reino Unido**, a plataforma digital Designing Libraries⁷⁴ surge em 2004 com fundos do Museums, Libraries and Archives Council (MLA):

“Designing Libraries is a gateway to the world of libraries and a source of information on all aspects of the design and use of library spaces, including virtual as well as physical spaces, with examples of practice from around the world”.

A construção de edificios sustentáveis, o incentivo à gestão eficaz do espaço e ao ecodesign são apresentados através desta plataforma que nos permite, aceder a um conjunto de diretrizes e exemplos internacionais de boas práticas em sustentabilidade para bibliotecas.

A Biblioteca Nacional escocesa disponibiliza no site⁷⁵ a sua *Política de Desenvolvimento Sustentável* que assenta nos seguintes pontos: política de desenvolvimento, energia, resíduos, transporte e aquisições.

“Sustainable development, as one of the principles of Best Value, is a shared responsibility of all staff. The Director of Corporate Services has the lead responsibility for or-ordinating the implementation of the sustainable development policy, monitoring and reporting”. (Política de Desenvolvimento Sustentável da Biblioteca Nacional da Escócia, p. 2)

⁷³ HAUKE, WERNER (2013, p. 5)

⁷⁴ <http://www.designinglibraries.org.uk/>

⁷⁵ <http://www.nls.uk/about-us/corporate-documents/sustainable-development-policy>

Em **Espanha** vários são já vários os exemplos de bibliotecas universitárias que acompanham uma estratégia de sustentabilidade ambiental exigida pela própria universidade.

A Biblioteca da Universidade de Burgos⁷⁶, que aplica um sistema de gestão ambiental baseado na ISO 14001:2004, visando implementar uma política sustentável com base no controlo operacional, auditoria interna, revisão do sistema por parte da direção, formação e sensibilização e construindo um plano de objetivos e metas a concretizar.

Da mesma forma, a Biblioteca da Universidade de Huelva⁷⁷, assume na sua página de internet as seguintes ações que está a levar a cabo, no sentido de se tornar uma biblioteca sustentável:

- a) Elaboração de um documento de boas práticas para uma biblioteca verde.
- b) Constituição de um grupo de trabalho para a sua implementação.
- c) Campanha de sensibilização para a reciclagem de papel.
- d) Aumento do número de ecopontos na biblioteca.
- e) Jornada de formação ambiental para a equipa da biblioteca.
- f) Colaboração com a disciplina de Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Huelva.
- g) Participação no Grupo de Trabalho sobre Comércio Justo no projeto “Universidades por um Comércio Justo”.

O compromisso ambiental assumido pela Biblioteca Universitária Carlos III de Madrid acrescenta:

*“Desde su creación, la Biblioteca de la Universidad Carlos III de Madrid ha estado comprometida con la sostenibilidad ambiental. Pero es ahora cuando, uniéndose a la estrategia global del nuevo equipo rectoral, se plantea el objetivo de ser una **Biblioteca Verde**, contribuyendo de forma más activa al establecimiento de políticas activas para avanzar en el respeto al Medio Ambiente y dar visibilidad a las actuaciones implantadas y en proyecto en la Universidad.”⁷⁸*

Outros exemplos estendem-se às bibliotecas das universidades de Granada e de Sevilha.

Todo este movimento que está a ser realizado neste momento pelas universidades espanholas, começa agora a fazer-se sentir também ao nível regional. As bibliotecas públicas municipais da Corunha⁷⁹ em Janeiro de 2014 inauguraram uma nova linha de ação conjunta em prol da sustentabilidade.

Criaram uma rede de informação e recursos sobre ambiente, disponível a todos que buscam mais conhecimento sobre a temática. Pretendem implementar um ciclo de debates sobre sustentabilidade disponível aos profissionais de biblioteca.

Os temas disponíveis para este primeiro semestre de 2015 são:

Janeiro – “Hortas urbanas” – Biblioteca de Castrillon

Fevereiro – “Consumo consciente: ideias práticas” – Biblioteca Ágora

Março – “Comunidades em transição” – Biblioteca Infantil Juvenil

Abril – “Consumo consciente e transformador” – Biblioteca de Rosales

Maior – “Moda sustentável” – Biblioteca de Monte Alto

⁷⁶ <http://www.ubu.es/bubu/es/inforgeneralbubu/biblioteca/biblioteca-verde>

⁷⁷ http://www.uhu.es/biblioteca/Biblioteca_Verde/Bib_Verde.html

⁷⁸ http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/biblioteca/sobre_la_biblioteca/sostenibilidad_en_la_biblioteca

⁷⁹ <http://corunain.blogspot.pt/2015/02/la-biblioteca-verde.html>

4.3.2.2 América

Os **Estados Unidos da América** são sem dúvida, os percursores das políticas ambientais para bibliotecas e da institucionalização da certificação energética e sustentável, para os seus edifícios. São já cerca de 38 as bibliotecas que implementaram procedimentos sustentáveis e que possuem já possuem certificação LEED ou que se encontram em processos de obtenção de certificação.

A consultar é sem dúvida o *Diretório de Bibliotecas Verdes* dos EUA⁸⁰ onde é possível visualizar e apreender a vasta quantidade de informação sobre o tema que é disponibilizada aos profissionais de biblioteconomia.

Selecionámos três destas bibliotecas para abordar, mais em pormenor:

- a) A Biblioteca Blair, em Fayetteville no Arkansas, foi das primeiras bibliotecas públicas no EUA a registar-se no US Green Building Council e foi a primeira do estado do Arkansas a registar-se para obter certificação LEED (tem atualmente certificação LEED Silver).⁸¹
- b) A Biblioteca Pública Central de Madison, no Wisconsin, recebeu o prémio de projeto de 2014 da Associação Americana de Serviço Público e visa atualmente a obtenção da certificação LEED Gold.⁸²
- c) A Biblioteca Pública de Westhampton no estado de Nova Iorque, com a reabilitação das canalizações e sistemas de descarga em WC conseguiu reduzir em 45% o seu consumo de água e com a instalação de painéis fotovoltaicos e ventilação, reduzir em 35% o seu consumo de energia. A biblioteca recebeu a certificação LEED Gold em Dezembro de 2010.⁸³

O **Canadá** começava também em 2010 a dar os primeiros passos no que concerne a sustentabilidade aplicada a bibliotecas.

Al e House (2010) aquando da sua participação no 76º Congresso Mundial da IFLA que ocorreu em Agosto, em Gotenburgo na Suécia, mencionavam já os esforços das bibliotecas públicas de Ontário, Calgary e Edmonton no desenvolvimento de políticas ambientais e de estratégias de divulgação dessas mesmas políticas.

Países como o **México** com a Biblioteca Vasconcelos⁸⁴, inaugurada em 2006 e projetada pelo arquiteto Alberto Kalach que pretende unificar a visão de biblioteca pública e jardim botânico ou o **Panamá** e a sua Biblioteca Pública de Boquete⁸⁵ onde a sua cúpula de cristal permite a entrada e otimização da luz solar, ou ainda o Parque Biblioteca León de Grieff ⁸⁶ inaugurado em 2007, na cidade de Medellin, na **Colômbia**, que para além da visão de sustentabilidade ambiental abraça uma visão de recuperação social e de atenuação da violência que reside nas ruas.

No **Brasil** a importância da sustentabilidade ambiental é generalizada a todas as entidades públicas e a política ambiental é implementada a nível nacional e estadual, pelo que todas as

⁸⁰ <http://www.greenlibraries.org/>

⁸¹ http://www.faylib.org/new_library/index.asp

⁸² <http://www.madisonpubliclibrary.org/green>

⁸³ <http://www.westhamptonlibrary.net/pages/building.aspx>

⁸⁴ www.bibliotecavasconcelos.gob.mx

⁸⁵ <http://www.revistalima.com.ar/?p=3408>

⁸⁶ <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-5937/parque-biblioteca-leon-de-grieff-giancarlo-mazzanti>

bibliotecas públicas possuem uma noção bastante clara, de qual o papel a desempenhar na educação e na cidadania ambiental.

4.3.2.3 África, Ásia e Oceânia

“In Asian countries the idea of Green Libraries is just beginning, since the topic how to deal and save resources gets more important worldwide. Especially in China there are reports, papers or group projects for this topic.”⁸⁷

Em **Singapura** encontramos uma biblioteca verde destinada às crianças de nome “My tree house” e a Biblioteca da Universidade de Kasetstar na **Tailândia** que possui uma certificação LEED.

Também o **Japão** se encontra bastante sensibilizado para as questões ambientais, nomeadamente após o *tsunami* de 2011 e o consequente acidente nuclear de Fukushima. Desde essa altura que as quebras de energia são repetidas e as bibliotecas começam a implementar medidas alternativas no sentido de ir ao encontro da tão desejada eficiência energética.

A Biblioteca da Universidade de Shinshu no Japão decidiu investir no acesso à informação sobre ambiente e sustentabilidade, enquanto os cinco edifícios que compõe o *campus* conseguiam certificação através da ISO 14001 e encontram-se a elaborar a sua política de sustentabilidade ambiental.⁸⁸

Da mesma forma, o processo de construção da Biblioteca de Zhengzhou na **China**⁸⁹ obedeceu a uma série de critérios ambientais, tais como: a localização no terreno, a capacidade de absorver a água da chuva, a captação de luz solar e o posterior cumprimento de ações no sentido da poupança energética.

Na **Austrália** encontramos vários exemplos de bibliotecas verdes como a Biblioteca Cooroy em Sunshine Coast⁹⁰ e a Biblioteca Universitária de Baillieu em Melbourne⁹¹.

No estado de Vitória no Sudeste da Austrália existem 79 municípios que aplicam políticas de sustentabilidade ambiental na gestão de procedimentos e na gestão de edifícios. O planeamento definido pelo Governo Vitoriano e a Associação de Municípios de Vitória, fornece informação e *guidelines* aos governos locais para a prossecução de objetivos sustentáveis quer ao nível do edificado municipal, quer ao nível das ações nas várias entidades públicas.

Foi elaborado entre 2013-14 o “*Tomorrow’s green library*” uma iniciativa deste estado australiano, com o objetivo de permitir a unicidade de estratégias sustentáveis pelas bibliotecas públicas vitorianas:

“The Tomorrow’s Green Library report will provide a valuable information guide on sustainable practices and principles for Victorian public library services considering planning to build

⁸⁷ HAUKE, GRUNWALD, WILDE (2014, p. 5)

⁸⁸ <http://www.shinshu-u.ac.jp/>

⁸⁹ WANG XUAN, LI HONGYAN (2011)

⁹⁰ <http://library.sunshinecoast.qld.gov.au/>

⁹¹ <http://www.library.unimelb.edu.au>

new or refurbishing existing library buildings. It can be used in conjunction with the publication People Places: a guide for public library buildings in New South Wales, 3rd ed. (2012). This revised edition has some relevant environmentally sustainable design information, which is covered in this report. The framework demonstrated in Tomorrow's Green Library can be used as a practical starting point for library staff when planning sustainable library design and initiatives."
(Tomorrow's green library, 2014, p. 5).

Também deveras importante e de assinalar, é a *Política de Sustentabilidade Ambiental* assumida pela Biblioteca Nacional da Austrália e divulgada na sua página *online*:

*"The National Library of Australia acknowledges the importance of protecting the environment in a sustainable manner to help reduce any damage or impact its operations and activities might have. The Library is committed to ensuring this in a sustainable, financial and technically feasible approach through the development, implementation and maintenance of an Environmental Management System."*⁹²

Na **Índia** são várias as bibliotecas universitárias que se assumem como ambientalmente sustentáveis. Chakraborty (2013) menciona a Biblioteca da Universidade de Calcutá com a aposta na recomendação de gestos sustentáveis aos seus utilizadores e a reutilização de resíduos para a criação de novos objetos com utilidade e a Biblioteca da Universidade de Mumbai aposta na otimização da luz natural.

A **Nigéria** participou no Congresso Internacional da IFLA de 2013 que se realizou em Singapura, onde expôs as iniciativas de sustentabilidade ambiental que as bibliotecas nigerianas se encontravam a desenvolver: energia solar na Universidade de Tecnologia de Akure e a Universidade de Llorin com uma política ambiental instituída.

Oyelude e Alabi (2013) mencionam uma ONG, de nome "*Nature Cares*" que iniciou um projeto em 2009 – "*Climate Change Library*" onde o objetivo principal foi o de disseminar a informação e o conhecimento ambiental nas escolas da Nigéria.

Como podemos verificar, encontramos em todos os continentes, neste preciso momento, bibliotecas a tentarem implementar medidas verdes e sustentáveis.

Acreditarmos que nos seria possível um levantamento exaustivo sobre todas as bibliotecas no mundo que se estão a dedicar à sustentabilidade e ao desenvolvimento, seria no mínimo, pouco real. A atualização terá sempre de ser feita ao momento e devidamente contextualizada, porque na verdade, a sustentabilidade em bibliotecas surge de formas distintas e em todos os momentos.

Seja porque iniciaram um processo de certificação energética e pretendem fazer alterações e correções diminuindo a sua pegada ecológica, seja porque se encontram em processos de edificação e como serão construídas de raiz existe assim a possibilidade de unir esforços e conhecimentos (biblioteconomia, arquitetura e engenharia) ou seja, porque pretendem iniciar procedimentos ambientalmente sustentáveis, criar novas condições para a biblioteca, atrair novos públicos e disseminar novos princípios e valores.

Mas o que é importante reter, é que as "green libraries" existem e cada vez mais em maior número.

⁹² *Política Ambiental* - Biblioteca Nacional da Austrália - <http://www.nla.gov.au/policy-and-planning/environmental-policy>

4.4 – O papel das associações de profissionais como impulsionadoras da sustentabilidade a nível global

“Environmental sustainability is obviously of key importance. A green image is a good image. Therefore a “green” label can serve as an effective part of a library’s marketing strategy. Bringing environmental awareness to libraries has an important impact on customers as well as on stakeholders but does not necessarily require a big budget. There are a lot of ideas and realized projects from all over the world on “how to green” the library’s building, management, and services. Libraries often deal already with sustainability issues and act in an ecological responsible way, and their buildings are often “green” buildings with less energy consumption etc. They just should be more aware of the opportunity to use these advantages as an effective, customer-oriented marketing tool.”⁹³

Hauke e Werner (2013) quando se referem às estratégias de marketing que as bibliotecas podem adotar com esta nova visão sustentável são bastante pragmáticos. Não se trata de edifícios novos a construir, trata-se sim de reformular critérios de gestão de equipamentos e equipas, integrá-los e divulga-los como carta de princípios e valores da biblioteca.

Os autores também mencionam o papel preponderante que a IFLA tem tomado como associação que impulsiona a transformação das bibliotecas em organizações sustentáveis e amigas do ambiente.

Em 2002, aquando do seu 75º aniversário, a IFLA emite uma declaração que introduz o acesso à informação e aos serviços das bibliotecas, como fatores preponderantes para a promoção do desenvolvimento sustentável e o enfoque nas aquisições sustentáveis como forma de equilibrar a sua pegada ecológica.⁹⁴

Em 2010 a IFLA publica uma reformulação das *“Directrizes da IFLA para bibliotecas públicas” anteriormente publicadas em 2001*, onde são introduzidos novos capítulos tal como o que respeita às *Bibliotecas Sustentáveis (com referência a Monika Antonnelli)*:

“O ambiente construído tem um forte impacto no ambiente natural, na saúde humana e na economia. Ao adotarem a construção sustentável e estratégias operacionais, as bibliotecas públicas podem otimizar o seu desempenho, tanto económico quanto ambiental.”⁹⁵

Associações de profissionais como a IFLA (International Federation Library Association), a ALA (American Library Association) e a ALIA (Australian Library and Information Association) contribuíram desde os finais do século passado e inícios do século XXI, para sistematizar as temáticas de sustentabilidade ambiental aplicadas a bibliotecas e para sublinhar o papel interventivo e responsável que estas devem ter na sociedade em que se inserem.

As restantes associações nacionais de bibliotecários começam agora a despertar para esta nova problemática e na sequência do Congresso da IFLA de 2014 em Lyon (França) foram cerca de 523 entre associações de bibliotecas e profissionais de todo o mundo, que assinaram a *“Declaração de Lyon”* – acesso à informação e ao desenvolvimento.

⁹³ HAUKE, WERNER (2013, p. 9)

⁹⁴ HAUKE, WERNER (2013, p. 6)

⁹⁵ IFLA (tradução portuguesa ed. 2013, p. 75)

4.4.1 – A IFLA, a Declaração de Lyon e a Agenda pós-2015 das Nações Unidas

Até 2015 os *Objetivos do Milênio* estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e definidos para alcançar metas de sustentabilidade e níveis de desenvolvimento mundial, permitiram a todas as nações tomarem conhecimento deste esforço global e compromisso que para que **todos possam contribuir para o “todo”**.⁹⁶

Desde 2013 que a ONU se encontra a preparar a Agenda pós-2015, com o intuito de sublinhar a importância de 12 objetivos universais que terão de ser alcançados até 2030⁹⁷:

1. Acabar com a pobreza.
2. Capacitar as meninas e as mulheres e atingir a igualdade de gênero.
3. Proporcionar educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida.
4. Assegurar estilos de vida saudáveis.
5. Garantir a segurança alimentar e boa nutrição.
6. Atingir o acesso universal à água e ao saneamento.
7. Energia segura e sustentável.
8. Criar empregos, meios de vida sustentáveis e crescimento equitativo.
9. Gerir os recursos naturais de forma sustentável.
10. Assegurar a boa governação e instituições eficientes.
11. Assegurar sociedades pacíficas e estáveis.
12. Criar um ambiente global propício e impulsionar financiamento de longo-prazo.

A IFLA enquanto associação promotora do papel preponderante que as bibliotecas assumem na sociedade, lançou em Janeiro de 2015 o “*Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda*”⁹⁸ na sequência da *Declaração de Lyon* e que visa fundamentar o acesso à informação como veículo prioritário para a consciencialização no processo do desenvolvimento sustentável global.

Para além de assinar a *Declaração Culture 2015*, a *Agenda 21 para a Cultura* e da assinatura conjunta de várias entidades e organizações da *Declaração de Lyon* para o acesso à informação e ao desenvolvimento, a IFLA pretende assegurar que todos os países promovam o acesso ao conhecimento através das suas bibliotecas e que é com base nesta literacia (também ambiental) que se pode formalizar o poder de decisão e cidadania dos indivíduos.

A IFLA incentiva todas as associações nacionais de profissionais de biblioteca a aderirem a esta causa e a salvaguardar com esta estratégia de “advocacy for libraries and culture” o acesso à informação enquadrando-a na estratégia global para o desenvolvimento sustentável.

⁹⁶ <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015>

⁹⁷ <http://www.un.org/en/ecosoc/about/mdg.shtml>

⁹⁸ <http://www.ifla.org/publications/toolkit--libraries-and-the-un-post-2015-development-agenda>

O ponto 3 da Declaração de Lyon ⁹⁹ é transparente na sua intencionalidade:

“Increased access to information and knowledge, underpinned by universal literacy, is an essential pillar of sustainable development. Greater availability of quality information and data and the involvement of communities in its creation will provide a fuller, more transparent allocation of resources.”

4.4.2 – Grupos de trabalho em sustentabilidade ambiental para bibliotecas: ENSULIB (IFLA) e SustainRT (ALA)

Quando os temas de sustentabilidade ambiental para bibliotecas começaram a circular na internet, rapidamente surgiram questões sobre formas corretas de implementar medidas sustentáveis nas bibliotecas, guias de aplicabilidade e respetiva possibilidade de certificação para edifícios e para serviços.

No sentido de acompanhar esta crescente discussão sobre o tema, tanto a ALA em primeira instância com a Task Force on Environment (agora Sustainability Round Table) como a IFLA, com a ENSULIB – Environmental Sustainability and Libraries Special Interest Group, têm contribuído para sistematizar o pensamento sobre esta problemática tentando alcançar alternativas para as bibliotecas que pretendam criar equipamentos sustentáveis.

O novo grupo da ALA – Mesa Redonda para a Sustentabilidade (SustainRT) foi uma readaptação que ocorreu em 2012 do Task Force para o Ambiente (TFOE). O grupo SustainRT teve uma primeira reunião na ALA em Chicago a 1 de Julho de 2013.

Os seus objetivos prendem-se com:

- a) A criação de um fórum profissional para os membros da ALA para trocar ideias e oportunidades em relação à sustentabilidade para bibliotecas, em direção a uma sociedade mais justa, saudável e economicamente viável.
- b) A criação de recursos para a comunidade de bibliotecas visando apoiar a sustentabilidade através do desenvolvimento curricular, coleções, exposições, eventos, advocacia, comunicação, edifícios e design de espaço.

O objetivo do Sustain RT já para este ano de 2015 é promover a discussão no Congresso anual da ALA a ocorrer em São Francisco e cuja abordagem será sobre qual o **Papel das bibliotecas na criação de comunidades sustentáveis e resilientes**, incentivando a adoção da resolução de sustentabilidade para todas as bibliotecas dos Estados Unidos da América.

Esta resolução baseia-se no exemplo da Associação de Bibliotecas para o Estado de Nova Iorque, que a 6 de Fevereiro de 2014 circunscreveu a “*Resolution on the importance of sustainable libraries*”.

⁹⁹ <http://www.lyondeclaration.org/>

O grupo da IFLA ENSULIB – Grupo de interesse para a sustentabilidade ambiental em bibliotecas, que promove e participa desde 2009, na discussão sobre o tema em todos os congressos internacionais da IFLA ¹⁰⁰:

2009

World Library and Information Congress
75th IFLA General Conference and Assembly
23-27 Agosto 2009, Milão - Itália
Tema: *Libraries and awareness about Sustainability*

2010

World Library and Information Congress: 76th IFLA General Conference and Assembly
10-15 Agosto, Gotemburgo - Suécia
Tema: *Greening the Library in a sustainable way*

2011

World Library and Information Congress: 77th IFLA General Conference and Assembly
13-18 Agosto, San Juan, Porto Rico
Tema: *Sustainable innovation and green information for all*

2012

World Library and Information Congress: 78th IFLA General Conference and Assembly
11-17 Agosto, Helsinkia, Finlândia
Tema: *Libraries inspiring and facilitating change towards sustainability*

2013

World Library and Information Congress: 79th IFLA General Conference and Assembly
17-23 Agosto, Singapura
Tema: *Future Libraries Going Green*

No decorrer do IFLA WLIC 2014 em Lyon, sob o tema - *Libraries, Citizens, Societies: Confluence for Knowledge* a sessão do dia 19 de Agosto foi dedicada à sustentabilidade: “***From green ideas to green practice in libraries***” onde esteve presente como moderadora, Petra Hauke da Alemanha com a sua apresentação “*Green Libraries on the Agenda! International and national initiatives fostering environmental sustainable libraries and library services*”.

As restantes apresentações subordinadas ao tema foram:

¹⁰⁰ <http://www.ifla.org/environmental-sustainability-and-libraries/conferences>

1. BURN, Debra (2014) *The Grove Library as an example: A “green” library in terms of ongoing community engagement, community expectations, information provision and sharing, and partnerships.*
2. SCHERER, Jeffrey Allen (2014) *Green libraries promoting sustainable communities.*
3. SÖDERHOLM, Jonas (2014) *Tool lending libraries enabling sustainable community development.*

O Congresso Internacional da IFLA será este ano de 2015, na Cidade do Cabo na África do Sul e o ENSULIB participará com o tema: “**Green transformation for sustainable development**” em articulação com a *Declaração de Lyon* e a participação global das bibliotecas na *Agenda pós-2015*.

Torna-se urgente que outras associações nacionais adiram à sustentabilidade e promovam a interligação entre bibliotecas e o desenvolvimento sustentável.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas promove em 2015 o seu Congresso subordinado ao tema “*Ligar. Transformar. Criar Valor*”¹⁰¹ sendo que as temáticas a abordar subdividem-se em:

1. Serviços e criação de valor.
2. Ecossistemas de informação e plataformas de colaboração.
3. Gestão e transformação de saberes e práticas.
4. Promoção, integração e cidadania.

Na temática “*Promoção, integração e cidadania*”, contamos que certamente irá desenvolver pontos fulcrais para esta nova visão sustentável e de responsabilidade social para nossas bibliotecas e outros sistemas de informação em Portugal.

5. As Bibliotecas Públicas em Portugal: a “revolução” emergente

5.1 – Estratégias de promoção das bibliotecas: *advocacy* e *markerspaces*

Atualmente as bibliotecas encontram cada vez mais a urgência em se fazerem sentir e valorizar na sua comunidade. É imprescindível evidenciar que a gestão da informação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente coesa, informada e participativa.

E quando não é visível, há que demonstrar.

A premissa atual da *advocacy* no campo biblioteconómico exprime-se através do “outro que fala a nosso favor e que defende a nossa causa”. Verificamos o passar da mensagem através de grupos, associações, instituições parceiras e são estes, que colaboram na formatação da nova imagem para a biblioteca. As próprias novas tecnologias potenciam este “passar a palavra”.

A criação de ligações fortes na comunidade, o apelo à mobilização pelo apetrechamento da biblioteca, por novas instalações ou pela manutenção das existentes, o reforço ao incentivo e à

¹⁰¹ http://www.bad.pt/12congresso/?page_id=40

partilha de serviços que a biblioteca também poderá fornecer a outras entidades, são alguns exemplos.

Todos são na realidade potenciais interessados e todos podem ser potenciais *advocates* para a organização: a equipa da biblioteca, os utilizadores, os *grupos de amigos da biblioteca*, os administradores e gestores da própria tutela, empresas locais.

A promoção dos serviços da biblioteca, a criação de uma imagem própria, algo que a diferencie das restantes e que faça a diferença, poderá ser uma estratégia de marketing, um veículo de promoção e uma forma de fazer *advocacy* através de outros.

Pode a sustentabilidade ambiental, servir como mote para esta diferenciação?

A sustentabilidade ambiental em bibliotecas pode na realidade servir para criar laços com os vários stakeholders e fazer com que, princípios e ética, que regem e pautam a gestão diária da biblioteca, se complementem e se transformem numa nova visão para o público.

Novos públicos e novos emblemas podem trazer consigo novas razões para *advocacy*.

A *análise SWOT* permite-nos avaliar as novas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Saber avaliar estes parâmetros, retransformá-los em *mais-valias* de uma política de qualidade a nosso favor, podem reformular este olhar que a comunidade incide sobre a biblioteca.

Constantamos atualmente a criação de páginas *online*, com a finalidade de servir esta mudança do *olhar* para as bibliotecas:

*“People who cared about providing access to information, literature, and lifelong learning were at the heart of the American library movement’s beginning. Once again, citizens (Advocates, Friends, Trustees, Volunteers, Patrons) must use their voices to ensure that our American library legacy remains viable and fully funded in the twenty first century.”*¹⁰²

A aplicação de um método concreto de avaliação da qualidade, nomeadamente através da implementação de valores e princípios intrínsecos à biblioteca aliada à divulgação e promoção do que se faz, poderá servir para auxiliar a sistematização de processos de mudança:

*“ (...)implementação da gestão por objetivos e evidências de resultados; melhoria da comunicação interna e externa; ações de benchlearning; importância crescente dos valores organizacionais e desenvolvimento de código de conduta; e instalação de maior transparência.”*¹⁰³

Para poder compreender esta necessidade de mudança urgente na forma como se estruturam os serviços e a relação de proximidade das bibliotecas públicas com a comunidade, torna-se necessário antes de mais, verificar qual a evolução do conceito de *biblioteca pública*.

Pereira (2012, p. 2) remete para a evolução diacrónica do conceito de *biblioteca pública* que desde o século XIX consubstancia a ideia do indivíduo e do cidadão, da importância da educação através da alfabetização e da cultura, da forma como se acede à informação e como é, na verdade, reconhecido e valorizado pela comunidade esse acesso.

Assistimos às revoluções liberais durante este século e às diferentes formas de vivenciar a necessidade e o valor atribuído às bibliotecas.

¹⁰² www.ilovelibraries.org

¹⁰³ OCHOA, PINTO (2012, p.1)

Se por um lado, assistimos em França à expropriação das ordens religiosas na sequência da Revolução Francesa em 1789 e a uma junção entre as bibliotecas populares e as bibliotecas eruditas (Pereira, 2012, p. 3), que irá originar o modelo francês de biblioteca pública: pautando-se mais pela conservação patrimonial. De uma outra forma, o modelo anglo-saxónico remete-nos para uma experiência e vivência das bibliotecas com fundamentos muito diferentes.

Em Inglaterra é aprovada em 1850 a *Public Libraries Act* e que iria possibilitar aos municípios com mais de 10.000 habitantes, a edificação de bibliotecas públicas de acesso gratuito, cobrando apenas uma taxa para a sua construção. Será na verdade, esta participação financeira da população e consequentemente, da comunidade, que irá ditar nos dias de hoje: a apropriação, valorização e assimilação da biblioteca pelas pessoas.

Existe uma visão muito clara, de que a biblioteca pública pertence às pessoas e não ao Estado (apesar de ali se encontrar inserida institucionalmente).

A visão dos Estados Unidos da América para as suas bibliotecas públicas, irá representar na 1ª metade do século XIX, uma visão baseada na complementariedade ao sistema educativo, ao apoio à fixação da população imigrante em novos locais, à formação para a cidadania e para a valorização patriótica e formação das bases da nação norte americana.

As várias comunidades estaduais aprenderam a utilizar, confiar e a recorrer à sua biblioteca, contrariamente ao que se iria passar na Europa.

“(...) outro aspeto, muito ligado à faceta social das bibliotecas públicas mas que não é característica do modelo latino – o apoio da comunidade.”¹⁰⁴

Será já em plena década de 70-80 do século XX, que as bibliotecas municipais francesas, começam a abrir as suas portas e o livre acesso à informação, inicia um novo processo de relação de âmbito cultural com o público.

Em Portugal, as bibliotecas necessitavam também de apoio e reorganização. Nesta mesma altura,

“O valor da biblioteca determinava-se pelos volumes da sua coleção e pela raridade e antiguidade das suas edições. Em regra não praticavam o Livre Acesso nem o empréstimo domiciliário. Os edifícios eram velhos, acanhados e desconfortáveis. A sua atuação estava virada para uma elite intelectual e para os estudantes. Os recursos humanos eram diminutos e muito pouco especializados e as bibliotecas estavam alheadas da comunidade e a comunidade delas.”¹⁰⁵

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas veio alterar esta visão redutora para as bibliotecas portuguesas.

Mas passadas quase 3 décadas, a mudança cultural aliada à facilidade com que se acede à informação nos dias de hoje, torna inevitável a questão: que valor atribuir atualmente, à biblioteca pública?

O modelo anglo-saxónico prevê uma atitude e uma participação diferente da comunidade na vida organizacional da sua biblioteca comparativamente ao modelo francês e à tradição europeia. São

¹⁰⁴ PEREIRA (2012, p.7)

¹⁰⁵ *Op. Cit.*

várias as décadas de evolução, nesta relação organismo/públicos e que, contribuem para o inegável valor acrescentado que os serviços de informação assumem nesses mesmos países.

“No modelo latino, utilizando a expressão de Bettega, as bibliotecas existem independentemente dos seus utilizadores e da vontade expressa das comunidades. Nas sociedades anglo-americanas existe uma preocupação constante em saber como as bibliotecas são vistas pela comunidade, procurando ir ao encontro das suas necessidades. No contexto desta dinâmica, as bibliotecas anglo-americanas encontraram o apoio e o suporte necessários à sua sobrevivência durante as conjunturas económico-políticas difíceis e que, nos países do sul da Europa foram tão penalizadoras.”¹⁰⁶

Portanto, promover a biblioteca pública reformulando as suas valências e serviços através da criação de novos espaços de utilização e de criação/inação - “makerspaces” – aderindo a novas linhas conceptuais de vida e participação urbana da biblioteca na cidade, permitirá à comunidade que participe e que reconheça a sua biblioteca como um “bem público” e servirá, não apenas para divulgar os seus serviços mas também, demonstrar o seu valor e pertinência.

Não será esta a altura certa, para atenuar as diferenças entre os modelos conceptuais do século XIX e XX?

Como deve ser então a biblioteca pública do século XXI?

5.2– A apropriação das bibliotecas públicas pela comunidade e gestão da mudança: novas tendências?

“Um cambio de paradigma se produce cuando un porcentaje significativo de individuos modifica su forma de ver el mundo y empieza a examinar los acontecimientos desde una nueva perspectiva común.”¹⁰⁷

O paradigma do acesso ao conhecimento e as formas que este acesso pode e deve então tomar, está a contribuir para criar nas bibliotecas públicas e outros sistemas de informação, a necessidade em repensar os seus serviços que seriam, até agora, considerados: o seu “core business”.

As bibliotecas não podem continuar a insistir numa “teoria bibliocêntrica”, mas terão de passar a assumir uma atitude mais adaptativa e virada para a comunidade, contribuindo para a “apropriação da biblioteca” por parte desta e dos seus *stakeholders*.

A criação de parceiros e intermediários, que agilizem processos de *advocacy* pela biblioteca, não poderá passar sem primeiro inicialmente existir, uma relação profunda, concreta e transparente, da biblioteca com os seus utilizadores.

Lozano Diaz (2006) afirma que sendo a biblioteca pública uma organização também marcada pelo serviço público, acaba por inevitavelmente, ter de assimilar as mudanças e alterações que se desenvolvem na sociedade e em outras organizações, mesmo sendo estas privadas ou públicas.

¹⁰⁶ *Op. Cit.* (p. 8)

¹⁰⁷ LOZANO DIAZ (2006, p. 17)

“Y el nuevo mensaje que circula por todas estas organizaciones gira de nuevo en torno a las personas y en torno a la necesidad de desarrollar, estructurar y sistematizar el capital intelectual como la base de las organizaciones con éxito del futuro.”¹⁰⁸

Segundo o autor, a aposta em serviços de qualidade e na satisfação da necessidade concreta dos cidadãos, faz parte integrante da biblioteca deste novo século.

Há que mudar o modelo centenário de biblioteca utilizado até à data, rescindir com os modelos dos séculos XIX e XX ao reformular as bibliotecas, que devem ir ao encontro de novas exigências e alterar a visão generalizada que as bibliotecas públicas são apenas “espaços culturais”, quando são, na realidade, muito mais.

São espaços humanizados e sociais, onde na maioria das vezes se contacta com grande parte da fragilidade humana seja em situações de desemprego, de carência económica ou com necessidades de integração.

Lozano Diaz (2006, p. 26) acrescenta sobre esta necessidade de adaptação à mudança nas bibliotecas públicas o seguinte:

“Por ello es imprescindible plantearse cambios: algunos a nivel de modelo y de servicios, pero otros en su propia organización interna, en sus métodos y procesos de trabajo, en sus valores y en su propia cultura organizacional.”

Relevante será então refletir sobre como podemos introduzir a temática da sustentabilidade ambiental, através de uma carta de princípios na gestão da biblioteca e em linha de ação com a sua estratégia de marketing.

Porque esta nova visão da biblioteca, que assume a sua responsabilidade global, que se encontra urbanizada e que reage em prol da sua comunidade exemplificando em cidadania as suas ações, é essencial para a construção da sua nova identidade.

Para que tudo isso aconteça, é sempre necessário o conhecimento intrínseco da comunidade e dos cidadãos, sejam estes utilizadores reais ou potenciais, para que então o espaço de “apropriação” ao próprio espaço, se possa assim concretizar.

Da mesma forma, a questão da “gestão da mudança” organizacional torna-se bastante pertinente de analisar tendo em consideração a proposta que apresentamos.

Na realidade, não se assume como fácil gerir a mudança de comportamentos e ações para atitudes sustentáveis e envoltas na responsabilidade global. Mas como qualquer outro processo de gestão de mudança, este terá de envolver a direção e a restante equipa tanto na execução como nas tomadas de decisão.

Para este autor, são várias as razões que podem contribuir para a resistência à mudança:

- a) Falta de conhecimentos adequados, de informação, de habilidade e capacidade de direção ou liderança.
- b) Causas emocionais relacionadas com a mudança.
- c) Hábitos e rotinas instituídos na organização.
- d) Insegurança perante o desconhecido.

¹⁰⁸ Op. Cit (p. 19)

- e) A ideia préconcebida que a “mudança” pode ser prejudicial.

As ideias centrais para o combate a essa resistência à mudança passam pelos pontos seguintes:

- a) Participação.
- b) Comunicação.
- c) Apoio.
- d) Formação.
- e) Planificação.
- f) Tempo.

Ao reconhecer formas de gerir a mudança no contexto biblioteconómico e permitindo a apropriação pela comunidade, talvez consigamos alterar a “imagem corporativa” (LOZANO DIAZ, 2006, p. 436) que o público tem sobre a biblioteca e os seus serviços.

“La imagen no es un simple diseno de márquetin, sino todo um conjunto de manifestaciones através de las cuales la biblioteca es percebida de una determinada forma por su entorno, por sus usuarios, por sus no usuarios, por los médios de comunicacion social, por los otros agentes sociales, económicos y culturales.”¹⁰⁹

As bibliotecas públicas com o seu carácter educativo endógeno e a importância sobre a literacia da população, não poderão perder estas características. A mudança não implica rutura, mas sim, o surgir da complementariedade de novas oportunidades e de novos percursos para as bibliotecas. O reforço dos hábitos de leitura e o incentivo à formação, educação e acesso informacional, são indubitavelmente os pontos fulcrais da existência das bibliotecas de serviço público.

Mas numa era de evolução tecnológica constante, o acesso à informação faz-se sem as bibliotecas.

Os bibliotecários e os serviços de informação têm cada vez mais que se pautar pela diferença: uma seleção pertinente da informação prestada, uma panóplia de serviços que vá ao encontro das necessidades da comunidade, sem perder de vista a linha orientadora definida para as bibliotecas públicas e simultaneamente, sem negar a necessidade de adaptação.

Os cidadãos e potenciais utilizadores ao utilizar o espaço da biblioteca devem começar a reconhecê-lo como seu.

Para Usherwood (1999, p. 26) “é cada vez mais importante uma resposta socioinformacional num mundo em que o cidadão comum se vê confrontado e confundido por um vasto número de questões importantes que ele ou ela precisa de compreender e avaliar”, de facto, a cada cidadão a sua biblioteca, porque será neste espaço que ele encontrará a informação para mais facilmente refletir, ponderar e decidir.

Para o autor, a mudança inerente à visão que o público tem das bibliotecas não se poderá fazer sem a alteração do hipotético “*estatuto de neutralidade*”, ou seja, se a cedência e o acesso à informação possibilita o reforço da cidadania e a participação ativa dos cidadãos, as bibliotecas não

¹⁰⁹ *Op. Cit.* (p. 438)

podem ser meramente serviços de acesso, mas sim, espaços de partilha, de reflexão e de problematização.

“Tais considerações levantam questões sobre as responsabilidades individuais e colectivas, a menor das quais não será o papel dos profissionais que organizam e gerem os serviços das bibliotecas públicas. O debate profissional sobre as bibliotecas públicas, tal como os serviços público em geral, é importante por levantar questões fundamentais sobre o tipo de sociedade que queremos e sobre as políticas que desejamos prosseguir de modo a melhorar as oportunidades na vida dos cidadãos.”¹¹⁰

O debate sobre a sustentabilidade ambiental e qual a responsabilidade que as bibliotecas públicas devem assumir nesta matéria, tendo em particular atenção a problemática global que tanto as sociedades, como os estados, como o setor privado reconhecem e perante a qual são obrigados a ter que justificar as suas opções, deve ter início em todos os serviços públicos.

Não poderá uma autarquia, assumir a sua vertente ambiental, quando os seus serviços públicos não vão ao encontro das premissas básicas nesta matéria.

Não poderá uma biblioteca pública municipal, assumir a sua responsabilidade social e apostar na literacia da informação e da formação do cidadão, sem se pautar pelo exemplo que devolve à sua comunidade.

A literacia ambiental aliada às boas práticas em sustentabilidade, transforma as bibliotecas em espaços coerentes com a sua ideologia e princípios, ao mesmo tempo que reforça a aposta na sua continuidade.

5.3 – “Biblioteca Global” e “Responsabilidade ambiental” no universo das bibliotecas portuguesas

O conceito de “biblioteca global” é possível.

As bibliotecas portuguesas, estejamos nós a reportarmo-nos a bibliotecas universitárias, bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas, centros de documentação, ou qualquer organização pública, podem sempre na sua gestão implementar medidas ambientalmente sustentáveis, repensar os pequenos gestos diários, sistematizar métodos e rotinas no seio da equipa, fundamentar a sua estratégia e no final, divulgar esta nova ética e com isso reformular a sua imagem tanto para o interior, como para o exterior.

Que bibliotecas portuguesas estão, na verdade, a implementar medidas sustentáveis?

Existem sistemas de informação em Portugal, onde esta vertente de responsabilidade ambiental se encontre e formalize nas ações e na sua forma de divulgação para o público?

Antes de avançarmos com os resultados do nosso inquérito nacional às bibliotecas públicas, tornou-se evidente, que seria necessário pesquisar e verificar se existem sistemas de informação em Portugal, que disponibilizem na internet a sua preocupação com a vertente ambiental (no seguimento de outros sistemas de informação encontrados no estrangeiro que já o concretizam).

¹¹⁰ USHERWOOD (1999, p. 30)

Encontrámos algumas bibliotecas que promovem, de alguma forma, este debate e reflexão.

Mas a maioria destes sistemas corresponde a bibliotecas escolares, que no âmbito dos vários projetos aos quais concorrem as escolas, como o Projeto Eco Escolas promovido pela ABAE ou outros de cariz mais municipal e muitas vezes em interação com a área de Educação Ambiental do município, acompanham os vários projetos escolares. Algumas vezes limitam a sua ação apenas à comemoração de dias concretos (Dia Mundial da Árvore, Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Energia ou Dia Mundial do Ambiente), sem a prática de ações ambientais que promovam a sensibilização da equipa da biblioteca, bem como, a comunidade de uma forma estruturada.

Todavia, o Agrupamento de Escolas Eugénio dos Santos em Lisboa promove a sensibilização à sua rede de bibliotecas escolares, utilizando-a como estratégia de promoção e divulgação, pelo que elaborou um folheto “*Projeto Biblioteca Verde*”, que prevê alguns parâmetros estratégicos incentivando as bibliotecas a reduzir a sua pegada ecológica.

No que toca a bibliotecas universitárias, são imediatas as referências que surgem decorrentes da pesquisa para bibliotecas universitárias espanholas: Burgos, Madrid e Huelva, são as que sobressaem com as suas políticas e critérios ambientais disponíveis para consulta na internet.

Em Portugal, as referências nesta problemática apontam para os *Relatórios de sustentabilidade* quer da Universidade do Minho, quer da Universidade do Porto mas mesmo assim, direcionados para todo o *campus* e não decorrentes de uma iniciativa da própria biblioteca, enquanto organismo inserido no sistema universitário.

Projeto	Localidade	Tipologia	Descrição disponível <i>online</i>
“Biblioteca Verde”	Agrupamento de Escolas de Lisboa	Biblioteca Escolar (Eugénio dos Santos)	<p>“Na sequência de conversas e debates sobre a necessidade de melhorar o Ambiente, ter uma atitude ecológica perante a vida, proteger a Natureza, surgiu a vontade de demonstrar realmente o quanto nos preocupamos e procuramos fazer algo nesse sentido.</p> <p>Como estamos num local que, por vezes directa e por vezes indirectamente, contacta com muitos projectos da Escola, temos contacto com toda a comunidade educativa tornou-se quase umbilical tomar a dianteira dum projecto (ainda que embrionário) que equacionasse problemas ambientalistas e os tentasse resolver.</p> <p>Através da Leitura podemos abordar muitíssimas questões e sensibilizar nossos alunos e colegas para uma Vida Escolar mais Verde.</p> <p>Decidimos então tornar as nossas Bibliotecas Verdes e formular um projecto onde estivessem estas ideias bem patentes.”¹¹¹</p>
“Biblioteca Verde”	Agrupamento de Escolas de Sintra	Biblioteca Escolar	<p>“O projecto “Biblioteca Verde” continua a desenvolver competências nas áreas da consciência ecológica dinamizando e incentivando a Educação Ambiental ao longo do Ano Lectivo.</p> <p>As campanhas de recolha levadas a cabo pela Biblioteca Escolar foram, uma vez mais, um sucesso junto dos alunos e comunidade envolvente, que pontualmente faz chegar algumas entregas do material que aceitamos.</p> <p>A Biblioteca tem dado um forte contributo para que a escola continue a conquistar o galardão das Eco Escolas.”¹¹²</p>
“Relatório de Sustentabilidade”	Universidade do Minho	Campus universitário	<p>“Pela sua dimensão e pelas atividades desenvolvidas no âmbito da sua missão, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem gerar impactos significativos ao nível do consumo de energia, de água e substâncias químicas, bem como a produção de resíduos, efluentes líquidos e de gases de efeito de estufa. As IES encontram-se em posição privilegiada para melhorar o seu comportamento sustentável, pois se, por um lado, são geradoras de</p>

¹¹¹ www.cre-eugeniosantos.net/bverde.pdf

¹¹² <http://leremsintra.blogspot.pt/2011/07/biblioteca-verde-educacao-e.html>

			impactos, por outro, dispõem do conhecimento e competências necessárias para os identificar e abordar.” ¹¹³
--	--	--	--

Tabela 1 - Medidas de sustentabilidade aplicadas em bibliotecas escolares e *campus* universitários em Portugal

Sublinhamos as medidas a tomar, definidas pela Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas Eugénio dos Santos, enquanto biblioteca que pretende implementar uma estratégia mais ecológica na sua gestão:

“Uma Biblioteca Verde deve reger-se pelos seguintes princípios

- 1 – Redução da utilização de papel nos processos administrativos;
- 2 – Nos casos onde o papel ainda for indispensável, utilizar papel reciclado;
- 3 – Utilização de formulários informáticos nos computadores da Biblioteca em substituição de alguns processos administrativos;
- 4 - Utilização de formulários on-line nos computadores da Biblioteca, computadores das escolas do agrupamento ou a partir de casa, em substituição de alguns processos administrativos;
- 5 – Criação de uma Biblioteca digital on-line;
- 6 – Promoção de actividades ambientalistas;
- 7 – Actividades na Biblioteca com material de desperdício;
- 8 – Utilização de lâmpadas de baixo consumo energético;
- 9 – Limpeza da Biblioteca Escolar com produtos ecológicos;
- 10 – Selecção e separação do lixo da Biblioteca.”

É de salientar que todas estas sugestões, aplicadas a qualquer sistema de informação e reforçadas com a implementação de uma política ou carta de princípios de sustentabilidade ou através de um guia de procedimentos, são já um ponto de partida na intencionalidade de mudar a visão daquela comunidade de utilizadores (sejam alunos, professores, ou até mesmo a tutela ministerial).

A forma como aquela biblioteca escolar pretende ser vista e reconhecida, no seio da sua *praxis* em responsabilidade ambiental e cidadania, inicia-se com esta transparência de intenção.

¹¹³ www.uminho.pt/.../relatórios.../relatorio-de-sustentabilidade-2011-af.pdf

6. As Bibliotecas Públicas em Portugal e a Sustentabilidade Ambiental: resultados dos inquéritos distritais

No seguimento da presente exposição, torna-se então necessário compreender e evidenciar, qual a situação nas bibliotecas públicas em Portugal face à implementação de medidas de sustentabilidade ambiental.

Nos próximos pontos iremos sistematizar os resultados recebidos do inquérito realizado por distrito a todas as bibliotecas públicas municipais do país.

6.1 – Caracterização do universo em estudo e metodologia de análise

Tempo de envio de questionários e respetivas fases:

Fase 1 – Contacto telefónico com o objetivo de explicar o significado e a importância da resposta ao nosso questionário.

Foram contactadas telefonicamente todas as bibliotecas públicas municipais, trabalho desenvolvido distrito a distrito e alfabeticamente. O objetivo deste contacto prende-se com a confirmação do endereço eletrónico da biblioteca, a sensibilização para a resposta ao questionário e a verificação da disponibilidade no contacto direto com o bibliotecário responsável.

Fase 2 – 1º envio de questionário por correio eletrónico e 2º envio de questionário uma semana após a ausência de resposta do município.

Logo após o contacto telefónico foi enviado respeitando a ordem alfabética dos distritos o questionário, para o endereço confirmado.

Em caso de devolução de questionário, foi realizada uma terceira confirmação de endereço eletrónico para um segundo envio.

Todas as bibliotecas que não responderam ao primeiro envio, foi reenviado o questionário após uma semana.

Fase 3 – Após a não receção de resposta por parte da biblioteca municipal não respondente, realizámos um 3º envio com data limite de resposta de 1 mês – término a 30 de Abril de 2015.

No início de Abril foi realizada a contagem e verificação de bibliotecas respondentes e o total contabilizava 78 bibliotecas.

Procedemos então a uma reformulação do questionário sendo que o próprio documento deveria conter uma data de término para aceitação de eventuais respostas: 30 de Abril, dando assim mais um período de 30 dias para as bibliotecas que não teriam respondido na primeira e segunda fase.

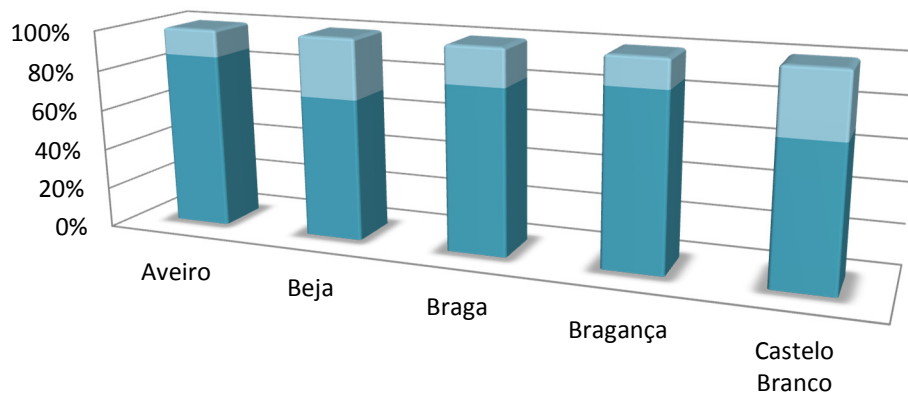
Após este 3º envio e até à data de 30 de Abril, rececionámos mais 6 respostas de bibliotecas públicas municipais, perfazendo um total de 84 bibliotecas respondentes.



Figura 5 - Mapa de Portugal Continental e Ilhas – respetiva localização geográfica dos distritos contactados no presente estudo.

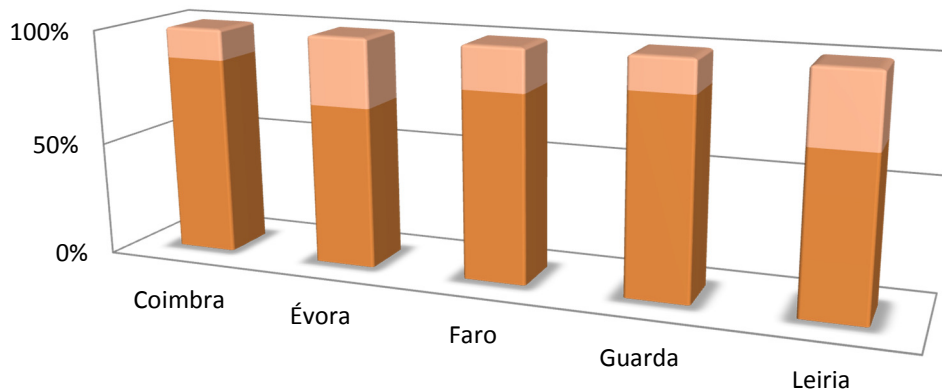
Distrito	Contacto fase 1 (telefonema) e fase 2 (1ª e 2ª envio de questionário)	Contacto fase 3 (3º envio de questionário)
Aveiro	2ª semana Dezembro 2014	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Beja	1ª semana Janeiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Braga	1ª semana Janeiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Bragança	2ª semana Janeiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Castelo Branco	3ª semana Janeiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Coimbra	1ª semana Fevereiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Évora	1ª semana Fevereiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Faro	2ª semana Fevereiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Guarda	3ª semana Fevereiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Leiria	4ª semana Fevereiro 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Lisboa	1ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Portalegre	1ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Porto	2ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Santarém	2ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Setúbal	3ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Viana do Castelo	3ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Vila Real	3ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
Viseu	4ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
R. A. Madeira	4ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015
R. A. Açores	4ª semana Março 2015	Resposta válida até 30 Abril de 2015

Tabela 2 - Fases de contato e envio de questionários – distritos de Portugal Continental e Ilhas.



	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco
■ Total de bibliotecas respondentes	3	6	3	2	5
■ Total de bibliotecas municipais	19	14	13	12	11

Gráfico 1 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas que responderam ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental:
Aveiro, Beja, Braga, Bragança e Castelo Branco – Janeiro 2015



	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria
■ Total de bibliotecas respondentes	3	6	3	2	5
■ Total de bibliotecas municipais	19	14	13	12	11

Gráfico 2 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas que responderam ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental:
Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Leiria – Fevereiro 2015

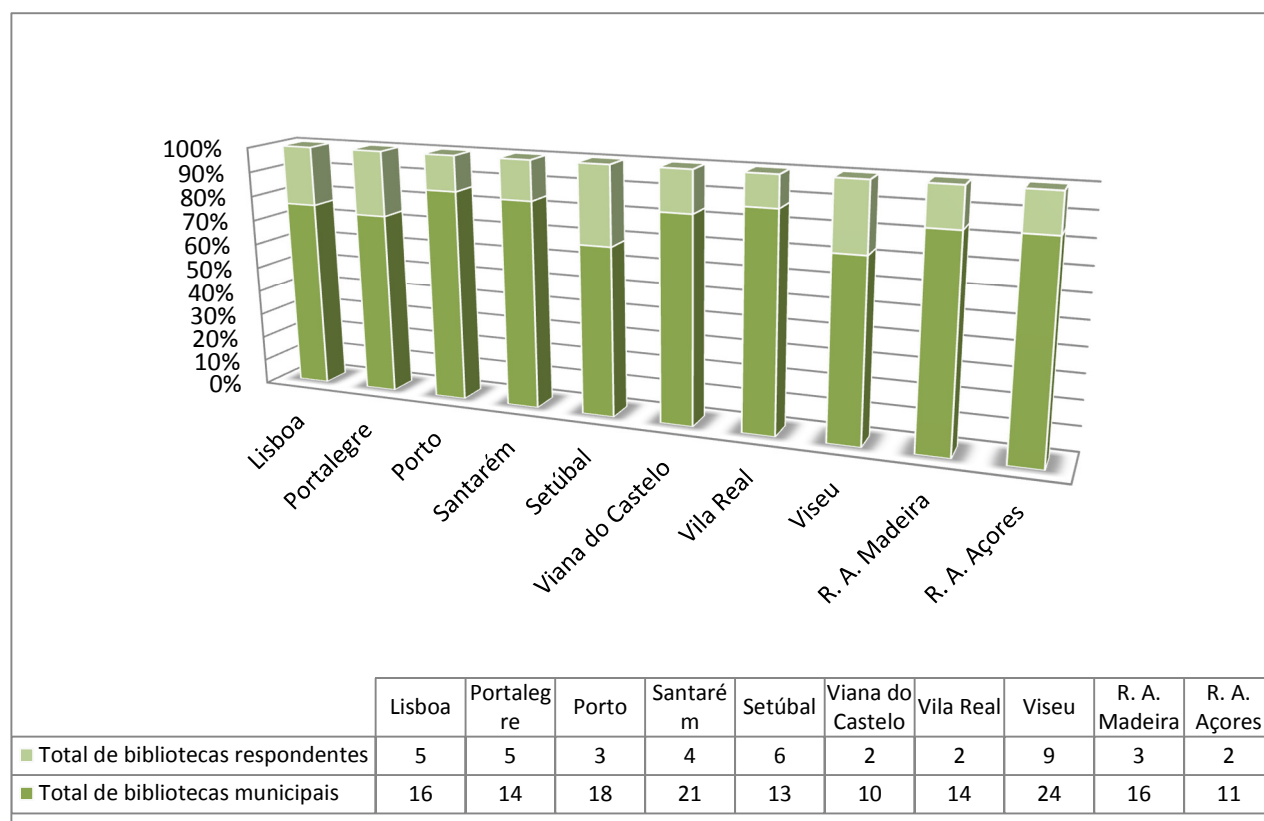


Gráfico 3 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas respondentes ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental:

Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores – Março 2015

Caracterização por distrito do total de bibliotecas respondentes:

84 bibliotecas de um universo de 299 bibliotecas públicas municipais, conforme dados da RNBP-excluindo as bibliotecas públicas de gestão regional das regiões autónomas (portanto de gestão não municipal).

Distrito	Total de bibliotecas públicas municipais	Total de bibliotecas respondentes	Identificação das bibliotecas respondentes	Tipologias
Aveiro	19	3	Biblioteca Municipal de Estarreja Biblioteca Municipal de Espinho Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	BM2 BM2 BM3
Beja	14	6	Biblioteca Municipal do Alvito Biblioteca Municipal de Castro Verde Biblioteca Municipal de Almodôvar Biblioteca Municipal de Barrancos Biblioteca Municipal de Odemira Biblioteca Municipal de Beja	BM1 BM1 BM1 BM1 BM2 BM2
Braga	13	3	Biblioteca Municipal de Guimarães Biblioteca Municipal de Vila Verde Biblioteca Municipal de Braga	BM3 BM1 BM3

Bragança	12	2	Biblioteca Municipal de Mirandela Biblioteca Municipal de Mogadouro	BM2 BM1
Castelo Branco	11	5	Biblioteca Municipal de Penamacor Biblioteca Municipal do Fundão Biblioteca Municipal de Oleiros Biblioteca Municipal de Sertã Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova	BM1 BM2 BM1 BM1 BM1
Coimbra	17	4	Biblioteca Municipal da Lousã Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova Biblioteca Municipal de Penacova Biblioteca Municipal de Soure	BM1 BM1 BM1 BM2
Évora	13	4	Biblioteca Municipal de Borba Biblioteca Municipal de Arraiolos Biblioteca Municipal de Vendas Novas Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo	BM1 BM1 BM1 BM1
Faro	15	5	Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António Biblioteca Municipal de Lagos Biblioteca Municipal de Tavira Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel Biblioteca Municipal de Faro	BM2 BM2 BM2 BM1 BM3
Guarda	13	5	Biblioteca Municipal do Sabugal Biblioteca Municipal de Pinhel Biblioteca Municipal de Seia Biblioteca Municipal da Guarda Biblioteca Municipal de Fornos de Algodres	BM1 BM1 BM1 BM2 BM1
Leiria	16	5	Biblioteca Municipal de Castanheira de Pêra Biblioteca Municipal de Óbidos Biblioteca Municipal da Marinha Grande Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos Biblioteca Municipal de Pedrogão Grande	BM1 BM1 BM2 BM1 BM1
Lisboa	16	5	Biblioteca Municipal do Cadaval Biblioteca Municipal de Odivelas Biblioteca Municipal de Alenquer Biblioteca Municipal da Azambuja Biblioteca Municipal de Loures	BM1 BM2 BM2 BM1 BM3
Portalegre	14	5	Biblioteca Municipal de Ponte de Sor Biblioteca Municipal de Alter do Chão Biblioteca Municipal de Sousel Biblioteca Municipal de Portalegre Biblioteca Municipal de Gavião Biblioteca Municipal de Campo Maior	BM1 BM1 BM1 BM2 BM1 BM3
Porto	18	3	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim Biblioteca Municipal de Amarante	BM3 BM2 BM2

Santarém	21	4	Biblioteca Municipal de Coruche Biblioteca Municipal de Alcanena Biblioteca Municipal de Santarém Biblioteca Municipal de Almeirim	BM1 BM1 BM3 BM1
Setúbal	13	6	Biblioteca Municipal de Alcochete Biblioteca Municipal do Barreiro Biblioteca Municipal de Grândola Biblioteca Municipal de Almada Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém Biblioteca Municipal Vila Nova de Santo André	BM2 BM2 BM1 BM3 BM2 BM2
Viana do Castelo	10	2	Biblioteca Municipal de Monção Biblioteca Municipal de Paredes de Coura	BM1 BM1
Vila Real	14	2	Biblioteca Municipal de Murça Biblioteca Municipal de Peso da Régua	BM1 BM2
Viseu	24	9	Biblioteca Municipal de Moimenta da Beira Biblioteca Municipal de Mangualde Biblioteca Municipal de Viseu Biblioteca Municipal de Santa Comba Dão Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva Biblioteca Municipal de Mortágua Biblioteca Municipal de Carregal do Sal Biblioteca Municipal de São João da Pesqueira Biblioteca Municipal São Pedro do Sul	BM1 BM2 BM3 BM1 BM1 BM1 BM1 BM1 BM1
R. A. Madeira	16	3	Biblioteca Municipal de Porto Santo Biblioteca Municipal da Ribeira Brava Biblioteca Municipal do Funchal	BM1 BM1 BM3
R. A. Açores	11	2	Biblioteca Municipal Vila do Porto – Ilha de Santa Maria Biblioteca Municipal S. Roque do Pico– Ilha do Pico	BM1 BM1

Tabela 3 - Respostas por distrito - designação das bibliotecas respondentes e respetivas tipologias atribuídas por cada biblioteca respondente na fase de inquérito.

6.2 – Aplicação de critérios sustentáveis na gestão de bibliotecas: o questionário

Esta investigação surgiu na sequência do contacto com o trabalho desenvolvido pelos colegas das bibliotecas públicas finlandesas e do seu esforço em criar redes de apoio inter-bibliotecas para a sustentabilidade na Finlândia.

Esse mesmo trabalho foi sistematizado por Elina Karioja através do seu estudo comparativo sobre sustentabilidade e ecologia por ocasião do congresso da IFLA em 2012.

O objetivo da sua investigação foi compreender qual o nível de sustentabilidade ambiental que estava a ser aplicado pelas restantes bibliotecas e países representados no congresso e criar linhas de comparação com o que se encontrava a ser feito na Finlândia.

O contato com o questionário finlandês contribuiu para adensar a dúvida sobre qual o *estado da arte* em Portugal na matéria de sustentabilidade ambiental aplicada a bibliotecas públicas.

Começámos por identificar os pontos semelhantes neste questionário e que poderiam ser replicados para a realidade portuguesa.

Foram acrescentados parâmetros de análise e reformulados outros que pareceram não tão perceptíveis e adaptáveis à nossa realidade e ao eventual contato prévio com o tema (os questionários encontram-se em anexo à presente investigação – Anexos A e B).

Foram definidas linhas de estudo que nos pareceram mais objetivas para a análise de resultados.

A aplicação do método de questionário através dos formulários *online* permitiu-nos neste inquérito distrital, gerir o tempo das três fases de uma forma mais sistematizada e cronologicamente mais coerente.

Podemos levantar logo de início questões sobre a aderência que seria esperada para o grupo profissional e respetivas organizações em análise. Mas essa mesma análise será remetida para as considerações finais do presente estudo.

A construção do questionário segmentou-se em cinco partes distintas:

- f) **Gestão ambiental aplicada à gestão da biblioteca** – estarão as bibliotecas públicas portuguesas a gerir de uma forma sustentável: os seus recursos, o seu edifício e a incluir auditorias e estratégias de planeamento na gestão ambiental dos seus equipamentos e equipas?
- g) **Gestão financeira aplicada à gestão ambiental** – estão a ser aplicados alguns critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições? Ou seja, quando são selecionadas as obras, recursos e conteúdos a adquirir, são tidos em linha de conta princípios como: o código de conduta ambiental da própria editora (existem editoras no mercado que se pautam já por mencionar princípios de sustentabilidade ambiental na sua divulgação e marketing), a quantidade necessária de exemplares a adquirir (não exceder o realmente necessário) ou a distância e respetivos meios de transporte necessários para o fornecimento dos bens propostos para aquisição.
- h) **Redução efetiva do impacto ambiental da Biblioteca** – as bibliotecas possuem ecopontos, mas estarão sensibilizadas para a implementação de uma estratégia de poupança energética? Estarão as bibliotecas apenas a implementar algumas medidas de sustentabilidade ambiental, sem ter conhecimento de outras, que serão tão ou mais importantes e até mesmo, complementares? Poderemos afirmar-nos como ambientalmente sustentáveis apenas porque possuímos locais diferenciados para a separação de resíduos?
- i) **Difusão ao exterior de temas ambientais** – os eventos e as exposições são a tônica fundamental na ligação da biblioteca à sua comunidade, mas serão incluídos nestes temas de sustentabilidade ambiental? Da mesma forma que planeamos uma exposição bibliográfica temática, ou se interagimos com um grupo ou associação artístico local ou quando reservamos um espaço da biblioteca e divulgamos informação, podemos questionar: estarão as bibliotecas a fazer usufruto desses momentos para a transmissão de uma ética e prática sustentável?
- j) **Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à Biblioteca** – afirmar que nos encontramos sensibilizados para um determinado tema ou

conceito é provavelmente algo fácil. Mas será que as bibliotecas públicas em Portugal, conseguem estabelecer relações de causa/efeito entre práticas sustentáveis e imagem da organização? Estarão as equipas sensibilizadas? Conhecem os bibliotecários exemplos e encontram-se informados sobre o que se passa sobre sustentabilidade ambiental em bibliotecas noutras partes do mundo?

Estas são as questões mais pertinentes que pretendemos ver respondidas através deste estudo. Mas a grande questão que o questionário apresentado às bibliotecas públicas pretende aferir é se, de fato, é possível ou não a aplicação de critérios ambientalmente sustentáveis à gestão em bibliotecas.

O desafio consiste em relacionar os dados obtidos através das respostas aos questionários enviados a todos os municípios e estabelecer linhas de análise, que nos permitam identificar:

1. Incoerências nas respostas.
2. Desconhecimento do tema.
3. Predominâncias percentuais.
4. Possível ausência de motivação para a resposta.
5. Inconsistência na afirmação de dados.
6. Dados eventualmente passíveis de confirmação no próprio sítio da biblioteca na web e do próprio município.

A estrutura do questionário perfaz um total de 31 perguntas fechadas e uma pergunta aberta no final, alusiva à importância do debate sobre a sustentabilidade ambiental em bibliotecas:

Gestão Ambiental aplicada à Gestão da Biblioteca

1. Identificação
2. Tipologia
3. A Biblioteca foi construída de raiz?
4. Se a sua resposta foi afirmativa, o projeto de construção teve em consideração critérios de sustentabilidade ambiental?
5. O organismo público em que se insere a Biblioteca dispõe de uma Política Ambiental?
6. A Biblioteca possui uma Política de Gestão Ambiental já instituída?
7. Foram alguma vez realizados estudos de monitorização ambiental na biblioteca?
8. Se a sua resposta foi afirmativa, tiveram esses estudos resultados práticos na gestão da biblioteca?
9. Existe algum grupo de trabalho constituído que vise a implementação de medidas de sustentabilidade ambiental?

Gestão Financeira aplicada à Gestão Ambiental

1. No decorrer de processos de aquisição, são considerados critérios de Sustentabilidade Ambiental?
2. No decorrer do processo de planeamento financeiro, foi alguma vez considerada verba para melhorias de prevenção ambiental na Biblioteca?

Redução efetiva do impacto ambiental da Biblioteca

1. A Biblioteca dispõe de locais para a correta separação de resíduos - "Ecopontos"?

2. Os consumíveis de impressoras são devidamente encaminhados para reciclagem por um operador de resíduos?
3. São realizados e comparados dados de medições de eficiência energética na Biblioteca?
4. A Biblioteca dispõe de uma estratégia para a redução do consumo energético?
5. A Biblioteca possui WC com torneiras de água temporizadas?
6. A Biblioteca dispõe de uma estratégia para a redução de consumo de papel?
7. São incentivados os suportes digitais para a leitura e transferência de informação?

Difusão ao exterior de temas ambientais

1. A Biblioteca organiza eventos ou outra tipologia de encontros que promovam a discussão de temas ambientais?
2. A Biblioteca organiza exposições bibliográficas ou temáticas sobre Ambiente?
3. A Biblioteca colabora com outras instituições de cariz ambiental?
4. A Biblioteca já interagiu com outras Bibliotecas sobre esta temática?
5. A Biblioteca dispõe de uma rede estruturada de transportes públicos que facilitem a deslocação do público?
6. A Biblioteca dispõe de uma ciclovia de acesso?

Reconhecimento e promoção da importância de uma Gestão Ambiental aplicada à Biblioteca

1. Encontra-se familiarizado com o conceito de "Green Library"?
2. Tem conhecimento de exemplos de "Green Libraries" existentes atualmente no Mundo?
3. Reconhece a importância de uma correta gestão ambiental para as Bibliotecas emergentes do Século XXI?
4. Reconhece a interação entre os conceitos de "Marketing" e "Sustentabilidade Ambiental" aplicados a Bibliotecas?
5. A Biblioteca promove sensibilização interna aos técnicos para a prática de ações ambientalmente sustentáveis?
6. Diria que a equipa da Biblioteca se encontra devidamente sensibilizada para as questões ambientais?
7. Considera importante o debate e a implementação de medidas ambientalmente sustentáveis nas Bibliotecas Públicas em Portugal?
8. Porquê?

A análise aos questionários baseou-se numa abordagem objetiva dos dados, o cruzamento à *posteriori* permitiu-nos identificar pontos críticos que não estavam a ser aplicados pelas bibliotecas em Portugal, estabelecer quadros de análise e gráficos comparativos e demonstrar que mesmo na ausência da aplicação de critérios de sustentabilidade, é possível criar uma matriz de procedimentos exequíveis e adaptáveis a cada realidade organizacional no contexto biblioteconómico e dos sistemas da informação.

6.3 – Análise dos questionários

A análise de resultados foi realizada por cada uma dos 5 parâmetros de investigação sujeitos a resposta:

1. Gestão ambiental aplicada à gestão da biblioteca
2. Gestão financeira aplicada à gestão ambiental
3. Redução efetiva do impacte ambiental da biblioteca
4. Difusão ao exterior de temas ambientais
5. Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à biblioteca

“Gestão ambiental aplicada à gestão da biblioteca”

Quanto à tipologia de bibliotecas respondentes os resultados evidenciaram que para a tipologia BM1 temos 50 bibliotecas públicas municipais respondentes, o que perfaz uma percentagem de 59.5%, para a tipologia de BM2, 24 bibliotecas públicas municipais respondentes, o que perfaz uma percentagem de 28.6% e para a categoria de BM3, 10 bibliotecas públicas municipais respondentes – o que perfaz uma percentagem de 11.9%, de um total de respostas de 84 bibliotecas.



Gráfico 4 -Tipologia de bibliotecas públicas municipais respondentes (em percentagem)

Para a questão: **a biblioteca foi construída de raiz?**

47 das bibliotecas responderam que sim, o que equivale a uma percentagem de 56% da nossa amostra e 37 bibliotecas responderam que não o que equivale a 44 % dos respondentes.

A importância desta questão quanto à construção do edifício permite compreender, no caso concreto de edifícios novos (construídos tendo em consideração os propósitos e os objetivos das bibliotecas públicas e algumas construídas no âmbito da RNBP), se os bibliotecários responsáveis teriam ou não conhecimento de critérios de sustentabilidade ambiental aplicados ao projeto inicial de arquitetura.

Na verdade, para a questão se **o projeto de construção teve em consideração critérios de Sustentabilidade Ambiental**, 63 % dos respondentes afirmaram que “não se aplica”, 16% dos respondentes disseram que “não”, 11% afirmaram que “não sabiam” e apenas 8%, o equivalente a 7 bibliotecas num universo de 84 respostas, é que afirmaram que sim – apesar de 47 bibliotecas na pergunta anterior terem afirmado que a biblioteca tinha sido efetivamente construída de raiz.

Esta percentagem de 63% das bibliotecas respondentes que considera que não são aplicáveis critérios de sustentabilidade ambiental ao projeto de construção da biblioteca poderá indicar:

- a) por um lado um total desconhecimento dos objetivos ambientais que possam constar do projeto de arquitetura do equipamento;
- b) um desconhecimento da possível relação entre os espaços e edifícios que albergam as bibliotecas e os seus serviços e a sua correta aplicabilidade no que se refere a medidas e ações ambientalmente sustentáveis.

Na questão se **o organismo público em que se insere a Biblioteca dispõe de uma Política Ambiental**, pretendíamos aferir se as bibliotecas públicas municipais e os seus responsáveis, têm conhecimento dos compromissos em termos de sustentabilidade assumidos pelo município em que se insere a biblioteca.

Os resultados apontaram que 40% das bibliotecas respondentes afirmaram que o município tem uma política ambiental e 19% responderam que não.

Mas denotando algum desconhecimento foram 22 bibliotecas que disseram de uma forma transparente “não sei” e outras 9 que consideram que tal questão “não se aplica” à biblioteca:

O organismo público em que se insere a Biblioteca dispõe de uma Política Ambiental?

Sim	34	40.5%
Não	19	22.6%
Não sei	22	26.2%
Não se aplica	9	10.7%

Das 9 bibliotecas públicas municipais que responderam “Não se aplica” decidimos verificar dentro de todos os municípios, nas suas páginas *online*, se estes dispunham de uma política ambiental ou se afirmavam os seus princípios e valores para a comunidade e munícipes.

Verificámos que todos eles, de alguma forma, explicitam os princípios ambientais que os norteiam na gestão municipal, nomeadamente:

- a) através do compromisso com a Agenda 21 Local;
- b) com a implementação de um plano estratégico de ambiente com o horizonte temporal de 2020;
- c) com o assumir do compromisso autárquico com a energia sustentável no âmbito do Pacto dos Autarcas;
- d) pela implementação de uma Política de Cidades Polis XXI e a criação de estruturas ecológicas municipais.

As autarquias, enquanto organismos públicos que gerem o espaço municipal, cada vez mais, assumem publicamente a sua política e princípios ambientais para o exterior e assumem-se cada vez mais transparentes. Esta transparência em sustentabilidade é conseguida nomeadamente, através da participação em compromissos e projetos internacionais, cuja visibilidade, acompanhamento e intervenção, exige que novas medidas e métodos de avaliação sejam ponderados, colocados em prática e divulgados.

Colocámos a questão se alguma vez tinham sido realizados estudos de monitorização ambiental na biblioteca, nos quais podemos incluir parâmetros como:

- a) consumo e valor gasto de energia elétrica
- b) consumo de água
- c) quantidade de papel
- d) número de digitalizações em detrimento da impressão
- e) quantidade de *toners* de impressora enviados para operadores de reciclagem
- f) volume de resíduos que não são separados em ecopontos destinados para o efeito
- g) aquisição de materiais sustentáveis e amigos do ambiente.

Os dados obtidos por resposta ao inquérito foram os seguintes:



Gráfico 5 – Resultados dos questionários no âmbito da avaliação ambiental realizada em bibliotecas públicas

Podemos concluir que em 71.4% (60) dos inquiridos respondeu que nunca foram realizados estudos de monitorização/avaliação ambiental na biblioteca, apenas 16.7% respondeu que sim, e destes apenas 4.8% afirma que esses estudos tiveram alguma aplicabilidade prática na gestão da biblioteca.

81% dos inquiridos (um total de 68 bibliotecas públicas municipais) considera que a monitorização de dados ambientais “não se aplica” a resultados práticos na gestão da biblioteca

.

Questões a considerar da análise das respostas:

- Possível desconhecimento da aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental ao universo das bibliotecas.
- Inexistência de práticas ambientais e de avaliação por parte das entidades do município ao equipamento da biblioteca.
- Ausência de comunicação interdepartamental, caso existam dados de monitorização e que não estejam a ser considerados ou dado o seu conhecimento ao gestor da biblioteca.

Para a questão: **Existe algum grupo de trabalho constituído que vise a implementação de medidas de Sustentabilidade Ambiental?**

Sim	9	10.7%
Não	59	70.2%
Não sei	10	11.9%
Não se aplica	6	7.1%

Verificámos que cerca de 70% das bibliotecas respondentes não possui ainda um grupo de trabalho que vise a implementação de procedimentos sustentáveis. Todavia, 9 bibliotecas (10.7% dos inquiridos) responderam “sim”, que possuem um grupo de trabalho no sentido de começar a implementar medidas e procedimentos de sustentabilidade ambiental na sua biblioteca: uma biblioteca de tipologia BM2, uma biblioteca de tipologia BM3 e as sete restantes são de tipologia BM1.

Analisemos algumas das respostas no seguinte quadro comparativo para essas 9 bibliotecas que afirmam ter um grupo de trabalho instituído para a sustentabilidade ambiental:

	Grupo de trabalho para a sustentabilidade	Reconhece a importância da sustentabilidade nas bibliotecas	Promove sensibilização à equipa	Equipa está sensibilizada	Reconhece a importância do debate e a implementação de medidas ambientalmente sustentáveis em bibliotecas
1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Não	Não sei	Sim
3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Sim	Sim	Não	Não	Não
5	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	Sim	Sim	Não	Não	Sim
7	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 4 – Síntese de respostas para as bibliotecas que afirmam possuir um grupo de trabalho para a implementação de medidas de sustentabilidade ambiental

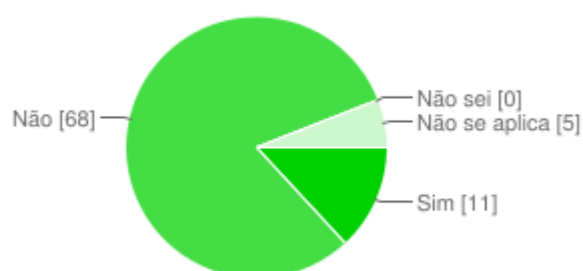
Na realidade apenas uma biblioteca não reconhece a importância do debate e da implementação de medidas ambientalmente sustentáveis, apesar de ter respondido afirmativamente na pergunta “Reconhece a importância da sustentabilidade em bibliotecas” e ter também afirmado possuir um grupo de trabalho para a sustentabilidade.

Denota-se assim alguma incoerência nas respostas, mas podemos sublinhar as seguintes questões:

- Uma biblioteca que possua um grupo de trabalho para a planificação de medidas de sustentabilidade, já consolidou certamente a sua avaliação e a necessidade da construção do seu percurso, para a criação de medidas sustentáveis.
- A equipa da biblioteca poderá não se encontrar ainda sensibilizada. Este será um trabalho decorrente das propostas de ação do grupo que estrutura o plano de procedimentos onde constará a sensibilização aos técnicos.
- Para a criação de uma visão de sustentabilidade para a biblioteca a criação de um grupo de trabalho que promova a informação/formação sobre o tema será o passo inicial juntamente com o reconhecimento da sua importância.

Para a questão **“A Biblioteca possui uma Política de Gestão Ambiental já instituída?”**

Os resultados foram bastante reveladores, 81% das bibliotecas respondentes não possui uma política de gestão ambiental para a gestão diária de procedimentos e consumos do equipamento.



Sim	11	13.1%
Não	68	81%
Não sei	0	0%
Não se aplica	5	6%

Gráfico 6 – Política de gestão ambiental – percentagem de bibliotecas públicas

Foram 11 as bibliotecas municipais que responderam possuir já uma política ambiental instituída, mas através da análise pormenorizada das respostas, verificou-se algumas incompatibilidades no âmbito de procedimentos sustentáveis que seriam imprescindíveis a uma organização que executa, na realidade uma planificação de ações ao nível ambiental.

Analisemos algumas das respostas do seguinte quadro comparativo para essas 11 bibliotecas:

	Divulga a política no site	Grupo de trabalho para a sustentabilidade	Política de aquisições sustentáveis	Medições de consumo energético	Familiarizado com o conceito “biblioteca verde”	Reconhece a relação marketing/sustentabilidade
1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
2	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
4	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
5	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
6	Não	Não sei	Não se aplica	Não	Não	Não sei
7	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

8	Não	Não se aplica	Sim	Não se aplica	Sim	Sim
9	Não	Não se aplica	Não sei	Sim	Não	Sim
10	Não	Não sei	Sim	Sim	Sim	Sim
11	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 5 – Síntese de respostas para as bibliotecas que afirmam possuir uma política de gestão ambiental

Questões a considerar da análise das respostas:

- a) Não é possível possuir uma Política de Gestão Ambiental sem instituir opções de sustentabilidade no âmbito das aquisições.
- b) Para se poder definir uma estratégia de redução de consumo energético, podemos *à priori* definir procedimentos a ter em consideração, mas a avaliação do método pressupõe uma monitorização do consumo.
- c) Não é possível implementar uma política ambiental na biblioteca, sem definir um grupo de trabalho, uma equipa, ou técnico, que faça o acompanhamento dos procedimentos e que implemente junto da restante equipa as ações a ter em consideração.
- d) Sem ter conhecimento do conceito da aplicabilidade de critérios de sustentabilidade em bibliotecas, não me parece viável a gestão correta de uma política ambiental.
- e) Nenhuma das 11 bibliotecas, dispõe para consulta no site institucional ou no regulamento interno, ou algum ponto que faça a ligação para a sua Política de Gestão Ambiental que afirmam possuir.
- f) Não é possível reconhecer a ligação entre marketing e sustentabilidade em bibliotecas, sem fazer uso do respetivo valor da divulgação que uma política ambiental ou carta de princípios de sustentabilidade poderá incutir na comunidade.

“Gestão financeira aplicada à gestão ambiental”

Para ambas as perguntas que constituem este parâmetro de avaliação de aquisições sustentáveis na biblioteca e investimento financeiro na melhoria de condições de sustentabilidade ambiental, os resultados percentuais rondam os 58% de respondentes que afirmam que “não” são considerados estes critérios, nem na aquisição, nem no investimento.

Apenas 22 das bibliotecas respondentes afirmam ter em consideração fatores de sustentabilidade quando procedem a pedidos de aquisição, bem como, apenas 11 bibliotecas afirmam ter já considerado algum tipo de investimento para a criação de condições que permitam a sustentabilidade ambiental na biblioteca.

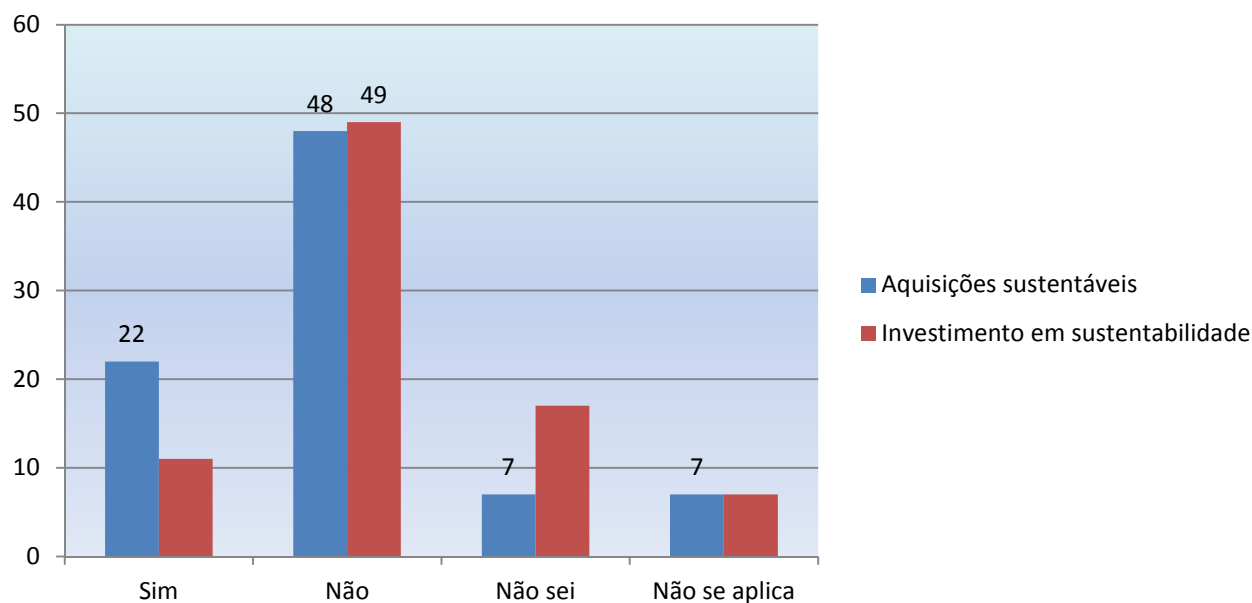


Gráfico 7 – Aquisições sustentáveis e investimento em sustentabilidade ambiental

No decorrer de processos de aquisição, são considerados critérios de Sustentabilidade Ambiental?

Sim	22	26.2%
Não	48	57.1%
Não sei	7	8.3%
Não se aplica	7	8.3%

No decorrer do processo de planeamento financeiro, foi alguma vez considerada verba para melhorias de prevenção ambiental na Biblioteca?

Sim	11	13.1%
Não	49	58.3%
Não sei	17	20.2%
Não se aplica	7	8.3%

“Redução efetiva do impacte ambiental da biblioteca”

Neste critério de avaliação da sustentabilidade ambiental que é aplicada nas bibliotecas públicas municipais portuguesas, decidimos colocar o enfoque em 7 parâmetros considerados essenciais para a redução da pegada ecológica da organização:

- a) promoção da separação de resíduos através de ecopontos
- b) reciclagem de toners de impressoras
- c) conhecimento dos níveis e picos de consumo energético
- d) estratégia para a gestão do consumo de energia
- e) redução do consumo de água
- f) redução do consumo de papel
- g) promoção dos suportes digitais como veículo de sustentabilidade ambiental

O quadro comparativo que se segue e respetivo gráfico evidencia de uma forma bastante clara que a grande maioria das bibliotecas públicas municipais em Portugal já recorre à separação de resíduos com a utilização de ecopontos para a separação do plástico, papel e vidro (caso seja necessário), bem como, ao envio para operadores de reciclagem os cartuchos de tinta utilizados nas impressoras da biblioteca.

Respostas	Separação de resíduos	%	Reciclagem de toners	%
Sim	65	77.4	76	90
Não	19	22.6	3	3.6
Não sei	0	0	3	3.6
Não se aplica	0	0	2	2.4

Tabela 6 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: **vertente de gestão de resíduos**

Respostas	Estratégia de consumo de energia	%
Sim	36	42.9
Não	41	48.8
Não sei	5	6
Não se aplica	2	2.4

Medição de consumo energético	%
20	23.8
48	57.1
9	10.7
7	8.3

Tabela 7 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: **vertente da eficiência energética**

No que concerne a medição e prevenção do consumo de energia e água, cerca de 57% das bibliotecas ainda não se encontra a implementar medidas de monitorização de consumo de energia, 48.8% não está a implementar estratégias para a sua redução e no que toca ao consumo de água 64% das bibliotecas ainda não dispõe de torneiras temporizadas nos seus WC para técnicos e utilizadores.

Respostas	Redução de consumo de água	%	Redução de consumo de papel	%	Suportes digitais	%
Sim	29	34.5	56	66.7	59	70.2
Não	54	64.3	28	33.3	24	28.6
Não sei	0	0	0	0	0	0
Não se aplica	1	1.2	0	0	1	1.2

Tabela 8 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: **na vertente do consumo de água e papel**

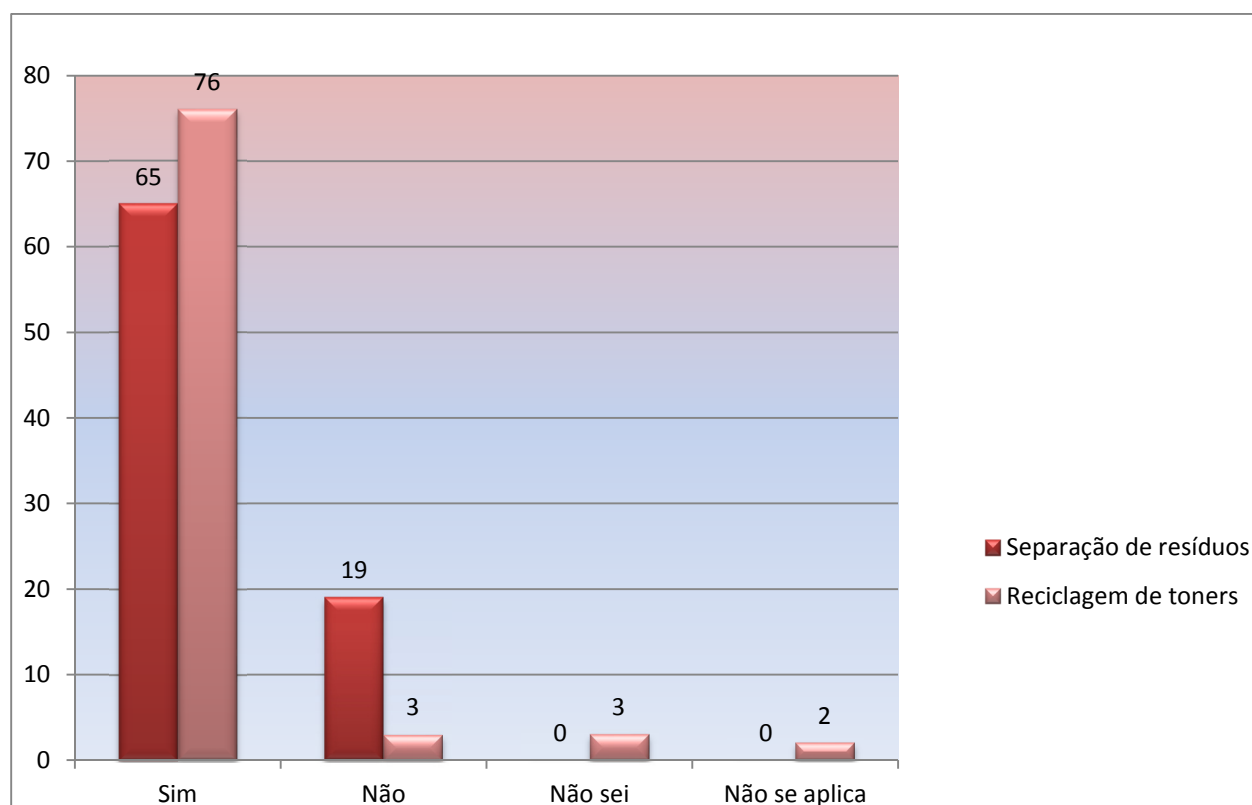


Gráfico 8 - Parâmetros verificados para a redução do impacto ambiental: **gestão de resíduos**.

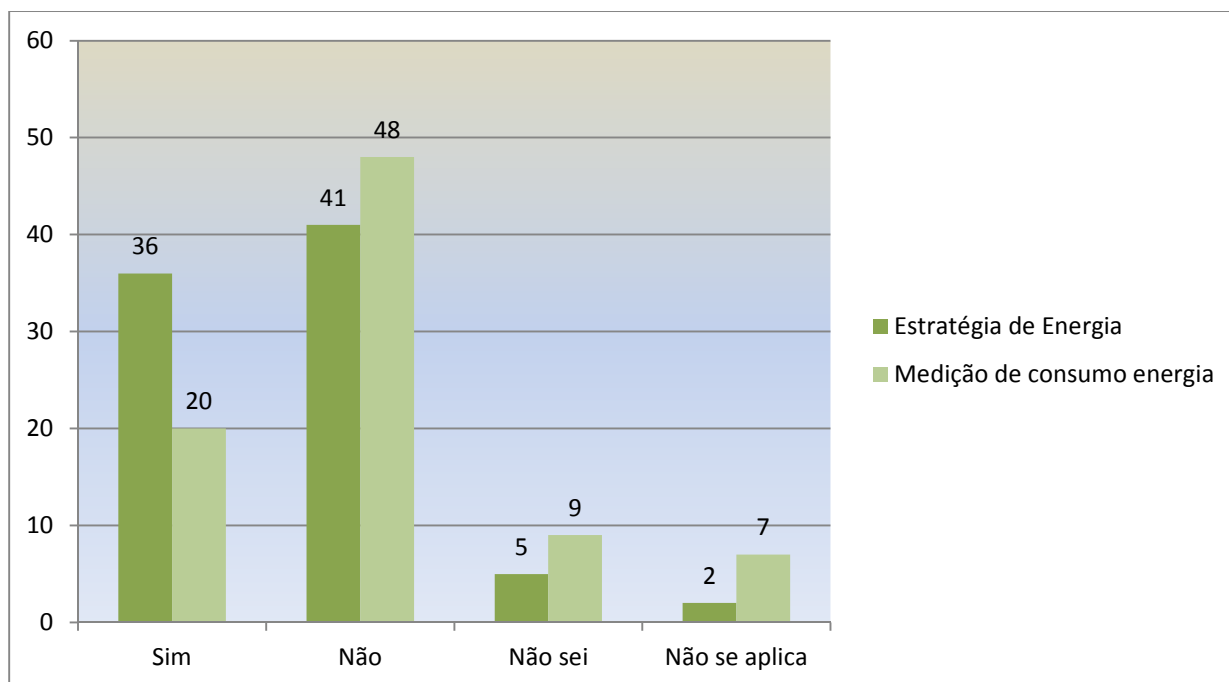


Gráfico 9 - Parâmetros verificados para a redução do impacto ambiental: **estratégia para a redução do consumo energético.**

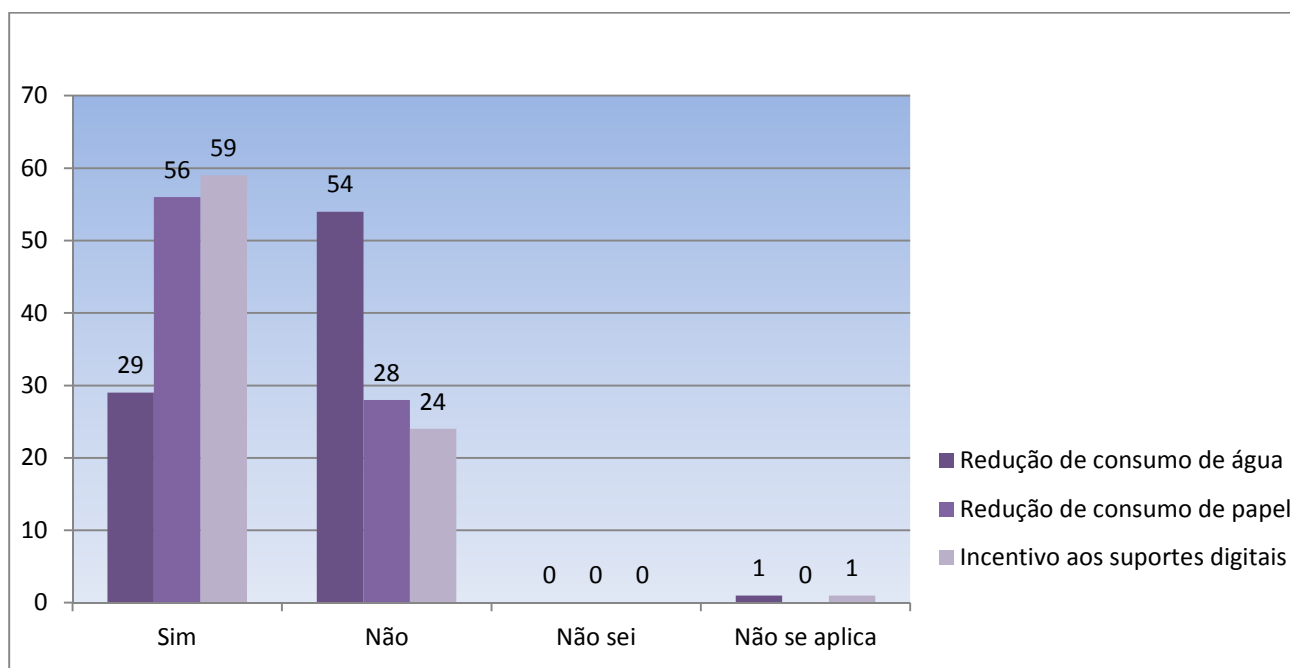


Gráfico 10 - Parâmetros verificados para a redução do impacto ambiental: **estratégia para a redução do consumo de água e papel**

Através da análise do gráfico podemos verificar que o envio para operadores de reciclagem de tinteiros de impressora, a separação de resíduos, a redução de consumo de papel aliada ao incentivo da utilização de suportes digitais, são os parâmetros mais verificados na redução do impacto ambiental das bibliotecas públicas municipais.

No que se refere à medição de valores de consumo energético e à implementação de uma estratégia de redução de consumo (energia e água), as bibliotecas maioritariamente ainda não iniciaram um processo de reflexão e implementação de medidas.

“Difusão ao exterior de temas ambientais”

Em termos percentuais as bibliotecas denotam maioritariamente, que existe atualmente já alguma tendência para incluir a temática ambiental nas suas atividades, sejam estas traduzidas sob a forma de evento público (45%), uma exposição bibliográfica temática (57%) e até mesmo a colaboração com outras instituições cariz ambiental (50%).

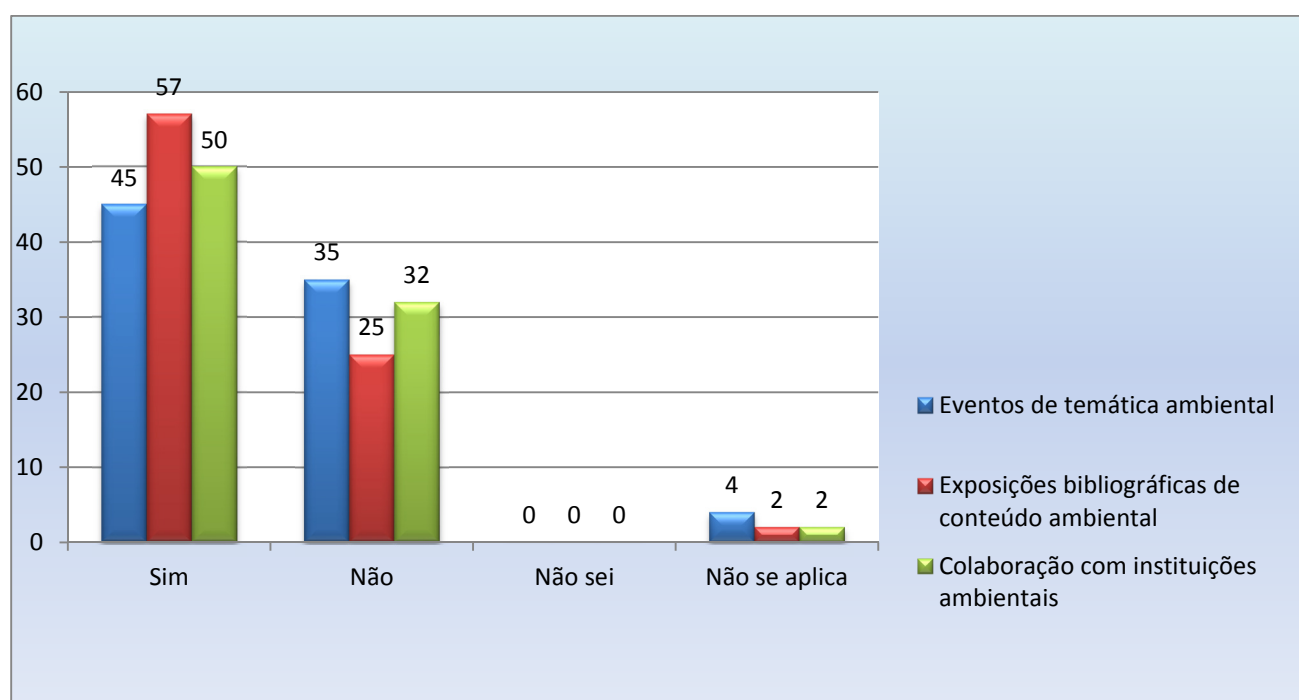


Gráfico 11 – Difusão da temática ambiental em bibliotecas

Mas apesar de se verificar já esta tendência e de na verdade ser patente em 50% dos respondentes da amostra, que existe alguma colaboração com outras instituições de âmbito e contexto ambiental na verdade, no que concerne eventuais contactos com outras bibliotecas sobre a temática da sustentabilidade ambiental essa é maioritariamente inexistente (79.8% dos respondentes afirma não ter tido nenhum contato sobre o tema):

A Biblioteca já interagiu com outras bibliotecas sobre esta temática?

Sim	14	16.7%
Não	67	79.8%
Não sei	1	1.2%
Não se aplica	2	2.4%

A questão da acessibilidade à biblioteca em termos sustentáveis também é deveras importante. Torna-se necessário criar condições que assegurem a deslocação da comunidade até à sua biblioteca. A aposta nesta acessibilidade sustentável permite, para além de diminuir a pegada ecológica da biblioteca, através do incremento em alternativas amigas do ambiente, permite também a transmissão da mensagem de sustentabilidade que a organização pretenderá efetivamente transmitir.

Ao facilitar a forma como se podem deslocar os cidadãos para a consulta e utilização do espaço da biblioteca pública, esta “abre a porta” a uma nova forma sustentável de acesso à informação e que, se inicia desde logo, na forma como o seu público se desloca para realizar esse acesso.

Os resultados mostram que 67.9% das bibliotecas respondentes não possui uma rede estruturada de transportes públicos que assegurem a deslocação da comunidade até à biblioteca, bem como, 90.5% das bibliotecas responderam que não possuem uma ciclovia de acesso que facilitasse a deslocação em bicicleta até ao equipamento municipal.

Na verdade, o assegurar de transportes públicos caberá à entidade transportadora que gere geograficamente a deslocação das populações naquele espaço, mas em articulação com a gestão do município e com o reforçar de determinadas necessidades é possível criar redes de mobilidade sustentável que possibilitem os fluxos de movimento.

As ciclovias também poderão ser de difícil implementação e não recomendáveis para terrenos pouco planos, mas certamente, a maioria das bibliotecas conseguirá desenhar, em articulação com os serviços do município que se dedicam à criação de medidas de sustentabilidade na deslocação dos seus munícipes, uma via favorável à prossecução deste projeto de mobilidade sustentável para a sua própria biblioteca. A criação de locais destinados exclusivamente a estacionamento de bicicletas não será difícil.

A Biblioteca dispõe de uma ciclovia de acesso?

Sim	4	4.8%
Não	76	90.5%
Não sei	0	0%
Não se aplica	4	4.8%

“Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à biblioteca”

Este parâmetro de análise no questionário pretendia avaliar a percentagem de contacto que os gestores das bibliotecas públicas detêm sobre o conceito de “biblioteca verde”, a percentagem de respondentes que possui conhecimento de exemplos de bibliotecas verdes no mundo e que apliquem já noções de sustentabilidade ambiental na sua gestão. Esta análise permitirá *a posteriori, relacionar* os dados obtidos com a importância atribuída para a efetivação de medidas

sustentáveis nas bibliotecas em Portugal, bem como, aferir a importância do início da discussão do tema no seio das ciências da informação e documentação.

Encontra-se familiarizado com o conceito de "Green Library"?

Sim	34	40.5%
Não	50	59.5%
Não sei	0	0%
Não se aplica	0	0%

Tem conhecimento de exemplos de "Green Libraries" existentes atualmente no Mundo?

Sim	29	34.5%
Não	52	61.9%
Não sei	1	1.2%
Não se aplica	2	2.4%

Mais de metade das bibliotecas respondentes afirma que, de facto, não tem contacto com a designação de “biblioteca verde” e não tem conhecimento de exemplos de bibliotecas verdes no mundo.

Se analisarmos em pormenor os 34 gestores de biblioteca que responderam afirmativamente que se encontram familiarizados com o conceito de “biblioteca verde”, desses 17 respondem negativamente à questão: se dispõem de conhecimento sobre exemplos de bibliotecas verdes existentes no mundo.

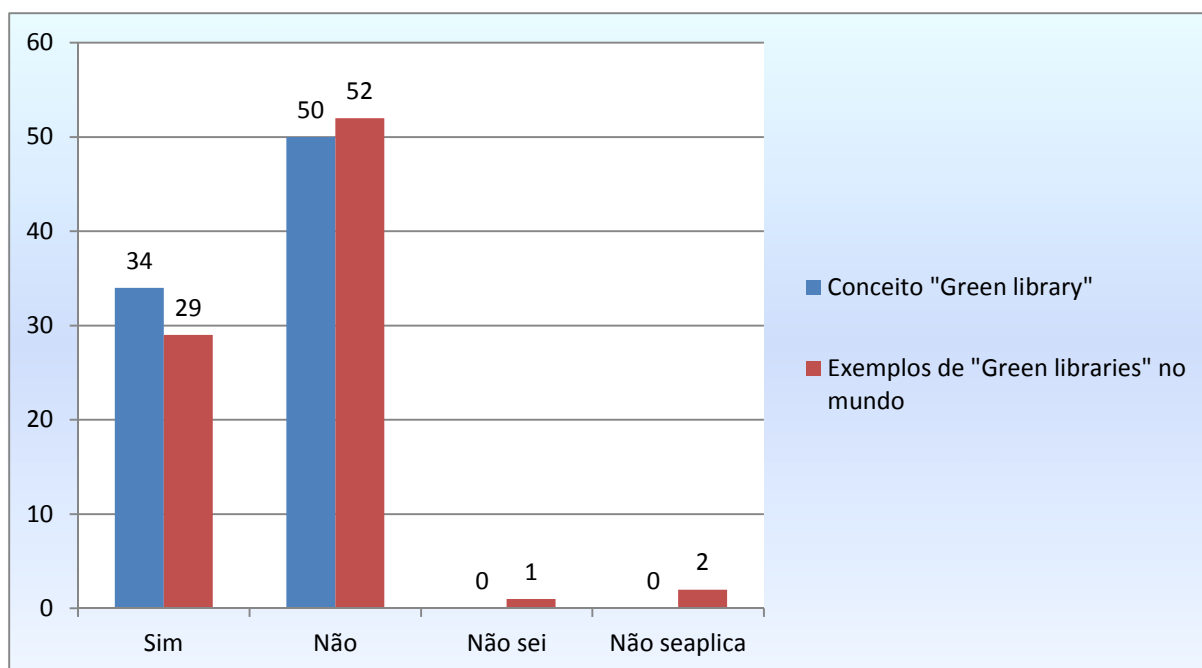


Gráfico 12 – Conhecimento do conceito “green library” e exemplos no mundo.

Na verdade, apesar de existir uma percentagem de 40% dos respondentes que afirma ter já alguma ideia sobre o conceito de “green library” apenas metade destes é que afirma conhecer na prática, exemplos, que consubstanciem a identificação do conceito com alguma organização.

Da mesma forma, através da análise de respostas e valores percentuais às questões que mencionavam a sensibilidade da equipa da biblioteca para a temática da sustentabilidade ambiental em práticas diárias, mais de metade das bibliotecas respondentes respondeu afirmativamente a estas questões. Todavia, nem todas as bibliotecas que assumem ter uma equipa já sensibilizada para a questão se encontra sequer a implementar medidas para a difusão da mensagem de sustentabilidade, por exemplo, para a comunidade.

A Biblioteca promove sensibilização interna aos técnicos para a prática de ações ambientalmente sustentáveis?

Sim	49	58.3%
Não	33	39.3%
Não sei	0	0%
Não se aplica	2	2.4%

Diria que a equipa da Biblioteca se encontra devidamente sensibilizada para as questões ambientais?

Sim	58	69%
Não	19	22.6%
Não sei	7	8.3%
Não se aplica	0	0%

Mas e se na verdade, existe uma larga maioria de equipas em bibliotecas públicas que afirmaram que se encontram já sensibilizadas para esta temática e se na verdade, é inquestionável, o reconhecimento da importância do tema para as bibliotecas emergentes do século XXI, porque é que não existem bibliotecas já com políticas de sustentabilidade ou cartas de princípios para a sustentabilidade, a aplica-las nos seus equipamentos e a fazer uso da sua divulgação?

Analisando este critério de reconhecimento da importância em trabalhar esta temática nas novas bibliotecas públicas (e não apenas nestes sistemas de informação) e a relação possível entre o conceito de “marketing” em biblioteca e o de “sustentabilidade ambiental”, verificámos inequivocamente que:

- a) praticamente todas as bibliotecas respondentes (94%) consideram importante a gestão ambiental em bibliotecas;
- b) reconhecem a interação entre a mensagem a biblioteca e o seu comportamento ambiental (71%)
- c) considera importante o debate sobre medidas de sustentabilidade ambiental a aplicar em bibliotecas em Portugal (97%).

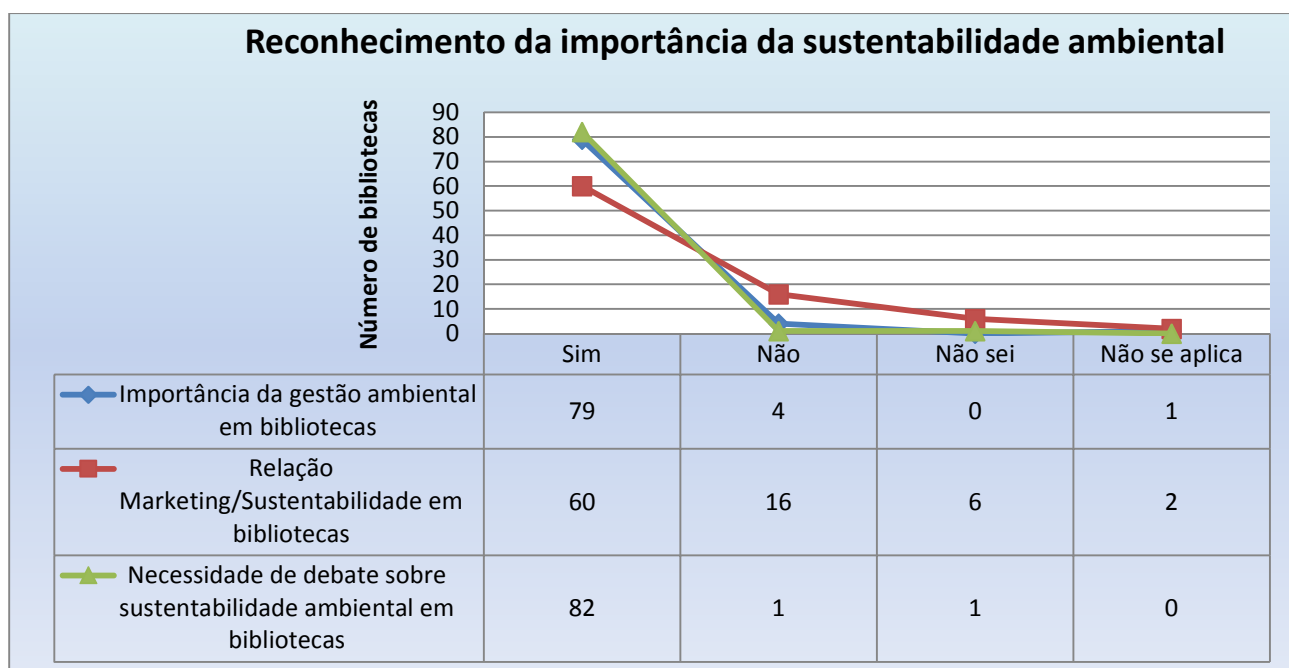


Gráfico 13 - Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à biblioteca

Este gráfico demonstra a sintonia de resposta quanto à necessidade de informação que as próprias bibliotecas e seus gestores evidenciam na temática da sustentabilidade ambiental.

Na realidade para poder informar, há que primeiro estar informado.

Fomos verificar as 4 bibliotecas que afirmaram não reconhecer importância da aplicação de fatores de sustentabilidade ambiental nas bibliotecas. Todas, afirmam ser importante iniciar o debate sobre a aplicabilidade desta nova visão ambiental para as bibliotecas.

A relação entre marketing, imagem e promoção da organização à comunidade e as novas medidas sustentáveis, foi maioritariamente reconhecida pelas bibliotecas respondentes. Na verdade, apenas 16 bibliotecas afirmaram não reconhecer a relação, evidenciando um desconhecimento e como tal, uma necessidade de debate sobre a questão.

Reconhece a interação entre os conceitos de "Marketing" e "Sustentabilidade Ambiental" aplicados a Bibliotecas?

Sim	60	71.4%
Não	16	19%
Não sei	6	7.1%
Não se aplica	2	2.4%

Na pergunta aberta, que permitia aos respondentes sucintamente clarificar quais os motivos porque consideravam pertinente o debate nas bibliotecas públicas portuguesas, pela análise das respostas, podemos contactar com uma preocupação generalizada, principalmente nestes critérios:

- 1º - da responsabilidade do serviço de informar e formar para a “literacia ambiental”;
- 2º - a necessidade de desenvolver metodologia para a sustentabilidade em bibliotecas e boas práticas ambientais, como dever de serviço público;
- 3º - para a correta gestão de recursos da nova biblioteca do século XXI (mais dinâmica, envolvente e contemplando várias valências);
- 4º - a transmissão de princípios ambientais à comunidade e às populações, através do exemplo na execução desses mesmos princípios;
- 5º - a necessidade em alargar a participação à própria tutela da biblioteca;
- 6º - a necessidade em alargar a participação aos órgãos e associações de biblioteca;
- 7º - contribuindo para a proteção do planeta, na visão mais alargada de uma responsabilidade que a todos pertence.

Porque é que considera importante o debate sobre sustentabilidade ambiental aplicada às bibliotecas públicas em Portugal?

97% das bibliotecas respondentes consideram pertinente a discussão. Retirámos algumas das afirmações mais relevantes e diversificadas:

<i>Biblioteca A</i>	<p>“Não só por questões de sustentabilidade mas também porque, em muitos locais, as bibliotecas são referências, no contexto dos equipamentos culturais, pelo que ao adotarem medidas ambientalmente sustentáveis podem influenciar, positivamente, a comunidade a adotar medidas similares.”</p>
<i>Biblioteca B</i>	<p>“As Bibliotecas Públicas deveriam debater e implementar medidas sustentáveis em diferentes âmbitos, começando com pequenas ações, nomeadamente a redução da utilização de papel nos procedimentos administrativos, a utilização de papel reciclado, limpeza das instalações com produtos ecológicos, a redução dos consumos energéticos, a correta separação dos lixos, até poderem criar uma verdadeira política de gestão ambiental.”</p>
<i>Biblioteca C</i>	<p>“A discussão de temas relacionados com as boas práticas ambientais é essencial para a sustentabilidade do planeta e, conseqüentemente, para as gerações atuais e futuras. Por isso, trata-se de um tema muito pertinente a ter em consideração nas Bibliotecas Públicas.”</p>
<i>Biblioteca D</i>	<p>“Este é um tema que deve ser uma preocupação de todos, enquanto cidadãos e profissionais da informação. Deveria haver orientações precisas por parte dos serviços que tutelam as Bibliotecas.”</p>
<i>Biblioteca X</i>	<p>“Por se tratar de um tema não discutido pela Associação de Bibliotecários, pela Direção-Geral do Livro e pelas entidades que tutelam a Biblioteca.”</p>
<i>Biblioteca Y</i>	<p>“A missão é fornecer recursos para a comunidade, apoiar a sustentabilidade através do desenvolvimento curricular; coleções; exposições; eventos; advocacia, comunicação e design de espaço.”</p>

Biblioteca Z	<p>“Tornar as bibliotecas ambientalmente sustentáveis deverá ser a curto prazo uma das preocupações da política autárquica. Os recursos financeiros são cada vez mais escassos e também os recursos humanos vão sendo cada vez menos. A sustentabilidade e mesmo a viabilidade das bibliotecas terá forçosamente que passar por um aproveitamento de todos os recursos energéticos e outros.”</p>
--------------	---

Tabela 9 – Importância do debate sobre aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental nas bibliotecas públicas

Resta acrescentar que no âmbito da reunião decorrida a 22 de Abril com a Agência Intermunicipal de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, de maneira a compreender o processo de certificação energética para a Biblioteca Municipal do Barreiro e na sequência da análise dos questionários, ficou patente a possível ausência de comunicação entre os órgãos deliberativos e possíveis setores de gestão autárquica e as respetivas direções das bibliotecas públicas.

Estas eventuais falhas de comunicação, podem contribuir para o desconhecimento de procedimentos passíveis de estruturar para as bibliotecas e que visem, um correto acompanhamento de processos em curso por parte de quem gere os serviços da biblioteca, edifício e pessoas. Contribuem simultaneamente, para um distanciamento da biblioteca das restantes unidades orgânicas e executivo autárquico, bem como para situações em que a própria imagem da biblioteca não possa usufruir de todas as suas potencialidades, investimentos e partilha de ideias.

Cada vez mais a tutela, deverá escutar as equipas técnicas e gestoras que diariamente se confrontam com todos os desafios em prol de uma gestão eficaz.

7. Normalização e relatórios de boas práticas ambientais

“Les bibliothèques, institutions culturelles les plus nombreuses et les plus fréquentées (1) au monde, ne peuvent pas rester indéfiniment en dehors de la question environnementale (2). Les impacts écologiques des bibliothèques sont typique des activités des institutions tertiaires : en effet elles occupent des bâtiments, génèrent des transports, effectuent des achats et produisent des déchets... Dès lors, pour rendre les bibliothèques écologiquement et socialement plus responsables, la fédération internationale des associations de bibliothèque et des établissements (IFLA) lance depuis 2002 sa déclaration des bibliothèques en faveur du développement durable (3), qui rappelle que tous les êtres humains ont le droit fondamental à un environnement sain pour leur santé et bien-être.”¹¹⁴

Ahmed Ksibi do High Institute of Documentation da Tunisia – Universidade de Manouba em Tunis, por ocasião da sua apresentação no Congresso da IFLA realizado em Helsinkia, em 2012, reporta-nos para a normalização sustentável e ecológica aplicável às bibliotecas.

O universo da biblioteconomia traduz-se na aplicação de várias normas e guidelines à sua gestão diária.

Ksibi (2012, p. 3) remete-nos para a gestão da qualidade através da aplicabilidade da ISO 9001 ou através dos indicadores de performance em biblioteca ISO 11620, mas alarga também sua visão das normas aplicáveis a bibliotecas à ISO 14001, gestão ambiental nas organizações.

Através da estrutura organizacional, da sua planificação, da gestão das práticas e procedimentos, torna-se possível às organizações a formulação da sua própria política de gestão ambiental.

A avaliação dos impactos ambientais de determinado organismo/organização e sua consequente análise e planificação, irá permitir a sua redução.

O autor remete para a importância da norma ISO 26000 – sobre a responsabilidade social das empresas, sendo que deve ser considerada a sua relevância para qualquer organização, principalmente no setor público.

Para Ksibi (2012) a esfera de ação da responsabilidade social aplicada às organizações gira em torno de 7 questões fundamentais:

- a) governança da organização
- b) direitos do Homem
- c) relações e condições de trabalho
- d) ambiente
- e) as práticas
- f) questões relacionadas com o consumo
- g) comunidades e desenvolvimento local

¹¹⁴ KSIBI (2012, p. 2)



Figura 6 – Fatores de influência no seio da *Responsabilidade Social* dentro das organizações
 Fonte: *Normalisation environnementale pour des bibliothèques vertes* – KSIBI (2012, p.6)

Torna-se assim imprescindível difundir a aplicabilidade desta normalização pelos vários sistemas de informação e tipologias de biblioteca, de maneira que esta possa assim ser adaptada à sua realidade, à sua gestão e divulgação.

*“Face aux préoccupations environnementales communément admises dans ces pays développés, les bibliothèques qui n’appliquaient pas les normes environnementales sont dominantes. Rares sont les bibliothécaires qui connaissent les normes environnementales. Pour rendre les bibliothèques écologiquement et socialement responsables, il faut diffuser ces normes environnementales et les rendre intelligibles dans nos milieux documentaires pour convaincre les responsables des bibliothèques et des services de documentation de l’importance du respect des normes.”*¹¹⁵

¹¹⁵ *Op. Cit.* (p. 8)

7.1–Global Reporting Initiative e GRI Sector Supplement for Public Agencies

Direcionado para qualquer organização que pretenda implementar as *guidelines* para a sustentabilidade e para o desenvolvimento sustentável, o GRI – *Global Reporting Initiative* com sede em Amsterdão, na Holanda mas com raízes que remontam a ONG's nos Unidos da América, surge em pleno século XXI tentando demonstrar a urgência na transparência empresarial em prol da sustentabilidade e da sociedade no seu todo.

As primeiras directrizes para relatórios de sustentabilidade datam do ano 2000, no seguimento de interesses de representantes empresariais mas também da ONU, de organizações de direitos humanos e ambientais, firmas de auditorias e entre muitos outros. Era emergente uma orientação internacional, que fosse ao encontro do desenvolvimento sustentável promovido pelas organizações.

O GRI pretende auxiliar organizações para que, juntamente com outras normas e *guidelines* internacionais caminhem num percurso de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e cidadania global.

Através de parcerias criadas com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OECD, a United Nations Environment Programme – UNEP e a ISO (nomeadamente através da ISO 26000) entre outras, as *GRI Guidelines* pretendem assumir-se como ponto de partida para a definição de estratégias que levem em linha de conta o interesse global e o desenvolvimento sustentável e equitativo.

As organizações que pretendam avançar com o seu *Relatório de Sustentabilidade*, conseguem aumentar a transparência das suas ações, reformular a imagem da organização para os seus *stakeholders* e simultaneamente, reduzir os seus impactos ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A aplicação da *GRI framework* contribui para um trabalho sistemático na prevenção de comportamentos e na definição de uma estratégia consistente com os valores assumidos pela organização.¹¹⁶

*“The 2012 UN Conference on Sustainable Development (Rio+20) endorsed sustainability reporting in its outcome document. The 2002 World Summit on Sustainable Development Plan of Action already recognized that sustainability reporting can play a lead role in sustainable development.”*¹¹⁷

Os princípios e linhas de atuação da *G4 (quarta versão) – Sustainability Reporting Guidelines*, pretendem ser aplicáveis a qualquer organização independentemente da sua dimensão ou área geográfica em que esta se encontre.¹¹⁸

¹¹⁶ <https://www.globalreporting.org/information/Pages/default.aspx>

¹¹⁷ <https://www.globalreporting.org/information/current-priorities/sustainable-development/Pages/default.aspx>

¹¹⁸ Estes princípios e linhas orientadoras para a elaboração de um *Relatório de Sustentabilidade* podem ser consultadas online em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>

O *GRI Sector Supplement for Public Agencies* – surgiu em 2004 como consequência da necessidade sentida por agências pertencentes ao setor do Estado, de poderem recorrer a essa mesma *framework* para a sustentabilidade.

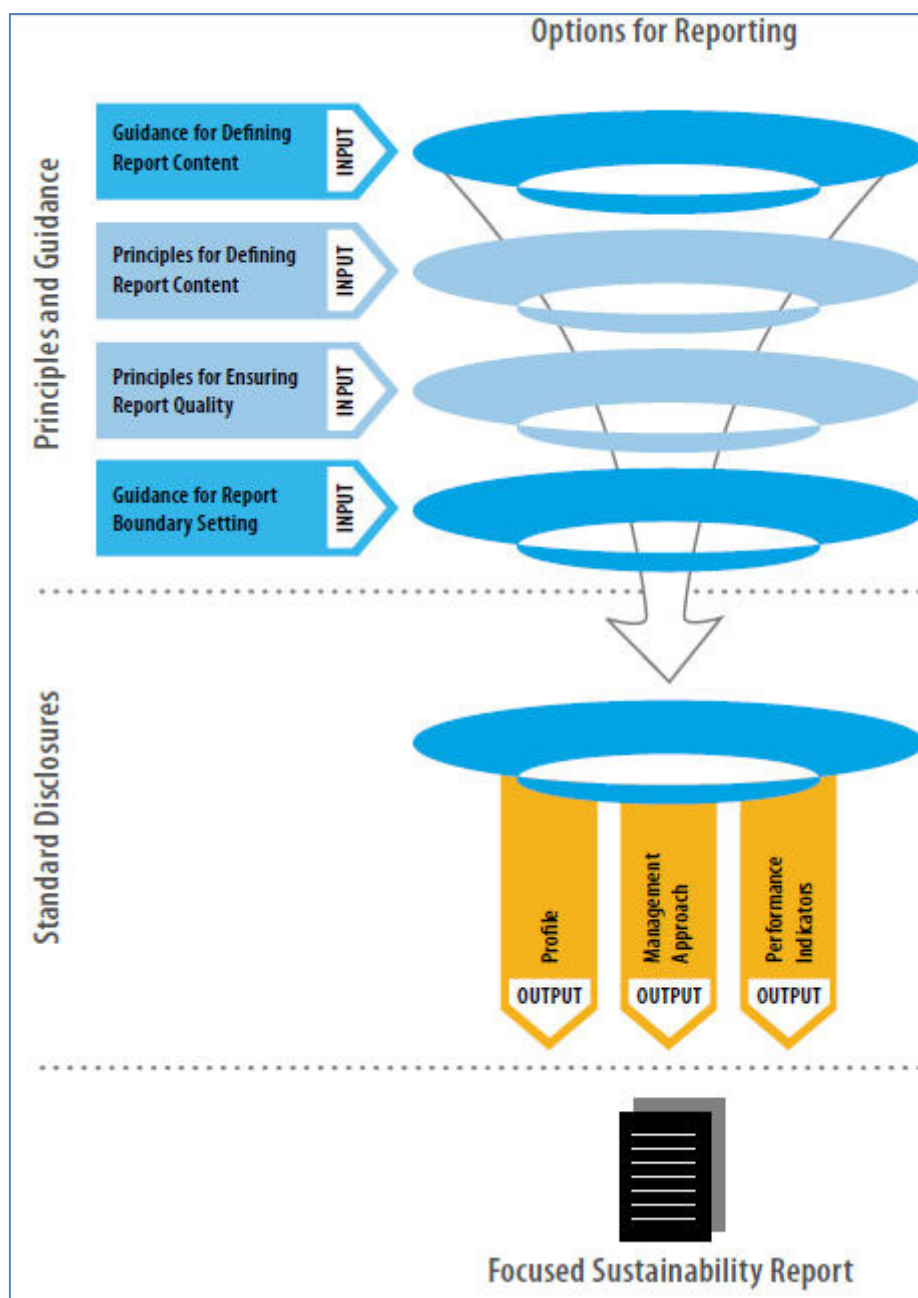


Figura 7 - Global Reporting Initiative – quadro de referência
 Fonte: *Environmental Leader*¹¹⁹ (2010)

¹¹⁹ <http://www.environmentalleader.com/wp-content/uploads/2010/05/GRIguidelines.jpg>

Em Portugal o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD, assume o compromisso perante as suas empresas associadas, de apoiar a liderança e promover a sustentabilidade ambiental desenvolvendo estratégias, ferramentas e parcerias que possibilitem a aposta no desenvolvimento sustentável do tecido empresarial e a criação de uma rede de comunicação e partilha de informação, que permita viabilizar a divulgação de boas práticas entre os seus membros.

Através da Ação 2020 – soluções empresariais para o desenvolvimento sustentável a BCSD pretende promover a sustentabilidade em Portugal, entre os decisores políticos e os agentes da sociedade civil.

“A Visão 2050 foi traçada, em 2010, pelo WBCSD - World Business Council for Sustainable Development, com o objetivo de traçar diretrizes para o caminho que as empresas devem percorrer até 2050, rumo ao desenvolvimento sustentável. Para que os resultados da Visão 2050 sejam alcançados, o WBCSD desenvolveu a AÇÃO 2020 que vai reunir, em cada país, os esforços das empresas nas dimensões económica, ambiental e social.”¹²⁰

7.2- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e NP EN ISO 14001: 2004

Qualquer organização que pretenda implementar uma gestão ambiental e controlar assim os efeitos dos impactos ambientais decorrentes da sua atividade, deverá estruturar, planear e implementar um sistema de controlo, avaliação e melhoria em contínuo.

Um *Sistema de Gestão Ambiental* aplicado a uma organização irá permitir, através da utilização de normas de gestão ambiental (ISO 14001) e de controlo de qualidade (NP EN ISO 9001), a construção de uma política ambiental transparente e controlada que vise essencialmente e no final do processo, para além da renovação da imagem e dos procedimentos, a certificação ambiental da própria organização.

São várias as etapas de consolidação do sistema de gestão ambiental, da mesma forma, que são vários os parâmetros a ter em conta para a sua aplicabilidade em termos ambientais.

- a) **Planeamento** – nesta fase devem existir procedimentos que possibilitem a identificação de aspectos ambientais, desta forma será possível definir metas e objectivos consolidados e reais.
- b) **Implementação e Operação** – fase de desenvolvimento em que a responsabilidade e autoridade do desenvolvimento do projeto deverão estar bem definidas.
- c) **Verificação e ação corretiva** – a documentação e verificação contínua do processo constitui-se de extrema importância, não só vai ditar a melhoria dos procedimentos já em curso, como a sua correta aplicabilidade e continuidade a médio e longo prazo.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Média Empresas - IAPMEI¹²¹ estrutura da seguinte forma, a *checklist* que está na base da aplicação de um SGA por uma organização:

¹²⁰ <http://www.bcsdportugal.org/acao-2020/apresentacao#>

¹²¹ <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=329>

1. “Defina uma política ambiental apropriada para o seu caso;
2. Identifique os aspectos ambientais decorrentes das suas actividades, produtos ou serviços, a fim de determinar quais os impactes ambientais significativos;
3. Identifique os requisitos legais e regulamentares relevantes;
4. Identifique prioridades e defina objectivos e metas ambientais adequados;
5. Estabeleça uma estrutura e programa para implementar a política e atingir os objectivos e metas;
6. Simplifique o planeamento, controlo, monitorização, as acções correctivas, e as actividades de auditoria e revisão, por forma a garantir, simultaneamente, que a política é cumprida e que o sistema de gestão ambiental permanece adequado;
7. Seja capaz de se adaptar a alterações circunstanciais”.

A ISO 14001: 2004 pretende ser a norma a aplicar em vários cenários organizacionais, tendo como objetivo a proteção ambiental e um desenvolvimento sustentável das empresas, sem nunca estas descurem a sua vertente ambiental.

“A presente Norma especifica os requisitos para um sistema de gestão ambiental que permita à organização desenvolver e implementar uma política e objectivos, tendo em consideração requisitos legais e informação sobre aspectos ambientais significativos. Pretende-se que esta Norma seja aplicável a organizações de todos os tipos e dimensões e se adapte a diversas condições geográficas, culturais e sociais.”¹²²

Da mesma forma, a base para a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental a uma organização, será numa primeira fase a tomada de consciência ambiental e a vontade em alterar a própria imagem da organização.

A construção de uma *Política Ambiental*, que seja aplicável à realidade da organização, que seja transparente na sua intencionalidade e que assuma um carácter transversal a todos os procedimentos passíveis de melhoria ambiental e a toda a equipa envolvida nessa mesma melhoria, é o passo inicial a ter em consideração.

“A política ambiental constitui a base sobre a qual a organização estabelece os seus objectivos e metas. A política ambiental deverá ser suficientemente clara para ser passível de ser compreendida pelas partes interessadas internas e externas, e deverá ser periodicamente analisada e revista, de forma a reflectir alterações de condições e de informação. A sua área de aplicação (i.e. âmbito) deverá ser claramente identificada e deverá reflectir a natureza única, a escala e os impactes ambientais das actividades, produtos e serviços, no âmbito definido para o sistema de gestão ambiental.”¹²³

¹²² NP EN ISO 14001:2004 (p. 6)

¹²³ *Op. Cit.* p. 20

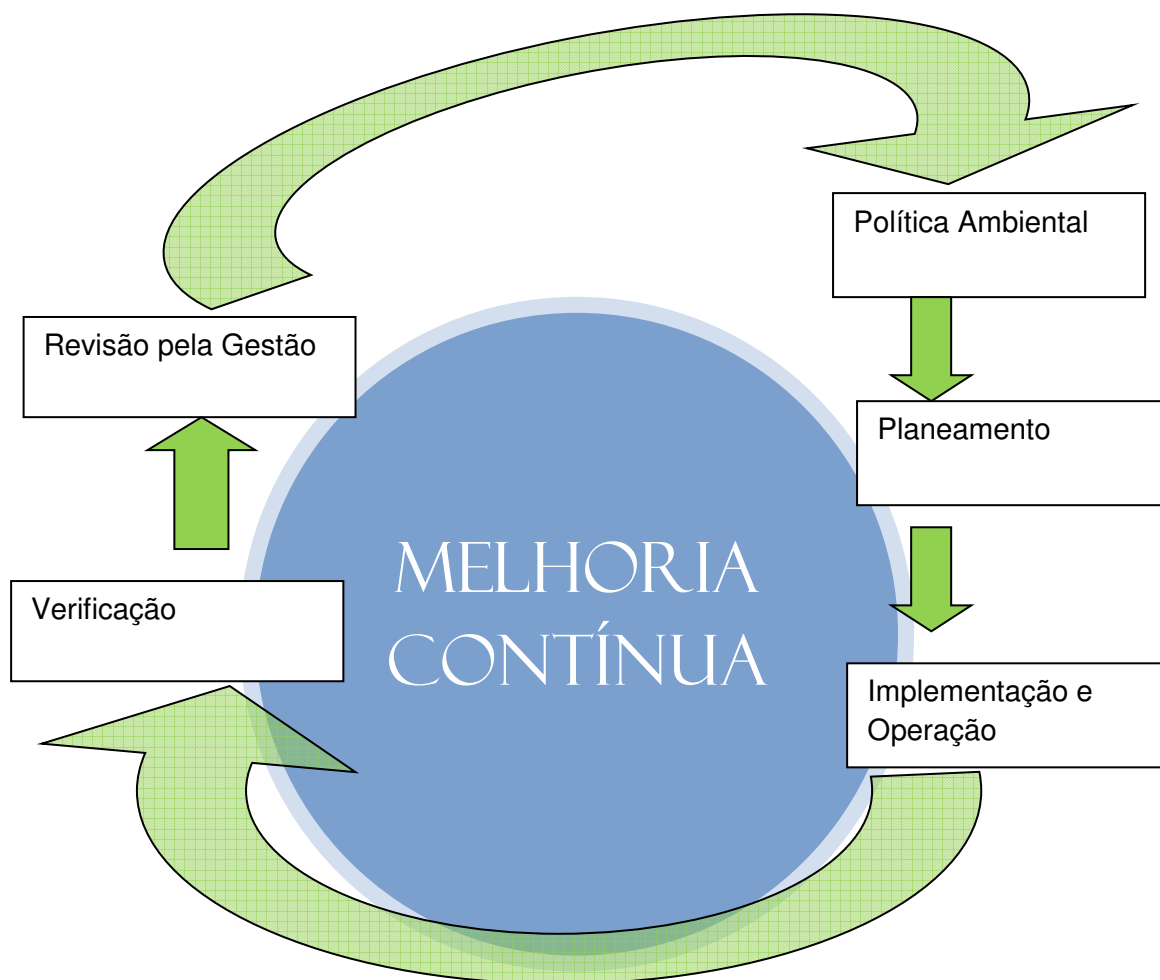


Figura 8 - Modelo de sistema de gestão ambiental com a NP EN ISO 14001

Fonte: Adaptado de NP EN ISO 14001: 2004

A organização que obtenha certificação para o seu Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001, poderá passar para os requisitos EMAS (Eco-management and audit scheme), ou seja, o sistema comunitário de gestão e auditoria ambiental.¹²⁴

Para o efeito deverá a organização:

- Elaborar uma declaração ambiental pública.
- Demonstrar o respeito pela legislação ambiental.
- Estabelecimento de metas de melhoria ambiental contínua.
- Demonstrar que estabelece uma comunicação externa e transparente.
- Demonstrar o envolvimento de toda a equipa.

¹²⁴ Regulamento CE Nº 1221/2009 – Conselho do Parlamento Europeu de 25 de Novembro de 2009

7.3 – Estratégia de sustentabilidade para uma Biblioteca Pública em Portugal

A ideia de que uma biblioteca pode descurar questões ambientais, ou que pura e simplesmente, caberá à tutela a implementação de medidas no âmbito da sustentabilidade e que estas acabarão inevitavelmente, como que por “arrastar” a biblioteca para o assumir de uma posição, é algo que atualmente não faz sentido.

As bibliotecas devem demonstrar iniciativa e elaborar guias de procedimentos em sustentabilidade ambiental, cartas de princípios e simultaneamente, traçar estratégias que lhes permitam, não só a implementação de uma nova forma de gerir e vivenciar os objetivos, como também reformular a sua imagem, o alcance à população e criar novos desafios internos, devolvendo assim à equipa novas metas e uma nova visão de globalidade.

Como podemos constatar através deste estudo, são já várias as bibliotecas no mundo que se encontram a seguir guias e políticas de procedimentos ambientais. Esta nova vertente na gestão permite delinear novos caminhos e novas formas de avaliação para a biblioteca.

O inquérito realizado às bibliotecas públicas municipais em Portugal abre a porta para novas conclusões no seio do que se encontra a ser feito e do que efetivamente está ausente, nesta forma de gestão sustentável para as bibliotecas portuguesas.

O desenho de uma linha orientadora para as bibliotecas públicas, universitárias, ou qualquer outra que pretenda assumir este compromisso global, deve compreender o estabelecimento de regras acompanhadas por um sistema de avaliação e monitorização de resultados, de maneira a aferir a evolução da estratégia de sustentabilidade.

Através de ferramentas corretas é possível a qualquer bibliotecário e gestor, definir o rumo a seguir para transformar a sua biblioteca numa biblioteca ambientalmente sustentável.

Seja através do recurso às normas anteriormente mencionadas, seja por intermédio do setor ambiental, particularmente se nos estamos a reportar à tutela municipal, ou através de exemplos de outras bibliotecas que moldaram a avaliação de parâmetros à sua realidade e que trabalham no sentido de melhorar: é possível às bibliotecas instituir a sua própria política ambiental.

Karioja (2013) na sua apresentação decorrente do Congresso da IFLA em Singapura, remete-nos para a importância da criação de sistemas de avaliação da sustentabilidade em bibliotecas.

É necessário criar modelos e indicadores mensuráveis para que em concreto, se possa proceder a uma avaliação correta do processo de evolução e transformação de comportamentos¹²⁵.

Mas na verdade, para além de sensibilizar as bibliotecas para esta necessidade da mensurabilidade na aplicação de critérios sustentáveis há que em primeira instância, sensibilizar para a importância da transformação na visão das próprias bibliotecas.

Qualquer biblioteca pública já traça diariamente a sustentabilidade nas suas ações.

O empréstimo de obras e a utilização de um espaço livre para o público, a realização de mostras bibliográficas sobre temas ambientais, o incentivo à separação de resíduos através de ecopontos, são apenas alguns exemplos.

As bibliotecas necessitam de saber que podem continuar e podem inclusivamente, fazer muito mais.

Basta para isso agregar critérios de sustentabilidade, implementar um guia de procedimentos, definir uma linha de ação e estruturar objetivos temporais, avaliar, reformular e principalmente, divulgar.

¹²⁵ KARIOJA (2013, p. 5)

A Biblioteca da Universidade de Burgos, é exemplo de um sistema de informação que decidiu embarcar no compromisso ambiental e que divulga na sua página *online*¹²⁶ a estratégia e as suas oito fases de implementação para a Norma ISO 14001:2004.

“Fases de implementación de la norma ISO 14001:2004 y de Reglamento EMAS en la Biblioteca Universitaria:

1.-Diagnóstico medioambiental

Estudio inicial para evaluar la situación real del centro a certificar.

2.- Reunión inicial

Reunión del personal implicado en el proyecto, para informar sobre sistema de gestión de medioambiente y fases del proyecto.

3.-Elaboración documentación

Elaboración de la documentación del sistema de gestión de medioambiente:

Política de Medio Ambiente

Manual de Medio Ambiente

Objetivos de Medio Ambiente

Procedimientos generales

Aspectos medioambientales

Requisitos legales

Plan de emergencias ambientales

Seguimiento y medición medioambiental

Control operaciones

Control de la documentación y registros

Competencia, formación y toma de conciencia

Comunicación

Auditoría Interna

Revisión por la Dirección

No Conformidades

Acciones correctivas, preventivas y de mejora

Procedimientos Específicos

4.-Reuniones individualizadas y en grupos

Reuniones por departamentos y sectores para revisar la documentación y ver el proceso de trabajo.

5.-Formación

Formación del personal sobre sistema de gestión medioambiental.

6.-Auditoría Interna

Auditoría Interna del sistema de gestión medioambiental.

7.-Auditoría de certificación o verificación ambiental

Auditoría o Verificación por la entidad de certificación certificada.

8.- Mejora continua

Mejora continua del sistema certificado.

¹²⁶ <http://www.ubu.es/bubu/es/inforgeneralbubu/biblioteca/biblioteca-verde/sistema-gestion-ambiental-biblioteca>

O objetivo final desta avaliação para a sustentabilidade ambiental e sua aplicabilidade às bibliotecas públicas em Portugal, foi concretizar uma proposta de guia de procedimentos a ter em consideração neste processo de implementação de critérios sustentáveis.

Não obstante que a definição da política ambiental e quais os procedimentos a seguir, caberá sempre a cada biblioteca mediante a sua realidade concreta, verificou-se ser necessário todavia elaborar um ponto de partida sobre o qual fosse possível a reflexão e o debate.

A proposta de guia pretende ser livre para qualquer reformulação e pretende constituir uma nova abordagem e um novo impulso à introdução do tema da sustentabilidade ambiental nas bibliotecas em Portugal.

O resultado deste estudo centra-se neste novo desafio para os sistemas de informação em Portugal, de repensarem a sua atitude e de assumirem em concreto, qual o sentido a dar à sua própria globalidade no seio do tema proposto a discussão pela IFLA este ano de 2015: “Desenvolvimento Sustentável e acesso à Informação”.

Considerações Finais

O presente estudo subordinado ao tema: ***Sustentabilidade ambiental aplicada aos sistemas de informação: estudo e proposta para as bibliotecas públicas em Portugal***, teve como objetivo compreender e identificar que medidas de sustentabilidade estão a ser implementadas neste universo, analisar a importância atribuída à reflexão e debate sobre esta problemática, compreender a extensão de soluções encontradas no estrangeiro e propor uma primeira metodologia aplicável e que produza resultados em três variantes: gestão, marketing e ética sustentável da organização.

Após a perceção da existência de um vasto conjunto de bibliotecas (públicas, universitárias e até mesmo nacionais) que no estrangeiro assumem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, quer através de ações e medidas implementadas na sua gestão do dia-a-dia, quer através de uma literacia ambiental e formação do cidadão no seio da comunidade que servem, seria quase que inevitável compreender o que estaria a ser implementado em Portugal e de que forma.

As boas práticas no universo biblioteconómico são a essência para uma gestão eficaz, a aplicação de *guidelines* e normas estruturam a coerência na funcionalidade da organização. Observar a normalização que respeita à sustentabilidade ambiental e à correta implementação de práticas sustentáveis, aliada à promoção do serviço e à imagem que pretendemos difundir, foi o ponto de partida para algumas bibliotecas americanas e europeias na prossecução do papel da “biblioteca global”.

Se inicialmente os conceitos de *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável*, poderiam parecer desenquadrados das práticas em biblioteca, seriam talvez em hipótese um tema a ser trabalhado por outras áreas como a engenharia ambiental e civil ou a arquitectura no que respeita ao edifício, ou direcionados então para os sistemas de informação que tratam e acessibilizam estas temáticas após a apreensão do seu significado e da sua atualidade, rapidamente compreendemos a possível extensão da sua aplicação.

Tornou-se então evidente que a sociedade atual gira em torno destes conceitos, os quais que tornam incontornáveis. As organizações e as empresas procuram na metodologia em sustentabilidade uma forma de evidenciar as suas preocupações ambientais e sociais, transmitindo uma transparência de princípios e uma valorização ética da visão organizacional. O julgamento caberá sempre ao cliente ou utilizador e que ao adquirir um produto ou serviço, não pretende carregar a culpabilidade de uma má escolha em determinada organização ou empresa.

Todavia não se trata de uma visão puramente ecologista ou ambientalista. Trata-se sim de uma prerrogativa colocada a nível global, nacional, local e que apesar poder parecer pouco visível, encontra-se a ocupar o seu inequívoco lugar na gestão de qualquer instituição privada ou pública.

A ideia de *continuidade* em detrimento da *sociedade do cálculo* é já referenciada na obra de Soromenho-Marques:

“Paradoxalmente, nenhuma sociedade levou tão longe como a nossa a aplicação de métodos quantitativos, nenhuma cultura apreciou tanto o rigor e a medida numericamente determinados. Porém, esta mesma sociedade e cultura que transformou o pensamento num mero calcular, tende vertiginosamente para o omitir do tempo – a duração futura – nos seus planos e equações.” (Soromenho-Marques, 1994, p. 23).

Vivemos a era do *mensurável* e da *demonstração*.

A metodologia em sustentabilidade também prevê essa mesma mensurabilidade. A redução de custos no consumo de energia, água, consumíveis, pode gerar para a organização ou biblioteca

uma mais-valia em termos financeiros e que como tal, poderá e deverá ser comprovado esse mesmo esforço e compromisso.

Mas há uma premissa que nos obriga a ir além do mensurável: a *ética*.

A responsabilidade ambiental pertence também às bibliotecas e cada vez se tornará mais necessário, ir ao encontro dos utilizadores não apenas na sua vertente cultural, mas também nesta visão de *continuidade*. Poderão assim as bibliotecas, assumir um papel fundamental nesta transmissão do que é: *cidadania e globalidade*.

Em 1931 Ranganathan enunciava as “*Five laws of library science*”, refletindo sobre o papel a assimilar pela ciência biblioteconómica, sendo que as bibliotecas devem ser compreendidas enquanto “organismos vivos” que se fundem com a sua comunidade e que atualmente o deverão fazer de uma forma sustentada e responsável.

Verificámos com este trabalho que são inúmeros os estudos estrangeiros em sustentabilidade e que cada vez mais a literatura, reflete uma preocupação em inserir esta vertente na gestão de bibliotecas. O tema encontra-se generalizado e difundido através de associações como a IFLA, ALA e ALIA que implementaram grupos de discussão e que anualmente o inserem em congressos, encontros e seminários para a aplicação de metodologia sustentável. Desta forma, visam a criação de bibliotecas mais amigas do ambiente e que dominam questões no âmbito da sustentabilidade.

Concluímos que em todo o mundo existem atualmente bibliotecas a colocar em prática guias de boas práticas ambientais, aplicados à sua realidade em concreto. Sejam bibliotecas que concorrem à certificação, quer ao nível energético do próprio edifício - a certificação LEED, outras que implementam também métodos de redução de energia, água e que procuram fazer uma correta gestão dos seus resíduos, que se preocupam com a sua pegada ecológica e que se encontram certificadas através da aplicação da ISO 14001: 2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

O contacto com o projeto das bibliotecas públicas finlandesas, que aposta na criação de uma rede de sustentabilidade que permita a reformulação de valores e princípios das próprias bibliotecas e das comunidades locais, fez-nos colocar a questão de como estariam as bibliotecas públicas portuguesas a gerir este novo paradigma e se estas tinham conhecimento desta viragem para o desenvolvimento sustentável.

O questionário da estudante finlandesa Elina Karioja da Universidade de Oulu, no âmbito de um estudo realizado no Congresso de 2012 da IFLA em Singapura, foi adaptado para a realidade portuguesa e serviu para destrinçar: o que seria subentendido como “sustentabilidade”, que medidas estariam a ser realizadas, qual a importância atribuída a este tema e se faria sentido a sua integração quer na gestão de bibliotecas, quer em grupos de discussão e na implementação de estratégias e linhas de ação.

A primeira evidência a reter dos resultados obtidos pelos questionários enviados às bibliotecas públicas municipais de todo o território nacional, foi a não correspondência total de respostas ao que seria expectável para um questionário que aborda um tema totalmente novo no nosso país.

Apesar da verificação sucessiva de contactos e do envio em 3 fases distintas para as 299 bibliotecas públicas municipais, foi rececionado um total de 84 questionários dentro do prazo de resposta.

Queremos acreditar que a falta de disponibilidade aliada à sobrecarga de questionários que os bibliotecários se vêem forçados a responder, poderá estar na origem da ausência de um maior número de respostas, mas obviamente, que a confirmação de tais conclusões terão que aguardar por um futuro trabalho a desenvolver junto dos profissionais da informação em Portugal, analisando o que motiva a “resposta” e a “não resposta”.

No decorrer da primeira fase de contacto com as bibliotecas públicas municipais, foi objecto de reflexão a opção apenas pelo envio dos questionários, ou a possibilidade de uma primeira abordagem via telefone, de maneira a estabelecer um primeiro contacto.

Foram feitos contactos telefónicos para as bibliotecas públicas, em alguns casos foi até possível falar directamente com os bibliotecários responsáveis, mas prevendo alguns casos de impossibilidade foi transmitida a importância da resposta ao questionário, a outros técnicos e funcionários dos equipamentos.

As bibliotecas que responderam ao nosso questionário depararam-se assim com uma série de parâmetros que poderiam ser considerados aplicáveis ou não, ao contexto das práticas biblioteconómicas em Portugal:

Gestão ambiental aplicada à gestão da biblioteca – com o objetivo de retirar conclusões sobre a gestão sustentável, ou a ausência desta, na gestão e prática das bibliotecas públicas;

Gestão financeira aplicada à gestão ambiental – processos de aquisição sem a aplicação de critérios de sustentabilidade e contenção aplicados às compras públicas, não podem ser prática corrente;

Redução efetiva do impacto ambiental da Biblioteca – na verdade, a realidade evidenciou que existem bibliotecas que caminham na direção certa para a sustentabilidade (com a redução da quantidade de papel utilizado, com a reutilização de tinteiros de impressora, com a colocação de ecopontos visando a separação de resíduos);

Difusão ao exterior de temas ambientais – os eventos e as exposições podem ser muito abrangentes e as bibliotecas encontram-se a desenvolver formas distintas de chegar aos diferentes públicos, a sustentabilidade e a aposta no desenvolvimento sustentável é mais uma linha de ação a implementar;

Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à Biblioteca – as bibliotecas públicas reconhecem a importância da discussão deste tema e estabelecem uma ligação entre a gestão em sustentabilidade, o marketing/imagem da organização e a construção de valores que promovam e acompanhem o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Das 84 bibliotecas municipais respondentes 50 eram bibliotecas públicas municipais BM1, o que perfaz uma percentagem de 59.5%, 24 eram bibliotecas públicas municipais BM2, o que perfaz uma percentagem de 28.6% e para a categoria de BM3, foram 10 as bibliotecas públicas municipais respondentes o que perfaz uma percentagem de 11.9%, do universo de respondentes.

Algumas das respostas denotam certas incoerências. Se em larga maioria, as bibliotecas públicas tiveram a sua construção do edifício realizada de raiz e tendo em atenção, que as respostas sugerem que existe um certo grau de conhecimento deste tema por parte dos bibliotecários então, como é possível mencionar que critérios de sustentabilidade ambiental “*não se aplicam*” a processos de construção dos edifícios que albergam as bibliotecas? Quando na realidade fatores como: consumo energético e redução do consumo de água são à partida, os primeiros a serem equacionados juntamente com a escolha da localização do edifício e com a seleção de materiais.

Uma larga percentagem das bibliotecas respondentes (cerca de 63%) afirmou ter conhecimento da existência ou da ausência, de uma política ambiental relacionada com o município em que se inserem. Evidenciam que de certa forma, as bibliotecas se encontram atentas a esta problemática na envolvente municipal.

Mas na verdade, 71% das bibliotecas afirma nunca ter realizado qualquer medição ambiental (energia e água, por exemplo) e outras 81% chegam mesmo a afirmar que monitorização ambiental em bibliotecas “*não se aplica*”.

Como são então possíveis estes resultados, quando praticamente todas as bibliotecas respondentes (94%) consideram importante a gestão ambiental neste contexto e afirmam reconhecer a interação entre a mensagem, a biblioteca e o seu comportamento ambiental (71%).

Não esquecendo que 97% do universo de respondentes considera importante o debate sobre medidas de sustentabilidade ambiental a aplicar em bibliotecas em Portugal.

Possuir uma política de gestão ambiental, ou uma carta de princípios e valores ambientais, implica para a biblioteca um conjunto de prerrogativas que devem ser estruturadas, trabalhadas e avaliadas ao longo do tempo. Facilmente é possível afirmar que possuímos uma política ambiental na nossa biblioteca, mas quando confrontados com o fato da equipa não estar ainda sensibilizada para o projeto, ou que a tutela menospreza a nova linha de gestão ou os utilizadores não se apercebem que a biblioteca tem uma postura diferente e que se pretende pautar por uma visão mais globalizante, então, o mais provável: é que não possuímos, de todo, uma política ambiental.

Na verdade 81% do universo das bibliotecas respondentes afirmou que não elaborou uma política ambiental. Seria importante que todas as bibliotecas tomassem conhecimento de que na realidade, não é assim tão difícil começar.

Mais de metade do universo (58%) não teve acesso a qualquer investimento em termos de sustentabilidade ambiental. Talvez seja importante evidenciar perante os órgãos de gestão municipal de que as bibliotecas sendo espaços que se encontram abertos ao público várias horas por dia e vários dias por semana, devem ser considerados equipamentos públicos numa primeira linha de investimento.

Se de facto, a verba inicial pode ser considerada algo pesada para a carga financeira da autarquia, a verdade é que a médio prazo e conjuntamente com uma nova política de gestão ambiental, o retorno acontece. Da mesma forma são possíveis as tentativas de acordo e protocolos com empresas locais fornecedoras de equipamentos, que possam de alguma forma reduzir o consumo de energia, ou o nível de consumo de água. A manutenção do ar condicionado e a sua correta utilização são alguns factores a considerar, entre muitos outros já mencionados neste estudo, nomeadamente através da nossa *Proposta de guia de procedimentos para a sustentabilidade ambiental nas bibliotecas públicas em Portugal* (Apêndice A).

Para as estratégias a definir em termos de sustentabilidade a maioria das bibliotecas respondentes (77%) incentiva a separação de resíduos e 90% a reciclagem de *toners* e tinteiros de impressora, a grande lacuna sente-se particularmente ao nível da aplicação de medidas de *redução de consumo energético e água*.

Praticamente 80% do universo respondente (79.8%) afirmou não ter tido qualquer contacto com outras bibliotecas sobre esta temática e foram 82 bibliotecas, portanto 99% dos respondentes que afirmaram ser importante a discussão e reflexão nesta matéria.

Importa referir que a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, desempenha um papel crucial na criação de um grupo de trabalho sobre Sustentabilidade Ambiental em Sistemas de Informação, que assumisse a missão de palco para troca de ideias, metodologias e alternativas de trabalho e que colocasse as bibliotecas portuguesas e os arquivos, no percurso desejável para o desenvolvimento sustentável.

As bibliotecas já há muito que se encontram a caminhar ao encontro da sustentabilidade. Para isso constatamos o serviço de empréstimo de publicações, a consulta local e presencial ou até, mais recentemente o surgir das bibliotecas digitais. Qualquer um destes casos promove a partilha da leitura e a troca de conhecimento.

Cerca de 60% das bibliotecas responderam não ter contacto com o conceito de *green library* ou de outras bibliotecas que realizem práticas ambientais na sua gestão diária. Esperamos que este estudo possa contribuir para que, de alguma forma, aumente a curiosidade e a consciência de que é possível adoptar hábitos mais *verdes* e mostrar que as bibliotecas, continuam a guardar em si a responsabilidade de ensinar e partilhar, este conceito de *cidadania global*.

Se 60 bibliotecas respondentes (71%) mencionaram reconhecer a relação possível entre o conceito de “marketing” e o de “sustentabilidade ambiental aplicada a bibliotecas. Fica-nos então a questão: porquê a ausência em cada biblioteca de um grupo de trabalho que gradualmente trabalhe estes requisitos em sustentabilidade? Na verdade 70% das bibliotecas respondeu não possuir ainda, nenhum grupo de trabalho ou técnico a desenvolver alternativas sustentáveis dentro do espaço da biblioteca.

Relembramos Ahmed Ksibi do High Institute of Documentation da Tunisia – Universidade de Manouba em Tunis, que no decorrer da sua apresentação no Congresso da IFLA realizado em Helsinkia em 2012, reforça a importância da normalização e da aplicação de normas de sustentabilidade a bibliotecas. De facto, a ISO 14001:2004 deve ser considerada à luz das diferenças entre os vários sistemas de informação e as respetivas tipologias e características das bibliotecas. Mas é sem dúvida, uma mais-valia e uma nova ferramenta a utilizar na renovação de procedimentos para as nossas bibliotecas públicas. Uma nova atualização desta norma irá também ser disponibilizada em breve, previsivelmente até ao final de 2015.

Obviamente que tudo isto nos faz ainda mais sentido, ao tomarmos contacto com a obra de autores estrangeiros, bibliotecários e docentes universitários em cursos de mestrado e licenciatura em LIS – Library and Information Science – como Joachim Schopf e Petra Hauke que, investem neste preciso momento, na procura de novas soluções e caminhos sustentáveis para a ciência da biblioteconomia na Europa.

A alternativa em sustentabilidade pode ser também um veículo de marketing.

Não basta fazer bem, é preciso demonstrá-lo e partilhá-lo. Caso contrário, não só corremos o risco de não conseguir transmitir a mensagem que pauta os princípios da organização, como podem perder-se oportunidades de valorização e de difusão de serviços.

Deborah Turner da Universidade de Drexel sublinha a importância da inclusão do tema da sustentabilidade nos currículos universitários no âmbito da disciplina de gestão em biblioteca.

A formação sobre gestão em sustentabilidade para sistemas de informação é sem dúvida, uma necessidade atual, emergente e imprescindível, por forma a dotar os futuros gestores da informação com ferramentas e competências, capazes de enfrentar os desafios dos próximos 20 a 30 anos.

Turner (2014, p.4) sugere um quadro de correspondência entre os conceitos utilizados em sustentabilidade (desenvolvimento económico, proteção ambiental e equidade social) e os conceitos de gestão biblioteconómica:

Conceitos em sustentabilidade	Áreas correspondentes em Gestão de Biblioteca
Valores – orientação para o futuro	Valores organizacionais refletidos na missão e visão
Interdisciplinariedade e colaboração	Metas e objetivos
Desenvolvimento económico	Gestão financeira e compras sustentáveis
Proteção ambiental	Gestão do espaço, controlo de recursos e consumos
Vertente social	Liderança, motivação, gestão de marketing/visibilidade
Topo da sustentabilidade	Práticas, serviços, atividades, operações e criação de modelos, contextualizados com uma gestão de recursos.

Tabela 10 – Correspondência entre sustentabilidade e gestão de biblioteca – adaptado (Turner, 2014, p.5)

Não se trata apenas de ir ao encontro de temas como a exploração e consumo de recursos, mas principalmente da noção de *continuidade* de um todo e onde aqui incluímos obviamente: as bibliotecas.

“Library and information science (LIS) educators may support this effort by incorporating sustainability concepts into the LIS curriculum.” (Turner, 2014, p.1)

“Librarians advocate for economically vital access to, and the reuse of information and its products that people can use to improve the quality of their lives. (...) Research findings may help clarify why teaching sustainability in a LIS program may seem to introduce familiar concepts using new vocabulary.” (Turner, 2014, p. 8)

Bowler (2012, p. 1) reafirma esta visão, de que a sustentabilidade não é apenas a reciclagem e a redução do consumo de recursos, mas é sim sobre gestão cautelosa, planeamento e acesso a longo prazo.

“Ensuring that libraries and their services, collections, and ideas are kept alive for future users is both a design and management issue that can be addressed through LIS education. Librarians need to learn about sustainability and sustainable design practices so that they can create libraries that (...) will meet the needs of present library users without compromising the ability of future generations to meet their own needs.” (Bowler, 2012, p.1)

Partridge [Et. al.] (2010, p, 1) foca a re-conceptualização da Ciência da Informação na Austrália e do seu re-posicionamento na educação para o século XXI:

“In recent years there has been considerable discussion afforded to challenges facing the future of library and information science (LIS) education. This presentation will outline a twelve-month national project that will inform the future directions of LIS education and curricula in Australia. Funded by the Australian Learning and Teaching Council (ALTC), the project is being undertaken by eleven institutions representing university and vocational LIS education in Australia. The project’s primary objective is to develop a Framework for the Education of the Information Professions in Australia that will provide evidence based directions and recommendations about developing a cohesive approach for the future education of the profession at a national level. The project will also inform the development of sustainable and dynamic curricula ensuring that future approaches are responsive to new educational needs, and produce graduates with the appropriate skills and attributes for prospective roles in the LIS profession.”

A proposta em relacionar *sustentabilidade e ciências da informação* em Portugal, culmina na reformulação a médio prazo desta nova visão que se pretende para os profissionais da área e que terá necessariamente de passar pela formação dos futuros gestores e criadores de bibliotecas, através da elaboração de um futuro modelo conceptual, que nos permita aprofundar o desenvolvimento e a avaliação contínua de sistemas de informação sustentáveis.

Ressalvam-se outros aspectos desta investigação que não foram eventualmente aprofundados no presente estudo e que em seu seguimento possam ser alvo de futuros trabalhos, nomeadamente: **qual o nível efetivo de motivação e aceitação registado pelas bibliotecas portuguesas para o abraçar de um novo projeto em sustentabilidade?**

Enriquecerão certamente, no futuro, esta primeira dissertação sobre o tema.

Referências Bibliográficas

ABIOLO, Oluremi ; **OKERE**, Oluchi ; - *Environmental literacy and the emerging roles of information professionals in developing economies* [Em linha]. In IFLA WLIC, Puerto Rico, 2011. [Consultado em 01 de Jul. 2014]. Disponível em:

<URL: <http://conference.ifla.org/past-wlic/2011/109-abiolu-en.pdf>>.

ADAMS, William – *The future of sustainability: re-thinking environment and development in the twenty-first century* [Em linha]. Gland: International Union for Conservation of Nature, 2006. (IUCN Report Renowned Thinkers Meeting). [Consultado em 26 de Out. de 2014]. Disponível em: <URL: http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_future_of_sustainability.pdf>.

ADENE – Agência para a Energia – *Plano Nacional para a Ação de Eficiência Energética, 2013-2016*. [Consultado em 20 de Abril de 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.adene.pt/programa/pnaee-2016-plano-nacional-de-acao-para-eficiencia-energetica-2016>>.

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – *Guia Agenda 21 Local: um desafio para todos*. Amadora: APA, 2007.

AL, Rodney ; **HOUSE**, Sara - *Going green in North American public libraries: a critical snapshot of policy and practice* [Em linha]. In IFLA WLIC, Gotemburgo, 2010. [Consultado em 7 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL: <http://conference.ifla.org/past-wlic/2010/135-al-en.pdf>>.

ALA – American Library Association – ALA Sustainability Roundtable - Resolution on the importance of sustainable libraries [Em linha]. [Consultado em 22 de Jun. de 2014]. Disponível em: <URL:http://connect.ala.org/files/DRAFTSustainRT%20Resolution_Importance%20of%20Sustainable%20Libraries.pdf>

ALDRICH, Rebekkah – *Sustainable thinking: evolution and revolution*. In *The green library* [Em linha]. Haia: IFLA, 2013. pp. 16-21. [Consultado em 12 de Nov. de 2014]. Disponível em: <<https://books.google.pt/>>.

ANGLADA, LLUIS – *Are libraries sustainable in a world of free, networked, digital information?* [Em linha]. *El profesional de la información* ISSN 1386-6710 603 (Vol. 23, nº 6 2014) pp.603-611. [Consultado em 30 de Abr. de 2015].

Disponível em: <URL:<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2014/nov/07.pdf>>

APCER – Associação Portuguesa de Certificação – Guia interpretativo NP EN ISO 14001:2004. Lisboa: APCER, 2009.

ARMSTRONG, Howard - *The Role of the Library in Environmental Education: Sedro-Woolley Project Report No. 4* [Em linha]. Sedro Woolley Project, 1971. [Consultado em 18 de Abr. de 2015]. Disponível em: <URL: <http://eric.ed.gov/?id=ED102047>>

AUSILIO, George – *Green libraries are more than just buildings* [Em linha]. *Eletronic green jornal* ISSN 1076-7975 (Vol. 35, nº 1 2013) pp 1-10. [Consultado em 03 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL: <https://escholarship.org/uc/item/3x11862z#page-7>>.

AUSTRÁLIA. Biblioteca Nacional – *Environmental policy* [Em linha]. [Consultado em 30 de Abr. de 2015]. Disponível em: <URL: <https://www.nla.gov.au/policy-and-planning/environmental-policy>>.

BARNES, Laura – *Green buildings as sustainability education tools* [Em linha]. Illinois: Emerald Group, 2012. [Consultado em 02 Maio de 2015]. Disponível em: <URL: <https://www.ideals.illinois.edu/>>

BCDS – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – Ação 2020: soluções empresariais para o desenvolvimento sustentável [Em linha]. [Consultado em 02 de Jun. de 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.bcsdportugal.org/acao-2020/apresentação>>.

BOWLER, Leanne [Et. al.] – *A Framework for exploring sustainability in LIS education* [Em linha]. In Texas: ALISE Annual Conference: Extending our reach, expanding horizons, creating opportunity, 2012. [Consultado em 10 de Jul. 2015]. Disponível em: <URL: <http://d-scholarship.pitt.edu/id/eprint/13287>>.

BOYD, John ; **CRAMER**, Elizabeth – *The quest for sustainability in international library development: the experience of the Riecken Foundation* [Em linha]. Collaborative Librarianship (Vol. 5, nº 2 2013) pp. 70-81. [Consultado em 28 de Abr. de 2015]. Disponível em: <<http://collaborativelibrarianship.org/index.php/jocl/article/viewFile/227/189>>

BS ISO 16439. 2014 - *Information and documentation: methods and procedures for assessing the impact of libraries*. [Londres]: BSI, 2014.

BURN, Debra - *The Grove Library as an example: A “green” library in terms of ongoing community engagement, community expectations, information provision and sharing, and partnerships* [Em linha]. In IFLA WLIC, Lyon, 2014. [Consultado em 17 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: library.ifla.org/940/>.

BURNS, Tom – *The sustainability revolution: a societal paradigm shift* [Em linha]. Sustainability. (2012, nº 4) pp. 1118-1134. [Consultado em 12 de Fev. 2015]. Disponível em: <URL: www.mdpi.com/2071-1050/4/6/1118/pdf>.

BUSHA, Charles; **HARTER**, Stephen - *Research methods in librarianship: techniques and interpretation*. New York: Academic Press, 1980.

CALIXTO, José [Et. al.] – *Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública*. [Em linha]. In Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Nº 11 2012). [Consultado em 19 de Maio]. Disponível em: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/340>>.

CARACO, Alain - *Les bibliothèques à l'heure du développement durable* [Em linha]. Bulletin des bibliothèques de France ISSN 1292-8399 (nº 3 2008), pp. 75-82 [Consultado em 03 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2008-03-0075-010>>.

CARIDE, José António; **ÁNGEL MEIRA**, Pablo – *Educação Ambiental e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

CHAKRABORTY, Susmita - *Going green or not: realities of the Indian metropolis Libraries* [Em linha]. In IFLA WLIC, Singapura, 2013. [Consultado em 23 de Jul. 2014]. Disponível em: <URL: library.ifla.org/113/1/115b-chakraborty-en.pdf>.

CHARNEY, Madeleine - *Academic librarians and the sustainability curriculum: building alliances to support a paradigm shift* [Em linha]. Massachusetts: University, 2014. [Consultado em Jul. 2015]. Disponível em: <URL: http://works.bepress.com/charney_madeleine/69>.

COMUNIDADE EUROPEIA. COMISSÃO ECONÓMICA PARA A EUROPA. *Declaração de Maastricht. Convenção de Aahrus* (2014) [Em linha].
[Consultado em 04 de Mar. de 2015]. Disponível em:
<URL:http://www.apambiente.pt/zdata/DESTAQUES/2014/DeclMaastricht201407_vfinal_PT.pdf>.

COMUNIDADE EUROPEIA. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.* Bruxelas: CE, 2001.

CONNAWAY, Lynn ; **POWELL**, Ronald - *Basic research methods for librarians* [Em linha]. Littleton: Libraries Unlimited, 2010. [Consultado em 17 de Mar. de 2015]. Disponível em: <URL: <https://books.google.pt/>>.

DESRICHARD, Yves - *La bibliothèque verte : le développement durable au quotidien.* Bulletin des bibliothèques de France ISSN 1292-8399 (nº 6 2010) [Consultado em 03 de Abr. 2015]
Disponível em: <URL:<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2010-06-0066-001>>.

ELLYARD, Peter - *Designing 2050: imagining and building a global sustainable society.* Journal of Futures Studies (Vol. 15 nº 3 Mar. 2011) pp. 175 – 190.

ENVIRONMENTAL LEADER [Em linha]. Fort Collins: Business Sector Media LLC, 2006-2015. [Consultado em 03 de Jun. de 2015]. Disponível em:<URL: <http://www.environmentalleader.com/>>.

ESPANHA. Universidade de Burgos – Biblioteca Verde: Sistema de Gestão Ambiental da Biblioteca [Em linha]. [Consultado em 29 de Abr. de 2015].
Disponível em:<URL:<http://www.ubu.es/bubu/es/inforgeneralbubu/biblioteca/biblioteca-verde/sistema-gestion-ambiental-biblioteca>>.

FIGUEIREDO, Eunice – *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: atualizar para responder a novos desafios.* Cadernos BAD. Lisboa. APBAD. ISSN 0007-9421(2004) 60-72.

FREITAS, Judite ; **REGEDOR**, António – *Bibliotecas públicas e cidadania activa* [Em linha]. Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Nº 9 2007) [Consultado em 7 de Abr. de 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/517/284>>.

FRÍAS, José ; **HILÁRIO**, Ana – *Metodologías de investigación en información y documentación.* Salamanca: Universidade, 2004.

FURTADO, João - *Sustentabilidade empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais* [Em linha]. Salvador: NEAMA/ CRA, 2005.[Consultado em 24 de Jan. 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.tdtsustentabilidade.org>>.

GENOVESE, Peter ; **ALBANESE**, Patricia - *Sustainable libraries, Sustainable Services: a global view* [Em linha]. In IFLA WLIC, Puerto Rico, 2011. [Consultado em 18 de Jul. 2014]. Disponível em:<URL:<http://conference.ifla.org/past-wlic/2011/196-genovese-en.pdf>>.

GRI – Global Reporting Initiative – *Sustainability reporting guidelines* [Em linha] [Consultado em 19 de Jan. de 2015]. Disponível em:<URL: <https://www.globalreporting.org/standards/Pages/default.aspx>>.

GULER, Aras ; **CROWTHER**, David – *Handbook of corporate governance and social responsibility* [Em linha]. Surrey: Gower Publishing, 2012. [Consultado em 14 de Jan. de 2015]. Disponível em: <URL: <https://books.google.pt/>>.

GUNTERT, Christoph – *La bibliothèque respectueuse de l'environnement* [Em linha]. Grenoble: Centre Régional de formation aux métiers des bibliothèques, 2012. [Consultado em 12 de Maio de 2015]. Disponível em: < <http://mediat.upmf-grenoble.fr/> >

HAUKE, Petra ; **GRUNWALD**, Marten ; **WILDE**, Anika - *Green libraries coming up! National and international initiatives fostering environmental sustainable libraries and library services* [Em linha]. In **BOBCATSSS Simpósio**, Barcelona, 2014. [Consultado em 10 de Ago. de 2014]. Disponível em: <URL: <https://proceedings.bobcatsss2014.hb.se/article/view/316>>.

HAUKE, Petra ; **WERNER**, Klaus - *Going green as a marketing tool for libraries: environmentally sustainable management practices* [Em linha]. In IFLA WLIC, Singapura, 2013. [Consultado em 12 de Jul. 2014]. Disponível em: <URL: library.ifla.org/147/1/086-hauke-en.pdf>.

HAUKE, Petra ; **WERNER**, Klaus - *The second hand library building: sustainable thinking through recycling old buildings into new libraries* [Em linha]. In IFLA WLIC, Puerto Rico, 2011. [Consultado em 17 de Jul. 2014]. Disponível em: <URL: conference.ifla.org/past-wlic/2011/196-hauke-en.pdf >.

HAUKE, Petra ; **LATIMER**, Karen ; **WERNER**, Klaus - *The Green Library. Die grüne Bibliothek: The challenge of environmental sustainability. Ökologische Nachhaltigkeit in der Praxis* [Em linha]. Haia: IFLA, 2013. [Consultado em 12 de Nov. de 2014]. Disponível em: < <https://books.google.pt/>>.

HENNING, Wolfram - *La bibliothèque verte : écologie et durabilité dans la construction des bibliothèques* [Em linha]. Paris: ADBDP, 2009. [Consultado em 29 de Abr. de 2015]. Disponível em:<URL: <http://www.adbdp.asso.fr/spip.php?article1116>>

HERNANDEZ SAMPIERI, R. ; **FERNÁNDEZ-COLLADO**, C. ; **BAPTISTA LUCIO**, P. – *Metodología de la investigación*. México: McGraw-Hill, 2006.

IFLA - Internacional Federation Libraries Association. *Statement on libraries and sustainable development (2002)* [Em linha]. [Consultado em 15 de Jul. de 2014]. Disponível em: <URL: <http://www.ifla.org/publications/statement-on-libraries-and-sustainable-development>>.

IFLA - Internacional Federation Libraries Association. *Directrizes da IFLA para bibliotecas públicas* (tradução portuguesa de 2013) [Em linha]. [Consultado em 23 de Fev. de 2015]. Disponível em: <URL: www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>.

IFLA - Internacional Federation Libraries Association. *The Lyon declaration (2014)* [Em linha]. [Consultado em 25 de Set. de 2014].

Disponível em: <URL: <http://www.lyondeclaration.org/>>.

IFLA - Internacional Federation Libraries Association. *Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda* [Em linha]. [Consultado em 20 de Jan. de 2015]. Disponível em: <URL:<http://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/ifla-post-2015-a2i-libraries-toolkit.pdf>>

JANKOWSKA, Maria - *Going beyond environmental programs and green practices at the American Library Association* [Em linha]. *Eletronic green jornal* ISSN 1076-7975 (Vol. 32, nº 1 2011) pp 1-17. [Consultado em 23 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL: <http://escholarship.org/uc/item/1zs6k7m2>>.

KARIOJA, Elina – *Sustainability in libraries: a comparative study of ecological sustainability in IFLA WLIC 2012* [Em linha]. Oulu: University of Applied Sciences, 2013. 83 p. Tese de bacharelato. [Consultado em 10 de Ago. 2014]. Disponível em: <URL: http://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/56815/Karioja_Elina.pdf>.

KARIOJA, Elina - *How to evaluate libraries' sustainability? An approach to na evaluation model and indicators* [Em linha]. In IFLA WLIC, Singapura, 2013. [Consultado em 12 de Jul. 2014]. Disponível em: <URL: library.ifla.org/114/1/115b-karioja-en.pdf >.

KOTLER, Philip – *Marketing management, millenium edition* (custom edition for University of Phoenix) [Em linha]. Boston: Pearson Custom, 2002. [Consultado em 15 de Mar. de 2015]. Disponível em:<URL: <http://www.perspectiva.md/ro/files/biblioteca>>.

KSIBI, Ahmed - *Normalisation environnementale pour des bibliothèques vertes: [Environmental standardization for green libraries]* [Em linha]. In IFLA WLIC, Helsinkia, 2012. [Consultado em 10 de Jun. 2015]. Disponível em: <URL: <http://conference.ifla.org/ifla78> >.

KUMAR, P. Suresh – *Greening the library for sustainable development* [Em linha]. Bangalore: LISCOM, 2014. [Consultado em 2 de Abr. de 2015]. Disponível em:<URL: <http://www.liscom.org>>.

LAERKES, Jakob ; MANOLIS, Patti - *Building libraries for tomorrow : collaborative Project Report* [Em Linha]. INELI Cohort 1, 2013. [Consultado em 18 de Mar. 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.grlc.vic.gov.au/sites/default/files/pdfs/Board-Report-Attachment4-Sept-16-2013.pdf>>.

LEITE, Carlos – *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LOGAN, Andrew [Et. al.] - *Tomorrow's Green Library* [Em linha]. Melbourne: Public Libraries Victoria Network, [2012]. [Consultado em 25 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL:http://www.plvn.net.au/sites/default/files/report_tomorrows_green_library.pdf>

LOZANO DIAZ, Roser - *La biblioteca pública del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizandoo personas*. Gijón: Trea, 2006.

MANSFIELD, Clarissa - *Western Libraries sustainability evaluation* [Em linha]. Washington: Western Washington University, 2013. [Consultado em 1 de Out. 2014]. Disponível em: URL:

[http://www.wvu.edu/sustain/involved/resources/Western%20Libraries%20Sustainability%20Evaluation%20\(March%202013\).pdf](http://www.wvu.edu/sustain/involved/resources/Western%20Libraries%20Sustainability%20Evaluation%20(March%202013).pdf)

MARKLESS, Sharon ; **STREATFIELD**, David - *Recent developments in library evaluation, statistics and measurement and why they are important* [Em linha]. In IFLA WLIC, Lyon, 2014. [Consultado em 16 Nov. 2014].

Disponível em: <URL: <http://library.ifla.org/891/1/89-markless-en.pdf>>.

MARKLESS, Sharon ; **STREATFIELD**, David - *Evaluating the impact of your library service*. London: Facet, 2013.

MARSHALL, Julian ; **TOFFEL**, Michael – *Framing the elusive concept of sustainability: a sustainability hierarchy* [Em linha]. *Environmental science & technology* (Vol. 39, nº 3 2005), pp. 673-682. [Consultado em 1 de Mar. de 2015].

Disponível em: <URL: http://personal.ce.umn.edu/~marshall/Marshall_6.pdf>.

MARTINEZ CÁCERES, Lucilia - *Inovação, transformação, sustentabilidade: desafios no século 21 para as bibliotecas públicas colombianas* [Em linha]. *CRB-8 Digital*, São Paulo (Vol. 5 nº 2 2012) pp. 69-79 Disponível em: URL: <<http://revista.crb8.org.br>>

MELER, Marcel ; **MAGAS**, Dragan - *Sustainable marketing for sustainable development* [Em linha]. In Conferência Acadêmica Internacional, 11, Reykjavik, 2014 (pp. 216-234). [Consultado em 03 de Fev. de 2015].

Disponível em: <URL: <http://proceedings.iises.net/>>.

MONIKA, Antonelli – *The Green library movement: An overview of green library literature and actions from 1979 to the future of green libraries* [Em linha]. *Electronic green journal* ISSN 1076-7975 (Vol. 27, Out. 2008) pp 1-12. [Consultado em 17 de Set. 2014]. Disponível em: <URL: <https://escholarship.org/uc/item/39d3v236>>.

MORAN, Emilio – *Environmental social science: human-environment interactions and sustainability*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

MOREIRA, António (ed. lit.) – *O agora das bibliotecas públicas ou a biblioteca ágora: bibliotecas públicas, coworking e inovação*. Coimbra: Fundação CEFA, 2012.

MOTA, Isabel [Et. al.] – *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável: 2005-2015* [Em linha]. [Consultado em 07 de Dez. 2014]. Disponível em: <URL: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>>.

MUELA-MEZA, Zapopan Martín - *Una introducción a las metodologías de investigación cualitativa aplicadas a la bibliotecología*. *Bibliodocencia: Revista de Profesores de Bibliotecología*. (Jan.-Mar. 2006, Vol. 2 n.12), pp. 4-12.

NP EN ISO 14001. 2004 - *Sistemas de gestão ambiental: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização* (ISO 14001:2004). Lisboa: IPQ, 2004.

OCHÔA, Paula ; **PINTO**, Leonor – *Conceitos emergentes da excelência* [Em linha]. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (Nº 11 2012) [Consultado em 17 de Abr. de 2015]. Disponível em: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/299/pdf>>.

ONU – Organização das Nações Unidas – *The future we want* [Em linha]. Rio de Janeiro: ONU, 2012. [Consultado em 09 de Março de 2015]. Disponível em: <URL: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf.pdf>.

ONU – Organização das Nações Unidas – *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development* [Em linha]. ONU, 1987. [Consultado em 09 de Fev. de 2015]. Disponível em:<URL: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>.

OYELUDE, Adetoun ; **ALABI**, Adefunke - *Greening: pluses and minuses of Nigerian libraries in promoting environmental sustainability* [Em linha]. In IFLA WLIC, Singapura, 2013. [Consultado em 27 de Jul. 2014]. Disponível em: <URL: <http://library.ifla.org/133/1/115b-oyelude-en.pdf>>.

PARREIRA, Zélia ; **CALIXTO**, José – *A regulamentação legal das bibliotecas públicas* [Em linha]. In Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Nº 11 2012). [Consultado em 19 de Maio]. Disponível em: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/409>>.

PARTRIDGE, H. [et. al.] - *Charting Future Directions: towards cohesive and sustainable library and information science education in Australia* [Em Linha]. In Boras: EUCLID conferences, Cooperation and Collaboration in Teaching and Research. Trends in Library and Information Studies Education (2010, p. 1-16). [Consultado em 07 de Jul. 2015]. Disponível em: <URL: <http://conf.euclid-lis.eu/index.php/IFLA2010/IFLA2010/paper/view/12>>.

PENEDA, João – *O paradigma da sustentabilidade* [Em linha]. Arte & Sociedade. Lisboa: Faculdade de Belas Artes (2011), pp. 370-375. [Consultado em 12 de Fev. 2015]. Disponível em: <URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5213>>.

PEREIRA, Ângela - *Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução concetual* [Em linha]. In Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Nº 11 2012). [Consultado em 06 de Maio]. Disponível em: <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/10>>.

PINTO, Maria Leonor – *O marketing nas bibliotecas públicas portuguesas*. Lisboa, Colibri, 2007.

PINTO, Maria Leonor ; **BARRULAS**, Maria Joaquina - *A disciplina de marketing e a prática do bibliotecário: estudo de caso em bibliotecas da RNBP* [Em linha]. Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Nº 8 2004) [Consultado em 17 de Jun. de 2015]. Disponível em: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/630>>.

PORTUGAL. Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 2014-2020 - *Investimento e crescimento sustentável* [Em linha]. [Consultado em 9 de Mar. 2015]. Disponível em: < <https://www.portugal2020.pt/>>.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Agrupamento de Escolas Eugénio dos Santos. Bibliotecas Escolares – *Projeto Biblioteca Verde* [Em linha]
[Consultado em 21 Maio de 2015]. Disponível em:<URL:<http://www.cre-eugeniosantos.net/bverde.pdf>>.

QUEIRÓS, Margarida – *O paradigma da sustentabilidade: caminhos para a substituição da versão fraca pela versão forte em áreas urbanas* [Em linha]. Cadernos de geografia. Coimbra: FLUC (1998, nº 17), pp. 131-138. [Consultado em 27 de Fev. 2015].

Disponível em:

<[URL:http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo17/artigo20](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo17/artigo20)>

QUIVY, Raymond ; **CAMPENHOUDT**, Luc Van – *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.

QUIVY, Raymond ; **CAMPENHOUDT**, Luc Van - *Manuel de recherche en sciences sociales* (4e edition) [Em linha]. Paris: Dunod, 2011. [Consultado em 03 de Fev. 2015]. Disponível em: <[URL: https://books.google.pt/](https://books.google.pt/)>.

REGULAMENTO nº 1221/2009 [Em linha]. Conselho do Parlamento Europeu. “Jornal Oficial da União Europeia”. L342/1 – 45.[Consultado em 11 de Maio de 2015]. Disponível em:<[URL: http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:342:0001:0045:PT:PDF](http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:342:0001:0045:PT:PDF)>.

REUTLINGER, Janina – *Sustainable marketing: the importance of being a sustainable business* [Em linha]. Lahti: Lahti University of Applied Sciences, 2012. 72 p. Tese de bacharelato. [Consultado em 10 de Mar. 2015]. Disponível em: <[URL: http://publications.theseus.fi/bitstream/handle/10024/50565/Reutlinger_Janina.pdf?sequence=1](http://publications.theseus.fi/bitstream/handle/10024/50565/Reutlinger_Janina.pdf?sequence=1)>.

RIDI, Ricardo – *La responsabilità sociale delle biblioteche: una connessione a doppio taglio* [Em linha]. Biblioteche oggi (Abril 2014) pp 26-41. [Consultado em 23 Abr. 2015]. Disponível em: <[URL: http://www.bibliotecheoggi.it/2014/20140302601.pdf](http://www.bibliotecheoggi.it/2014/20140302601.pdf)>.

ROBERTS, Diane ; **KOEPLIN** John – *Sustainability reporting practices in Portugal: greenwashing or triple bottom line* [Em linha]. International Business & Economics Research Journal (Vol. 6, nº 9 2007) pp. 29-40. [Consultado em 25 de Fev. de 2015]. Disponível em: <[URL: http://repository.usfca.edu/](http://repository.usfca.edu/)>.

RODIÉ, Ivana – *Responsabilité sociale des entreprises: le développement du cadre européen* [Em linha]. Geneve: Institut Europeen de l'Université de Geneve, 2007. Obtenção do Diploma em Estudos Europeus. [Consultado em 07 de Mar. de 2015]. Disponível em: <[URL: http://www.unige.ch/gsi/files/4014/0351/6367/RodicRSE.pdf](http://www.unige.ch/gsi/files/4014/0351/6367/RodicRSE.pdf)>.

ROGERS, Peter ; **JALAL**, Kazi ; **BOYD**, John - *An introduction to sustainable development* [Em linha]. London: Hearthscan, 2012. [Consultado em 22 de Jan. de 2015]. Disponível em: <[URL: https://books.google.pt/](https://books.google.pt/)>.

SALAUN, Jean-Michel – *Notes sur le calcul du retour sur investissement (ROI) des bibliothèques et bases de données publiques*. Montreal: Université de Montréal, 2013. pp.1-6 [Consultado em 03 de Abr. de 2015]

Disponível em: <[URL: http://personal.crocodoc.com/pgLZM3w](http://personal.crocodoc.com/pgLZM3w) >.

SANCHÉZ VELASCO, Carlos - *Una acción sustantiva de las bibliotecas para la sustentabilidad institucional: sustentabilidad y desarrollo de acervos* [Em linha]. Coloquio ALCI 2014. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2014. [Consultado em 22 Jan. 2015]. Disponível em: http://www.uv.mx/veracruz/alci/files/2013/09/Una-accion-sustantiva-de-las-bibliotecas-universitarias-para-la-sustentabilidad-institucional_Carlos-Alberto-Sanchez-Velasco_TC.pdf

SCHAPER, Louise – *The daily green*. In The green library [Em linha]. Haia: IFLA, 2013. pp. 21-26. [Consultado em 12 de Nov. de 2014]. Disponível em: < <https://books.google.pt/>>.

SCHERER, Jeffrey - *Green libraries promoting sustainable communities* [Em linha]. In IFLA WLIC, Lyon, 2014. [Consultado em 16 Nov. 2014]. Disponível em: <URL: library.ifla.org/939/1/152-scherer-en.pdf >.

SCHIFFMAN, Leon ; **KANUK**, Leslie ; **HANSAN**, Harvard - *Consumer behaviour: a european outlook pearson education* [Em linha] . Essex: Pearson Education, 2008. [Consultado em 08 de Jan. de 2015]. Disponível em: <URL:<https://books.google.pt/>>.

SCHMIDT, Luísa ; **NAVE**, Joaquim ; **GUERRA**, João – *Autarquias e desenvolvimento sustentável: Agenda 21 Local e novas estratégias ambientais*. Porto: Fronteira do Caos, 2005.

SCHOPFEL, Joachim – *The global library* [Em linha]. Conference of Slovene Special and Academic Libraries, Eslovenia, 2012 pp.39-51. [Consultado em 27 de Mar. de 2015] Disponível em: <URL: http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00794983 >.

SCHOPFEL, Joachim - *Towards the global library: aplying Agenda 21 to library marketing* [Em linha]. In Marketing Library and Information Services - II: a global outlook, IFLA De Gruyter (2013) pp.409-423 [Consultado em 27 de Mar. de 2015] Disponível em: <URL: http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_01081529/document >.

SCHOPFEL, Joachim - *Strategic library management with the United Nations' Agenda 21* [Em linha]. In Management and leadership inovations advances in librarianship (Vol.38, 2014) ISSN – 0065-2830, pp. 269-286. [Consultado em 26 de Mar. de 2015] Disponível em: <URL: <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/S0065-283020140000038010>>.

SCHOPFEL, Joachim – *The future of academic libraries* [Em linha]. Biblioteca universitária (Vol. 17, nº 1 2014) pp.3-16 [Consultado em 30 de Mar. de 2015] Disponível em: <URL: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28532369002> >.

SCHOPFEL, Joachim ; **BOUKACEM-ZEGHMOURI**, Chérifa - *Vers la bibliothèque globale l'agenda 21 dans les bibliothèques*. Paris: Electre-Cercle de la Librairie, 2014.

SLAPER, Timothy ; **HALL**, Tanya – *The triple bottom line: what is it and how does it work?* [Em linha]. Indiana Business Review (2011), pp. 4-8.[Consultado em 10 de Fev. 2015]. Disponível em: <URL:<http://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>>.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato – *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Europa-América, 1998.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato – *Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente*. Lisboa: Fim de Século, 1994.

STRONG, Gary - *Libraries Empower People to Participate in a Civil Society*. In CONFERENCE PROCEEDINGS DOCUMENTATION ABSTRACTS - Emerging Visions for Access in the Twenty-first Century Library.. Washington, Council on Library and Information Resources, 2003. pp 27-32.

TUCKMAN, Bruce ; **HARPER**, Brian – *Conducting educational research* [Em linha]. Maryland: Rowman & Littlefield, 2012. [Consultado em 10 de Fev. 2015].
Disponível em: <URL: <https://books.google.pt/>>.

TURNER, Deborah - *Sustainability and library management education* [Em linha]. Journal of sustainability education (Vol. 7_2014) ISSN 2151-7452, pp. 1-12 [Consultado em 10 de Jul. 2015].
Disponível em: <URL: <http://www.susted.org/> >.

UCLG – United Cities and Local Governments - *Agenda 21 para a Cultura* [Em linha]. [Consultado em 30 de Mar. de 2015].
Disponível em: <URL: <http://www.agenda21culture.net/index.php/pt/newa21c-pt/new-a21c-pt>>.

USHERWOOD, Bob – *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa: Caminho, 1999.

VIDAL, Pau ; **TORRES**, Domingo – *The social responsibility of non-profit organisations: a conceptual approach and development of SRO model* [Em linha]. Barcelona: Observatori del Tercer Sector, 2005. [Consultado em 07 de Mar. de 2015].
Disponível em: <URL: http://www.observatoritercersector.org/pdf/publicacions/03_rso_en.pdf>.

WANG XUAN ; LI HONGYAN, - *Energy Saving and Green Building Design of Libraries: the case study of Zhengzhou Library* [Em linha]. In IFLA WLIC, Puerto Rico, 2011. [Consultado em 03 de Maio 2015].
Disponível em: <URL: <http://conference.ifla.org/past-wlic/2011/196-wang-en.pdf>>.

YOUSEFI-SHAHAZABI, Amin ; **SASAKI**, Kyuro ; **YOUSEFI**, Houssein – *Some thoughts on the notion of environmental information science* [Em linha]. Eletronic green jornal ISSN 1076-7975 (Vol. 37, nº 1 2014) pp 1-16. [Consultado em 03 de Abr. 2015]. Disponível em: <URL: <https://escholarship.org/uc/item/7gf436fm>>.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Medidas de sustentabilidade aplicadas em bibliotecas escolares e campus universitários em Portugal.....	65
Tabela 2 - Fases de contato e envio de questionários – distritos de Portugal Continental e Ilhas.....	68
Tabela 3 - Respostas por distrito - designação das bibliotecas respondentes e respetivas tipologias.....	72
Tabela 4 – Síntese de respostas para as bibliotecas que afirmam possuir um grupo de trabalho para a implementação de medidas de sustentabilidade ambiental.....	80
Tabela 5 – Síntese de respostas para as bibliotecas que afirmam possuir uma política de gestão ambiental.....	81
Tabela 6 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: vertente de gestão de resíduos.....	84
Tabela 7 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: vertente da eficiência energética.....	84
Tabela 8 - Medidas implementadas pelas bibliotecas públicas municipais para a redução da sua pegada ecológica: vertente do consumo de água e papel.....	85
Tabela 9 – Importância do debate sobre aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental nas bibliotecas públicas.....	93
Tabela 10 – Correspondência entre sustentabilidade e gestão de biblioteca.....	109

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas que responderam ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental: Aveiro, Beja, Braga, Bragança e Castelo Branco – Janeiro 2015.....	69
Gráfico 2 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas que responderam ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental: Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Leiria – Fevereiro 2015.....	69
Gráfico 3 - Gráfico percentual comparativo entre o número de bibliotecas por distrito e o número de bibliotecas respondentes ao nosso estudo de Sustentabilidade Ambiental: Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores – Março 2015.....	70
Gráfico 4 – Tipologia de bibliotecas públicas municipais respondentes (em percentagem).....	76
Gráfico 5 – Resultados dos questionários no âmbito de avaliação ambiental realizada em bibliotecas públicas.....	79
Gráfico 6 – Política de gestão ambiental – percentagem de bibliotecas públicas	81
Gráfico 7 – Aquisições sustentáveis e investimento em sustentabilidade ambiental.....	83
Gráfico 8 - Parâmetros verificados para a redução do impacte ambiental: gestão de resíduos.....	85
Gráfico 9 - Parâmetros verificados para a redução do impacte ambiental: estratégia para a redução do consumo energético.....	86
Gráfico 10 - Parâmetros verificados para a redução do impacte ambiental: estratégia para a redução do consumo de água e papel	86
Gráfico 11 – Difusão da temática ambiental em bibliotecas.....	87
Gráfico 12 – Conhecimento do conceito “green library” e exemplos no mundo.....	90
Gráfico 13 - Reconhecimento e promoção da importância de uma gestão ambiental aplicada à biblioteca.....	91

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de interação entre empresa e <i>stakeholders</i>	29
Figura 2 – Modelo de coerência para as organizações.....	30
Figura 3 – Sistema simples de marketing.....	32
Figura 4 – Vetores relacionais para o conceito de <i>Biblioteca Verde</i>	39
Figura 5 - Mapa de Portugal Continental e Ilhas – respetiva localização geográfica dos distritos contactados no presente estudo.....	68
Figura 6 – Fatores de influência no seio da <i>Responsabilidade Social</i> dentro das organizações.....	96
Figura 7 - Global Reporting Initiative – quadro de referência.....	98
Figura 8 - Modelo de sistema de gestão ambiental com a NP EN ISO 14001.....	101

Índice de Apêndices e Anexos

Apêndice A

Sustentabilidade Ambiental para as Bibliotecas Públicas em Portugal: proposta de guia de procedimentos.....122

Anexo A

Questionário de análise enviado às Bibliotecas Públicas Municipais.....123

Anexo B

Questionário de Elina Karioja no âmbito do estudo *Sustainability in Libraries*.....129

Anexo C

Listagem de Bibliotecas Públicas – Dezembro de 2014 (Fonte: RNBP).....133

Anexo D

Declaração do Reitor da Universidade D.Carlos III de Madrid em matéria de sustentabilidade ambiental.....138

Anexo E

Política ambiental da Biblioteca Universitária da Universidade D. Carlos III de Madrid.....139

Anexo F

Política ambiental da Biblioteca Nacional da Escócia.....145

Anexo G

Propostas sustentáveis das Bibliotecas Municipais da Corunha.....147

Anexo H

Declaração sobre a inclusão do acesso à Informação na Agenda pós-2015 das Nações Unidas.....148

Anexo I

Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável (IFLA 2002).....150

Anexo J

Declaração de Lyon (IFLA 2014).....153

Anexo L

Resolution on the importance of sustainable libraries (Associação de Bibliotecas do Estado de Nova Iorque – EUA 2014).....156

Anexo M

Declaração sobre a inclusão da *Cultura* como um objetivo para o Desenvolvimento Sustentável.....157

Apêndices e Anexos

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

Investigação de Mestrado para a aplicabilidade de práticas ambientais a Sistemas de Informação

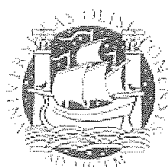
Este questionário insere-se no âmbito de um trabalho académico para o Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Para todas as bibliotecas públicas municipais que ainda não tiveram oportunidade de colaborar com o presente estudo a nível nacional, foi prolongado o prazo de resposta até ao dia 30 de Abril.

Qualquer esclarecimento poderá sempre contactar através do correio eletrónico: bibliotecasustentaveis@gmail.com

Todos os dados aqui recolhidos serão mantidos em sigilo.

*Obrigatório



Gestão Ambiental aplicada à Gestão da Biblioteca

1. Identificação *

Nome e localização da Biblioteca

.....

2. Tipologia *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ BM1
☐ BM2
☐ BM3

3. A Biblioteca foi construída de raiz? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

https://docs.google.com/forms/d/18KrISHow42T8QFYPhKCgeXNQODgdgFYh5_n6RSvQDM/printform

Questionário de análise enviado às Bibliotecas Públicas Municipais Portuguesas

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

4. **Se a sua resposta foi afirmativa, o projeto de construção teve em consideração critérios de Sustentabilidade Ambiental? ***

(Caso não tenha conhecimento opte por "Não se aplica")

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

5. **O organismo público em que se insere a Biblioteca dispõe de uma Política Ambiental? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

6. **A Biblioteca possui uma Política de Gestão Ambiental já instituída? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

7. **Foram alguma vez realizados estudos de monitorização ambiental na Biblioteca? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

8. **Se a sua resposta foi afirmativa, tiveram esses estudos resultados práticos na gestão da Biblioteca? ***

(Caso não tenha conhecimento, opte por "Não se aplica")

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

Questionário de análise enviado às Bibliotecas Públicas Municipais Portuguesas

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

9. Existe algum grupo de trabalho constituído que vise a implementação de medidas de Sustentabilidade Ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

Gestão Financeira aplicada à Gestão Ambiental

10. No decorrer de processos de aquisição, são considerados critérios de Sustentabilidade Ambiental? *

(Opção por materiais reciclados, empresas/editoras que tenham manifestamente preocupação com a questão ambiental)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

11. No decorrer do processo de planeamento financeiro, foi alguma vez considerada verba para melhorias de prevenção ambiental na Biblioteca? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

Redução efectiva do impacto ambiental da Biblioteca

12. A Biblioteca dispõe de locais para a correta separação de resíduos - "Ecopontos"? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

Questionário de análise enviado às Bibliotecas Públicas Municipais Portuguesas

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

13. Os consumíveis de impressoras são devidamente encaminhados para reciclagem por um operador de resíduos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

14. São realizados e comparados dados de medições de eficiência energética na Biblioteca? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

15. A Biblioteca dispõe de uma estratégia para a redução do consumo energético? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

16. A Biblioteca possui WC com torneiras de água temporizadas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

17. A Biblioteca dispõe de uma estratégia para a redução de consumo de papel? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

18. **São incentivados os suportes digitais para a leitura e transferência de informação? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

Difusão ao exterior de temas ambientais

19. **A Biblioteca organiza eventos ou outra tipologia de encontros que promovam a discussão de temas ambientais? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

20. **A Biblioteca organiza exposições bibliográficas ou temáticas sobre Ambiente? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

21. **A Biblioteca colabora com outras instituições de cariz ambiental? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

22. **A Biblioteca já interagiu com outras Bibliotecas sobre esta temática? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não se aplica

Questionário de análise enviado às Bibliotecas Públicas Municipais Portuguesas

4/12/2015

Sustentabilidade Ambiental nas Bibliotecas Públicas em Portugal

23. **A Biblioteca dispõe de uma rede estruturada de transportes públicos que facilitem a deslocação do público? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

24. **A Biblioteca dispõe de uma ciclovia de acesso? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

Reconhecimento e promoção da importância de uma Gestão Ambiental aplicada à Biblioteca

25. **Encontra-se familiarizado com o conceito de "Green Library"? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

26. **Tem conhecimento de exemplos de "Green Libraries" existentes atualmente no Mundo? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica

27. **Reconhece a importância de uma correta gestão ambiental para as Bibliotecas emergentes do Século XXI? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Não se aplica



Elina Karioja

SUSTAINABILITY IN LIBRARIES

A comparative study of ecological sustainability in IFLA WLIC 2012

APPENDIX 2: INTERNATIONAL QUESTIONNAIRE**Background information**

Please write or tick the correct answer

Continent of your home library

- Africa
- Asia
- Australia/Oceania
- Europe
- North America
- South America

Country of residence _____**Library you work at, is:**

- Public library
- Research library
- Other

I am in charge of environmental issues at my library unit

- yes
- no

My position at my unit of work

- manager
- employee
- other

Regular staff at my home library

- 1-4
- 5-25
- 25-75
- more than 75

Questionário de Elina Karioja no âmbito do estudo *Sustainability in Libraries*

1. ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

- means organizational management with processes and practices that enable an organization to reduce its environmental impacts

1. yes

2. no

3. I don't know

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT	1	2	3
The library reports on environmental issues to the office/town/municipality			
The library has a strategy of improving environmental issues			
The library has a person in charge of environmental issues			
The employer has organized training concerning sustainability			
The library has got financial support to sustainability solutions			

2. ENVIRONMENTAL FINANCES

- the use of natural resources and the impacts of their use is considered in relation to a library's economic decisions

2. yes

2. no

3. I don't know

ENVIRONMENTAL FINANCES	1	2	3
There are binding goals/targets concerning the environment in the library's budget			
When calls for offer are formulated, sustainability is considered			
The library's investments and projects have been justified by environmental aspects			

3. DECREASING THE ENVIRONMENTAL LOAD

- libraries' daily based actions to reduce the environmental load

1=never 2=sometimes 3=I don't know 4=usually 5=always

PRACTISES	1	2	3	4	5
Different types of waste are sorted (for example biowaste, paper, carton, metal, glass)					
Weeded material is sorted into different waste types					
Measures concerning energy conservation have been made at the library					

Questionário de Elina Karioja no âmbito do estudo *Sustainability in Libraries*

Consumption of energy, water, waste or paper is observed at the library unit					
Computers and other equipments will be switched off at the end of the work day and for the weekend					
There is duplex printing as a default setting in printers					
Electronic communication is encouraged					
Products with ecolabels are favored in purchases					

4. PROMOTE ENVIRONMENTAL AWARENESS

- recognizing the impacts of one's selections, i.e. environmental awareness, is a requirement for eco-friendly decisions

2. yes

2. no

PROMOTE ENVIRONMENTAL AWARENESS	1	2
Library organizes theme weeks or events relating to environment		
Environmental literature has its own shelf at the library		
It is possible to sort waste in public spaces		
There is a recycling point for books, magazines and CD's in public spaces		
Library offers electronic services to customers, such as text message or e-mail services		

5. COMMUNICATION OF ENVIRONMENTAL ISSUES

- organizational communication about environmental issues, promoting environmental awareness and sharing knowledge.

1=never 2=sometimes 3=I don't know 4=usually 5=always

COMMUNICATION OF ENVIRONMENTAL ISSUES	1	2	3	4	5
Environmental issues are part of the annual report					
Environmental issues are discussed in meetings					
The library's web site concerns environmental issues					
The library collaborates with other offices of the municipality or town regarding environmental issues					

Do you have anything else to add or share concerning environmental issues at your library?

Listagem de Bibliotecas Públicas – Fevereiro de 2015 (Fonte: RNBP)

MUNICÍPIO	Responsável	Biblioteca
Abrantes	Francisco Manuel Ferreira Lopes	Biblioteca Municipal António Botto
Águeda	Helena Marques	Biblioteca Municipal Manuel Alegre
Aguilar da Beira	Anabela Ferreira Melo	Biblioteca Municipal de Aguilar da Beira
Alandroal	Ricardina Balsante	Biblioteca Municipal de Alandroal
Albergaria-a-Velha	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha
Albufeira	Ana Paula Miguel	Biblioteca Municipal Lídia Jorge
Alcácer do Sal	Cristina Barreira	Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal
Alcanena	Óscar Martins	Biblioteca Municipal Dr. Carlos Nunes Ferreira
Alcobaça	César Salazar Duarte	Biblioteca Municipal de Alcobaça
Alcochete	Helena Machado	Biblioteca Municipal de Alcochete
Alcoutim	Cristina Ahrens	Biblioteca Casa dos Condes
Alenquer	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Alenquer
Alfândega da Fé	Ana Isabel Gonçalves	Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé
Aljô	Otilia Machado Magalhães	Biblioteca Municipal de Aljô
Aljustrel	Francisca Branco	Biblioteca Municipal de Aljustrel
Almada	Fernanda Eunice Figueiredo	Biblioteca Municipal de Almada
Almeida	Paula Sousa	Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo
Almeirim	Eulália Manso	Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval
Almodôvar	Sulina Guerreiro	Biblioteca Municipal de Almodôvar
Alpiarça	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Alpiarça - Dr. Herminio Duarte Paciência
Alter do Chão	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Alter do Chão
Alvaiázere	Paula Cristina Marques	Biblioteca Municipal de Alvaázere
Alvito	Elsa Janeiro	Biblioteca Municipal Luís de Camões
Amadora	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos
Amarante	Maria José Queirós Lopes	Biblioteca Municipal Albano Sardoeira
Amares	Anabela Costa	Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda
Anadia	Sónia Almeida	Biblioteca Municipal de Anadia
Angra do Heroísmo	Marcolino Candeias Coelho Lopes	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo
Ansião	Teresa Ramos	Biblioteca Municipal de Ansião
Arcos de Valdevez	Ana Catarina Viana	Biblioteca Municipal Tomaz de Figueiredo
Arganil	Margarida Fróis	Biblioteca Municipal de Arganil - Miguel Torga
Armamar	Susana Valente	Biblioteca Municipal de Armamar
Arouca	Isabel Bessa	Biblioteca Municipal de Arouca

Listagem de Bibliotecas Públicas – Fevereiro de 2015 (Fonte: RNBP)

Arraiolos	Carla Monteiro Cândido	Biblioteca Municipal de Arraiolos
Arronches	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Arronches
Arruda dos Vinhos	Paulo Câmara	Biblioteca Municipal Irene Lisboa
Aveiro	Madalena Pinheiro	Biblioteca Municipal de Aveiro
Avis	Ana Balão	Biblioteca Municipal de Avis
Azambuja	Joana Whitfield	Biblioteca Municipal de Azambuja
Baião	Orlinda Santos	Biblioteca Municipal de Baião
Barcelos	Vitor Pinho da Silva	Biblioteca Municipal de Barcelos
Barreiro	Lurdes Cardoso Lopes	Biblioteca Municipal do Barreiro
Batalha	Rui Borges da Cunha	Biblioteca Municipal da Batalha
Beja	Paula Santos	Biblioteca Municipal de Beja - José Saramago
Belmonte	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Belmonte
Benavente	Sandra Ferreira	Biblioteca Municipal de Benavente
Bombarral	Fátima Silvestre	Biblioteca Municipal do Bombarral
Borba	Sara Jacques	Biblioteca Municipal de Borba
Boticas	Ricardo Mota	Biblioteca Municipal de Boticas
Braga	Aida Alves	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
Bragança	Maria do Céu Espírito Santo	Biblioteca Municipal de Bragança
Cabeceiras de Basto	Maria José Alves	Biblioteca Municipal de Cabeceiras de Basto - Dr. António Teixeira de Carvalho
Cadaval	Tânia Camilo	Biblioteca Municipal do Cadaval
Caldas da Rainha	Aida Horta	Biblioteca Municipal de Caldas da Rainha
Calheta	Catarina Neves	Biblioteca Municipal da Calheta
Câmara de Lobos	Alexandra Marques	Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos
Caminha	Celina Lopes	Biblioteca Municipal de Caminha
Campo Maior	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal João Dubraz
Cantanhede	Maria Teresa Paixão	Biblioteca Municipal de Cantanhede
Carrazeda de Ansiães	Cristina Lima	Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães
Carregal do Sal	Rosa Maurício	Biblioteca Municipal de Carregal do Sal
Cartaxo	Sónia Mendão	Biblioteca Municipal do Cartaxo
Cascais	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Cascais - Casa da Horta da Quinta de Santa Clara
Castanheira de Pêra	Maria Cristina Carvalho Bernardo	Biblioteca Municipal de Castanheira de Pêra
Castelo Branco	José Maria Martins	Biblioteca Municipal de Castelo Branco
Castelo de Paiva	Sandra Brito	Biblioteca Municipal de Castelo de Paiva
Castelo de Vide	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Laranjo Coelho
Castro Daire	Marta Carvalhal	Biblioteca Municipal de Castro Daire
Castro Marim	Clementina Castro Ribeiro	Biblioteca Municipal de Castro Marim
Castro Verde	José Eduardo Biscainho	Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca
Celorico da Beira	Maria Joana Braga	Biblioteca Municipal de Celorico da Beira
Celorico de Basto	Maria de Fátima Cunha	Biblioteca Municipal Professor Marcelo Rebelo de Sousa
Chamusca	Dora César	Biblioteca Municipal da Chamusca - Ruy Gomes da Silva
Chaves	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Chaves
Cinfães	Elisabete Reto	Biblioteca Municipal de Cinfães
Coimbra	Maria José Miranda	Biblioteca Municipal de Coimbra
Condeixa-a-Nova	Ida Jorge Carvalho	Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova
Constância	Rui Duarte	Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill
Coruche	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Coruche
Corvo	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal do Corvo
Covilhã	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal da Covilhã
Crato	Conceição Relvas	Biblioteca Municipal do Crato
Cuba	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Cuba
Elvas	Tânia Rico	Biblioteca Municipal Dr.ª Elsa Grilo
Entroncamento	Vanda Constança e Silva	Biblioteca Municipal do Entroncamento
Espinho	Andrea Magalhães	Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva
Esposende	Luísa Leite da Silva	Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura
Estarreja	Mónica Varum	Biblioteca Municipal de Estarreja
Estremoz	Paula Ribeiro Gonçalves	Biblioteca Municipal de Estremoz
Évora	Zélia Parreira	Biblioteca Pública de Évora
Fafe	Natércia Batista	Biblioteca Municipal de Fafe
Faro	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Faro - António Ramos Rosa
Felgueiras	Dulce Freitas	Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras
Ferreira do Alentejo	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo
Ferreira do Zêzere	Armando Cotrim	Biblioteca Municipal António Baião
Figueira da Foz	Ana Margarida Perrolas e Silva	Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás - Figueira da Foz
Figueira de Castelo Rodrigo	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo
Figueiró dos Vinhos	Sérgio Mangas	Biblioteca Municipal Simões de Almeida (tio)
Fornos de Algodres	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Fornos de Algodres
Freixo de Espada à Cinta	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Freixo Espada à Cinta
Fronteira	Vânia Zacarias	Biblioteca Municipal de Fronteira

Listagem de Bibliotecas Públicas – Fevereiro de 2015 (Fonte: RNBP)

Funchal	Lúcia Gonçalves	Biblioteca Municipal do Funchal
Fundão	Dina Matos	Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade
Gavião	Helena Vicente	Biblioteca Municipal de Gavião
Góis	Ana de Sá	Biblioteca Municipal António Francisco Barata - Góis
Golegã	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Golegã
Gondomar	Isabel Pereira	Biblioteca Municipal de Gondomar
Gouveia	Catarina Santos	Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira
Grândola	Ana Cristina Abreu	Biblioteca Municipal de Grândola
Guarda	Ana Pessanha	Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço
Guimarães	Ivone Gonçalves	Biblioteca Municipal Raúl Brandão
Horta	Manuel Pitta São bento	Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça
Idanha-a-Nova	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova
Ílhavo	Inês Vila	Biblioteca Municipal de Ílhavo
Lagoa	Clara Andrade	Biblioteca Municipal de Lagoa
Lagoa (Açores)	João Paulo Pereira Almeida	Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira
Lagos	Luís Bordalo	Biblioteca Municipal de Lagos Dr. Júlio Dantas
Lajes das Flores	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Porto Moniz
Lajes do Pico	Bruno Bettencourt	Biblioteca Municipal Dias de Melo
Lamego	Paula Ribeiro Gonçalves	Biblioteca Municipal de Lamego
Leiria	Ângela Pereira	Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira
Lisboa	Susana Silvestre	Biblioteca Municipal de Lisboa
Loulé	Rita Moreira	Biblioteca Municipal Sophia de Mello Breyner Andresen
Loures	Ana Cristina Monteiro	Biblioteca Municipal José Saramago
Lourinhã	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal da Lourinhã
Lousã	Natércia Pereira	Biblioteca Municipal Comendador Montenegro
Lousada	Maria da Anunciação Gaspar	Biblioteca Municipal de Lousada
Mação	Rosário Wahnon	Biblioteca Ludoteca Pública de Mação
Macedo de Cavaleiros	Paula Cristina Valente	Biblioteca Municipal de Macedo de Cavaleiros
Machico	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Machico
Madalena	Fernanda Medeiros	Biblioteca Pública Municipal da Madalena
Mafra	Maria Amélia Caetano	Biblioteca Municipal de Mafra
Maia	Susana de Sousa e Silva	Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho
Mangualde	Maria João Fonseca	Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves
Manteigas	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Manteigas

Marco de Canaveses	Alexandre Aguiar	Biblioteca Municipal de Marco de Canaveses
Marinha Grande	Rosa Vaz	Biblioteca Municipal da Marinha Grande
Matosinhos	Ofélia Rocha Brandão	Biblioteca Municipal Florbela Espanca
Mealhada	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Mealhada
Mêda	Carlos Proença	Biblioteca Municipal de Mêda
Melgaço	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Melgaço
Mértola	Isabel Martins	Biblioteca Municipal de Mértola
Mesão Frio	Nelson Fonseca	Biblioteca Municipal de Mesão Frio
Mira	Maria Donzília Carvalho	Biblioteca Municipal de Mira
Miranda do Corvo	Margarida Coimbra	Biblioteca Municipal Miguel Torga
Miranda do Douro	Elisabete Preto	Biblioteca Municipal António Maria Mourinho
Mirandela	Ana Carla Cunha	Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel
Mogadouro	Marta Sofia Madureira	Biblioteca Municipal Trindade Coelho
Moimenta da Beira	Ricardo Castro	Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro
Moita	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça
Monção	José Oliveira Rodrigues	Biblioteca Municipal de Monção
Monchique	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Monchique - António da Silva Carriço
Mondim de Basto	Francisco Laranjeiro	Biblioteca Municipal de Mondim de Basto
Monforte	Vitória Medalhas	Biblioteca Municipal de Monforte
Montalegre	Maria Gorete Afonso	Biblioteca Municipal de Montalegre
Montemor-o-Novo	Elvira Barreiras	Biblioteca Municipal Almeida Faria
Montemor-o-Velho	Elisabete Morgado	Biblioteca Municipal Afonso Duarte
Montijo	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva
Mora	Isabel Sofia Ramalho	Biblioteca Municipal de Mora
Mortágua	Teresa Branquinho	Biblioteca Municipal de Mortágua
Moura	José António Oliveira	Biblioteca Municipal Urbano Tavares Rodrigues
Mourão	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Mourão
Murça	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Murça
Murtosa	Rosa Coimbra	Biblioteca Municipal de Murtosa
Nazaré	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal da Nazaré
Nelas	Paula Vitória	Biblioteca Municipal António Lobo Antunes
Nisa	Bento Semedo	Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura
Nordeste	Norberto Medeiros	Biblioteca Municipal do Nordeste
Óbidos	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Óbidos

Listagem de Bibliotecas Públicas – Fevereiro de 2015 (Fonte: RNBP)

São Roque do Pico	Nicolau Marques	Biblioteca Municipal de São Roque do Pico
São Vicente	Manuela Serafim	Biblioteca Municipal de São Vicente
Sardoal	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal do Sardoal
Sátão	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Sátão
Seia	Teresa Rua	Biblioteca Municipal de Seia
Seixal	Cláudia Brites	Biblioteca Municipal do Seixal
Sernancelhe	Sandra Lopes	Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira
Serpa	Nuno Bentes	Biblioteca Municipal Abade Correia da Serra
Sertã	Ana Sofia Marçal	Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes - Sertã
Sesimbra	Maria José Albuquerque	Biblioteca Municipal de Sesimbra
Setúbal	Jorge Guerreiro	Biblioteca Pública Municipal de Setúbal
Sever do Vouga	Andreia Amorim	Biblioteca Municipal de Sever do Vouga
Silves	Maria José Toucinho Mackaaij	Biblioteca Municipal de Silves
Sines	Gaspar Matos	Biblioteca Municipal de Sines
Sintra	Ana Pereira	Biblioteca Municipal de Sintra
Sobral de Monte Agraço	Júlia Leitão	Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço
Soure	Paula Gonçalves	Biblioteca Municipal de Soure
Sousel	Susana Farinha	Biblioteca Municipal Dr. António Garção
Tábua	Ana Paula Neves	Biblioteca Municipal João Brandão
Tabuaço	Ana Sequeira	Biblioteca Municipal de Tabuaço
Tarouca	Sónia Cardoso	Biblioteca Municipal de Tarouca
Tavira	Paula Ferreira	Biblioteca Municipal Álvaro de Campos
Tomar	Maria José Pereira	Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca
Tondela	Maria Luísa Albuquerque Melo	Biblioteca Municipal Tomás Ribeiro
Torre de Moncorvo	Helena Pontes	Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo
Torres Novas	Helena Ferreira	Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes
Torres Vedras	Goretti Cascalheira	Biblioteca Municipal de Torres Vedras
Trancoso	Rui Santana	Biblioteca Municipal de Trancoso
Trofa	João Rosas	Biblioteca Municipal Prof. Doutor António Cruz
Vagos	Lurdes Carvalhais	Biblioteca Municipal de Vagos
Vale de Cambra	Maria Manuel Pego	Biblioteca Municipal de Vale de Cambra
Valença	Isabel Costa	Biblioteca Municipal de Valença
Valongo	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Valongo
Valpaços	José Coroadó	Biblioteca Municipal de Valpaços

Portel	Ana Mendes	Biblioteca Municipal de Portel
Portimão	Dora Pereira	Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes
Porto	Fátima Magalhães	Biblioteca Municipal Almeida Garrett
Porto de Mós	Margarida Isabel Vieira	Biblioteca Municipal de Porto de Mós
Porto Moniz	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal do Porto Moniz
Porto Santo	Lucília Maria Gomes de Sousa	Biblioteca Municipal do Porto Santo
Póvoa de Lanhoso	Sofia Freitas	Biblioteca Municipal de Póvoa de Lanhoso
Póvoa de Varzim	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Rocha Peixoto
Povoação	Márcia Vieira	Biblioteca Municipal da Povoação
Pruença-a-Nova	Carla Gaspar	Biblioteca Municipal de Pruença-a-Nova
Redondo	Maria Luísa Calapez	Biblioteca Municipal Dr. Hernâni Cidade
Reguengos de Monsaraz	Duarte Nuno Galhós	Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz
Resende	Ana Maria Rocha Pinto	Biblioteca Municipal de Resende
Ribeira Brava	Maria Ana Sargo	Biblioteca Municipal da Ribeira Brava
Ribeira de Pena	Paula Pereira	Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena
Ribeira Grande	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal da Ribeira Grande
Rio Maior	Carla Barata	Biblioteca Municipal Laureano Santos
Sabrosa	Alfredo Martins	Biblioteca Municipal de Sabrosa
Sabugal	Margarida Maria de Oliveira	Biblioteca Municipal do Sabugal
Salvaterra de Magos	Marta Marques	Biblioteca Municipal de Salvaterra de Magos
Santa Comba Dão	Paulo Nogueira	Biblioteca Municipal Alves Mateus
Santa Cruz	Militina Abreu	Biblioteca Municipal de Santa Cruz
Santa Cruz da Graciosa	Magda Clarimundo	Biblioteca Municipal de Santa Cruz da Graciosa
Santa Cruz das Flores	Sandy Ventura	Biblioteca Municipal de Santa Cruz das Flores
Santa Maria da Feira	Etelvina Araújo	Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira
Santa Marta de Penaguião	Artur Cardoso	Biblioteca Municipal de Santa Marta de Penaguião
Santana	António Freitas	Biblioteca Municipal de Santana
Santarém	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Santarém
Santiago do Cacém	Írina Santos	Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca
Santo Tirso	Maria do Céu Duarte	Biblioteca Municipal de Santo Tirso
São Brás de Alportel	Teresa Oliveira	Biblioteca Municipal Dr. Manuel Francisco do Estanco Louro
São João da Madeira	Teresa Azevedo	Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo
São João da Pesqueira	Maria dos Anjos Tilha	Biblioteca Municipal de São João da Pesqueira
São Pedro do Sul	Isabel Costa	Biblioteca Municipal de São Pedro do Sul

Listagem de Bibliotecas Públicas – Fevereiro de 2015 (Fonte: RNBP)

Vendas Novas	Elsa Valente	Biblioteca Municipal de Vendas Novas
Viana do Alentejo	António Padeirinha	Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo
Viana do Castelo	Rui Viana	Biblioteca Municipal de Viana do Castelo
Vidigueira	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Vidigueira
Vieira do Minho	Eduardo Correia	Biblioteca Municipal de Vieira do Minho
Vila da Praia da Vitória	Márcia Alves	Biblioteca Municipal Silvestre Ribeiro
Vila de Rei	Ana Rita Leitão	Biblioteca Municipal José Cardoso Pires
Vila do Bispo	Paula Freire	Biblioteca Municipal de Vila do Bispo
Vila do Conde	Marta Miranda	Biblioteca Municipal José Régio
Vila do Porto	Isete Cabral	Biblioteca Municipal de Vila do Porto
Vila Flor	Luísa Gonçalves	Biblioteca Municipal Belmiro de Matos
Vila Franca de Xira	Vitor Figueiredo	Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira
Vila Franca do Campo	Augusto Correia	Biblioteca Municipal de Vila Franca do Campo
Vila Nova da Barquinha	Maria de Lurdes Gesuíno	Biblioteca Municipal de Vila Nova da Barquinha
Vila Nova de Cerveira	Teresa Matos	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Cerveira
Vila Nova de Famalicão	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
Vila Nova de Foz Côa	Cristina Russo	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Vila Nova de Gaia	Alberto Luís Moreira	Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova Gaia
Vila Nova de Paiva	Sérgio Tavares	Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro - Vila Nova de Paiva
Vila Nova de Poiares	Paula Cação	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares
Vila Pouca de Aguiar	Paulo Cristiano Gonçalves	Biblioteca Municipal de Vila Pouca de Aguiar
Vila Real	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira
Vila Real de Santo António	Assunção Constantino	Biblioteca Municipal Vicente Campinas
Vila Velha de Ródão	Graça Baptista	Biblioteca Municipal José Baptista Martins
Vila Verde	Tiago Lopes	Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela
Vimioso	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal Norberto Lopes
Vinhais	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal de Vinhais
Viseu	Responsável pela Biblioteca	Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva
Vizela	João Paulo	Biblioteca Municipal Fundação Jorge Antunes
Vouzela	Eva Martinho	Biblioteca Municipal de Vouzela

Universidad Carlos III de Madrid



Compromiso UC3M

Última actualización: 10/02/2015

Organización

Indicadores

Docencia

Investigación

Consumos

Residuos

Contratación verde

Movilidad

Comunicación/Sensibilización

Buenas Prácticas

Declaración del Rector sobre el compromiso de la Universidad Carlos III de Madrid en materia de sostenibilidad socioambiental.

Queridos compañeros:

La Universidad Carlos III de Madrid quiere unirse al importante esfuerzo que las sociedades de hoy deben realizar para hacer posible el establecimiento de una sociedad sostenible. Como sabéis existe un amplio consenso científico y político sobre el impacto socioambiental sin precedentes producido principalmente por las sociedades industrializadas, y representado por factores como el cambio climático, la esquilmación de recursos naturales no renovables, la contaminación tóxica de aire, agua y suelos, así como sus consecuencias en la salud humana, entre otros.

Las Universidades, como centros intelectuales y de formación que son, tienen la responsabilidad de contribuir a caminar hacia una sociedad que se base en principios de respeto, solidaridad y justicia para con los seres humanos y para con el medio biogeofísico. Trabajar en este sentido supone aplicar criterios de sostenibilidad a nuestra actividad y por ello se compromete a:

- 1. Intentar desempeñar un papel de liderazgo en la sociedad en materia de sostenibilidad socioambiental.
- 2. Elaborar y desarrollar de forma progresiva una Estrategia de Sostenibilidad Socioambiental con el concierto de toda la comunidad universitaria, que abarque los ámbitos de educación, investigación, gestión y relación con las instituciones y la sociedad de su entorno.
- 3. Promover una cultura de compromiso con la Sostenibilidad Socioambiental entre todos los miembros de la Comunidad Universitaria.

El Vicerrectorado de Calidad, Infraestructuras y Medio Ambiente se encargará de la planificación y ejecución de las políticas y actuaciones de la Universidad Carlos III dirigidas a hacer efectivos los compromisos indicados. Para ello contará con el apoyo de una comisión asesora (Comisión de Sostenibilidad) y una unidad administrativa (Unidad de Medio Ambiente).

Consciente de que los compromisos que asume la Universidad tendrán escasa viabilidad si no cuentan con la participación activa de toda comunidad universitaria, os animo a todos a colaborar tanto en la aportación de ideas y sugerencias, como en la puesta en práctica de las actuaciones que se pongan en marcha.

El Rector

[Subir](#)





GESTIÓN DE RESIDUOS

Actuaciones que tiene previsto acometer en breve la Unidad de Medio Ambiente de la Universidad Carlos III de Madrid, cuyo responsable es Rosa Barbeitos:

- ⇒ Colocación de papeleras para papel en todos los w.c. de la universidad (inmediato)
- ⇒ Colocación de papeleras para reciclaje de residuos en donde haya máquinas vending (extensible a las cafeterías de la universidad) (inmediato)
- ⇒ Se está en contacto con los respectivos Aytos. para colocar este tipo de contenedores en el exterior de los edificios.
- ⇒ Recogida de toner y cartuchos de impresoras.(prioritario)
- ⇒ Recogida de CD's. (en breve)

No obstante, desde que en el año 2000 se puso en marcha la recogida selectiva de residuos producidos por la comunidad universitaria de la UC3M, implantando el sistema de recogida de papel y cartón, hasta el día de hoy, se ha avanzado considerablemente en el campo de la gestión de residuos. Así, se ha normalizado la recogida de pilas, CDs, móviles, toner, cartuchos de tinta, material informático, material eléctrico, materiales inertes de almacén, productos químicos y residuos de siega y poda.

Por otra parte, las empresas adjudicatarias de los servicios de cafetería y autoservicio, reprografía, jardinería y limpieza, están obligadas por contrato a realizar una recogida selectiva de todos los residuos generados por su actividad.

Papel y cartón

Las empresas adjudicatarias del servicio de limpieza de la Universidad se encargan del suministro y la recogida semanal de contenedores especiales de papel y cartón para reciclar. Los contenedores, en gran número, están distribuidos en el interior de los edificios.

Pilas

Existen contenedores para la recogida de Pilas en las Conserjerías de los Campus. Las empresas adjudicatarias del servicio de limpieza de la Universidad realizan una recogida mensual de las pilas depositadas en los contenedores, las trasladan a un contenedor general por Campus y semestralmente son retiradas de la Universidad por empresas autorizadas al efecto.

Toner y cartuchos de tinta

Sin que exista de momento una recogida sistemática, la empresa Galenas cuando suministra los cartuchos de tinta y toner nuevos, recoge los usados que los usuarios le entregan.

Vidrio

En la plaza central del Campus de Leganés hay instalados 2 contenedores de vidrio, de cuya gestión se ocupa el Ayuntamiento.

Material Informático

Los equipos informáticos que la Universidad tiene en alquiler, los recoge la empresa suministradora, cuando por finalización del contrato o por avería tienen que ser sustituidos.

Si se realizan sustituciones de cierto volumen de equipos al mismo tiempo, la recogida de los equipos obsoletos la realiza la empresa adjudicataria del servicio de mudanzas de la Universidad.

La recogida de equipos aislados que se deterioran o quedan obsoletos es realizada por la empresa suministradora del equipo nuevo, a petición del Servicio de Informática. Cualquier trabajador de la Universidad que necesite utilizar este servicio, puede comunicarlo poniendo una incidencia para el Servicio de Informática en CASO (Centro de Atención y Soporte).

Material eléctrico

La empresa adjudicataria del suministro de material eléctrico está obligada por contrato a colocar y gestionar en cada Campus de la Universidad los contenedores necesarios para la gestión de los residuos eléctricos producidos en los mismos, así como a retirarlos con la debida diligencia y, en todo caso, a petición de la Universidad. También está obligada a efectuar cuantas tareas le encomiende la Universidad en la gestión de los residuos de material eléctrico, su registro y seguimiento, en particular informar anualmente de la cantidad generada de cada tipo.

Para cumplir esta obligación, se han instalado contenedores específicos con identificadores y tablas de seguimiento en los puntos de almacenaje general.

Materiales inertes de almacén

Las empresas adjudicatarias del servicio de limpieza realizan una recogida semestral de residuos de todo tipo depositados en los almacenes de los Campus, trasladándolos a un vertedero autorizado y entregando certificado de recogida del mismo. Esta recogida se realiza durante los meses de verano y Navidad.

Residuos químicos

Los residuos de productos químicos (aceites, disolventes, metales pesados) utilizados en los laboratorios, son almacenados en primera instancia en recipientes especiales de tamaño pequeño en los propios laboratorios, posteriormente trasladados al almacén de productos químicos y recogidos periódicamente por un gestor autorizado.

Jardinería

La empresa adjudicataria del servicio de jardinería traslada los residuos vegetales de siega a centros de compost situados en sus instalaciones y los residuos leñosos de poda a vertederos controlados.

Cafeterías

La empresa adjudicataria del servicio de cafetería realiza una recogida selectiva de basuras y residuos, que diariamente son depositados en los contenedores municipales exteriores (papel y cartón, residuos sólidos urbanos y embalajes, vidrio...). Los aceites son retirados semanalmente por un gestor de residuos autorizado.

Reprografía

La empresa adjudicataria del servicio de reprografía realiza una recogida selectiva de papel y cartuchos de tóner. El papel es retirado por un gestor autorizado contratado al efecto y los cartuchos de tóner los retira la empresa suministradora de tóner.

La Biblioteca es también un lugar de trabajo en el que se consume mucha energía, la cual se utiliza fundamentalmente para la calefacción o refrigeración de los despachos, en los equipos informáticos y en iluminación. No obstante, podemos conseguir considerables ahorros si:

- Cuando no vayamos a utilizar los equipos ofimáticos durante un tiempo prolongado (1/2 hora o más) es aconsejable apagarlos.
- Para pausas cortas desconectaremos la pantalla del Pc, que es la responsable de la mayor parte del consumo energético.
- Funciones de ahorro energético que incluye Mircrosoft Windows. Existe la posibilidad de activar este sistema para que el ordenador se apague de forma automática cuando detecta que no se está usando.
- No encender las luces si no es estrictamente necesario. Aprovechar la zonificación (encendido y apagado por zonas) de la iluminación y, siempre que sea posible, dejar de encender por el día las luminarias situadas en zonas cercanas a ventanas y acristalamientos.
- Instalar sistemas de control de iluminación eficientes como lámparas de bajo consumo, detectores de presencia o de apagado automático.
- Instalación de interruptores necesarios para mejorar el control independiente de las luces luminarias individuales o grupos de éstas, fraccionando para aprovechar al máximo la luz natural.
- Incentivar a los últimos en abandonar los despachos para que apaguen o den aviso para que apaguen las luces, cuando terminen sus tareas.
- Apagando las luces, los equipos informáticos y los aparatos eléctricos (calefacciones, aire acondicionado, etc.) siempre que su uso no sea necesario.
- Con el aislamiento térmico de ventanas y ventanales de los despachos.
- Cuando los termostatos de la calefacción están regulados correctamente para conseguir una buena climatización, manteniendo una temperatura ambiente en torno a los 20 grados en invierno y 22 grados en verano.
- Si se opta por la utilización de lámparas y aparatos de bajo consumo eléctrico.
- Aprovechando al máximo la luz natural, ya que así disminuiríamos el consumo de energía y se reducirá el importe de la factura eléctrica.
- Sustituyendo los sistemas de alumbrado incandescentes por tubos fluorescentes o bombillas de bajo consumo que permiten un ahorro de energía de hasta un 80% y disponiendo de focos luminosos individuales que permiten ajustar la cantidad de luz

según las necesidades de cada puesto de trabajo. Tendremos en cuenta que no es recomendable apagar los tubos fluorescentes en aquellas zonas donde se vuelvan a encender en menos de cinco horas.

- Instalando sistemas de control de iluminación eficientes como lámparas de bajo consumo, detectores de presencia o de apagado automático.
- Avisar rápidamente a los servicios de mantenimiento para que arreglen las fugas de agua o las averías que detectemos.
- Tener una actitud permanente de ahorro con respecto al consumo de agua.
- Incorporar griferías o sistemas ahorradores de agua en los servicios, duchas y lavabos del centro de trabajo.

Otros consejos para ahorrar energía en el puesto de trabajo:

- Separar los residuos y su envío a los canales de recogida para su reciclado.
- Reciclar los cartuchos de tóner de las fotocopiadoras e impresoras.
- Incentivar el mantenimiento preventivo de los equipos para garantizar su adecuado funcionamiento y la reducción de los consumibles (tinta, tóner, papel, etc.)
- Utilizar adecuadamente los sistemas de calefacción, adecuando las temperaturas al tipo de actividad que se realice y al uso que se hagan de los distintos espacios.
- Realizar un mantenimiento preventivo y regular de las instalaciones de calefacción y refrigeración.
- Programar los termostatos del aire acondicionado a las temperaturas recomendadas (25° C en verano)



Conseguir un mejor aprovechamiento y ahorro en el gasto del papel

Por una tonelada de papel reciclado se evitan la tala de 3,14 toneladas de árboles y la emisión de 1,8 toneladas de CO₂, emisiones que se generan en todo el proceso de fabricación del papel, desde la recogida de la madera hasta la distribución del producto.

Un paquete de DinA-4 de papel reciclado, ahorra un 86% de agua, un 53% de energía y el 100% de la madera. Utilizando papel reciclado, por último, podemos ahorrar un 40% de emisiones.

MEDIDAS PARA AHORRAR PAPEL

- Utilización del correo electrónico y de la Intranet de Biblioteca para enviar y recibir información de un departamento a otro.
- Sustitución de fotocopadoras tradicionales por equipos multifunción en todos los campus. Esto permite el envío de documentos internos en pdf a través del correo electrónico.
- Utilización papel ecológico reciclado en todos los equipos.
- Fotocopiar e imprimir a doble cara. Se ahorra papel, gastos de copias, de envíos y de almacenamiento. Los documentos ocupan y pesan menos y son más cómodos de grapar y transportar. Se estima que el uso del papel a doble cara puede conseguir la reducción del 20% del consumo de papel en una oficina.
- Reutilización del papel sucio por la cara que no tiene nada escrito para notas, borradores, etc.
- Reducción del tamaño de letra, reducción de márgenes, encabezados y pies de página para aprovechar más el papel y hacer que un documento ocupe menos hojas.
- Archivo de documentos en el ordenador / servidor en vez de crear archivo en papel, sobre todo de e-mails.
- Corregir documentos que se tienen que tramitar en pantalla sin tener que visualizarlos en papel para su corrección.
- Reutilización de sobres que recibimos del exterior para envíos de correo interno entre bibliotecas.
- Echar al contenedor de papel reciclado y no a la papelera las hojas que ya no sirvan.
- Configurar impresoras en modo de ahorro de tinta cuando los documentos no sea imprescindible.
- Compra y uso de papel reciclado y sin blanquear con cloro para documentos, sobres, cuadernos, cartas, etc.

- Uso de cartuchos de tinta y tóner reciclados y echar a reciclar, en los contenedores habilitados para tal efecto en todas las bibliotecas, los que se hayan terminado.

National Library of Scotland: Sustainable Development Policy

NLS aims to ensure that all its activities and impacts take account of the need to support sustainable development where practicable. NLS adopts the following definition of sustainable development:

‘to enable all people throughout the world to satisfy their basic needs and enjoy a better quality of life without compromising the quality of life of future generations’.¹

Policy development

NLS will take account of sustainable development in considering the social, economic and especially environmental impacts of our policies and practices. The option appraisals for major initiatives will take account of sustainable development implications.

Energy and other resources

NLS will optimise the efficient and effective use of energy and support the use of energy from sustainable renewable sources. NLS will seek to minimise the consumption of other resources, including water, paper and other consumables.

Waste

NLS will promote waste minimisation within its own workplaces and encourage re-use or recycling.

Transport and travel

NLS will encourage the use of sustainable transport by its employees, users and suppliers. It will seek to minimise unnecessary or environmentally damaging movement of people and goods.

Supplier performance and purchasing

NLS will require its suppliers of goods and services to operate to high environmental performance standards and to environmental best practice. NLS will specify the purchase of the least environmentally damaging materials.

Implementation

In each of the areas above, NLS will gather information on the baseline position, monitor performance and report annually to the Senior Management Team and to the Board of Trustees on an overview of progress and on the measures being taken to enhance sustainability. Consideration will be given to developing action plans and setting targets where appropriate.

¹ From *Choosing our Future*, Scottish Executive, 2006, and UK Shared Framework

Sustainable development, as one of the principles of Best Value, is a shared responsibility of all staff. The Director of Corporate Services has the lead responsibility for co-ordinating the implementation of the sustainable development policy, monitoring and reporting.



Declaração sobre a inclusão do acesso à Informação na Agenda pós-2015 das Nações Unidas



O acesso à informação é crucial para a agenda de desenvolvimento pós-2015

O acesso à informação é essencial para todos, inclusive para os que vivem em situação de pobreza. Com esse acesso, as pessoas se capacitam a:

- exercer seus direitos políticos e socioeconômicos
- ser economicamente ativas
- desenvolver novas habilidades
- cobrar responsabilidade de seus governos.

O acesso à informação é um pré-requisito dos programas de desenvolvimento em todos os setores e em todos os níveis. Para garantir o sucesso da agenda de desenvolvimento pós-2015, o processo deverá se concentrar em garantir que governos, sociedade civil, comunidades e indivíduos tenham direito às informações essenciais para solucionar problemas e tomar as decisões mais adequadas, bem como direito ao acesso efetivo a essas informações.

Acreditamos que:

O acesso à informação deva estar no cerne da agenda de desenvolvimento pós-2015

O governo, o setor privado, a sociedade civil e as instituições globais devem assumir o compromisso internacional de assegurar que todos **tenham acesso, compreendam e consigam usar e compartilhar as informações necessárias à promoção do desenvolvimento sustentável.**

O acesso à informação foi reconhecido pelo Painel de Alto Nível, pelo Secretário-Geral da ONU e por muitas outras partes interessadas como um componente essencial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse reconhecimento deve ser plenamente incorporado à agenda de desenvolvimento pós-2015.

Centrar a atenção sobre o direito à informação teria um impacto transformador. Tal ênfase iria:

- promover o desenvolvimento participativo, capacitando toda a população a exercer seus direitos e a lidar com seus próprios desafios em matéria de desenvolvimento
- fazer que todos os governos, independente de seu nível de desenvolvimento econômico, fossem mais responsáveis por cumprir os compromissos assumidos no âmbito da agenda de desenvolvimento pós-2015
- criar as condições para a promoção de avanços em termos de prestação de contas, de transparência, de boa governança, de participação e de empoderamento

Melhor qualidade e maior disponibilidade de informações resultariam em melhor alocação de recursos e em processos decisórios mais bem informados por parte de governos, da sociedade civil e do setor privado. O acesso à informação é fundamental:

- para uma compreensão total de quais serviços públicos chegam à população, sobretudo às pessoas que vivem em situação de pobreza.
- para que indivíduos e comunidades interajam com os governos a fim de aprimorar os serviços públicos
- para que as organizações da sociedade civil e o setor privado consigam realizar estudos e empreendimentos, investir de modo eficiente e melhorar os serviços públicos.

Intermediários da informação, tais como as organizações da sociedade civil, os meios de comunicação e as bibliotecas, poderiam ajudar os governos e as pessoas a se comunicarem, se organizarem, se estruturarem e compreenderem os dados que são cruciais ao desenvolvimento. Os intermediários poderiam para isso:

- fornecer informações sobre direitos e prerrogativas básicas, serviços públicos, meio ambiente, saúde, educação, oportunidades de trabalho e gastos públicos.
- identificar e concentrar atenção nas necessidades e problemas mais prementes de uma população
- utilizar a infraestrutura de TIC para acelerar a prestação de serviços e prover acesso às informações essenciais. Organizações da sociedade civil e bibliotecas poderiam usar a TIC para reduzir as diferenças entre as políticas nacionais e sua implementação regional, de modo a assegurar que o desenvolvimento chegue a todas as comunidades
- proporcionar espaços e fóruns públicos que possibilitem uma maior participação da sociedade civil e seu engajamento nos processos decisórios.

Declaração sobre a inclusão do acesso à Informação na Agenda pós-2015 das Nações Unidas

Os riscos de se ignorar a importância do acesso à informação

Se o acesso à informação ficar de fora da agenda pós-2015, existe o risco de que a agenda de desenvolvimento seja concebida de cima para baixo. Nesse caso, será dada ênfase a que os objetivos sejam cumpridos por meio de ações governamentais, ao invés de capacitar indivíduos e comunidades a que assumam o controle pela conquista de seu próprio desenvolvimento. Se o acesso à informação não for incluído no modelo pós-2015, há riscos de:

- Precarização dos processos decisórios. Supõe-se que as informações de que necessitamos para tomar as decisões de desenvolvimento apropriadas existem, que estão livremente disponíveis e que são fáceis de interpretar. Em muitos casos, porém, isso não se verifica. Informações secretas ou incompletas costumam resultar em decisões que não respondem às necessidades das comunidades.
- Desperdício de dinheiro e esforço. Não devemos desperdiçar a oportunidade de ampliar a capacidade e o treinamento que possibilitam analisar dados e transformá-los em informação, de modo que possam ser utilizados pela comunidade em geral. Estudos sobre as necessidades informativas de indivíduos e comunidades, inclusive dos que vivem em situação de pobreza, indicam que essas pessoas encontram dificuldades para localizar e usar as informações adequadas para se beneficiarem.
- Reinvenção da roda. Devemos evitar formular políticas de desenvolvimento que careçam de suporte às infraestruturas e aos intermediários de informação. Se apoiarmos e reforçarmos as infraestruturas existentes, tais como bibliotecas, poderemos assegurar a prestação de serviços relacionados à informação aos que mais precisam deles.

Como mensurar os avanços?

Para o período pós-2015, sugerimos que se considere a adoção de novos mecanismos para a coleta de dados de indicadores, inclusive coleta de dados interativa usando tecnologias móveis e a internet. Também incentivamos enfaticamente a adoção de padrões abertos que permitam a comparação e a interoperabilidade das informações entre comunidades e organismos. As organizações da sociedade civil deveriam se envolver ativamente no processo. Sugerimos os seguintes parâmetros para mensurar avanços, baseados nos atuais parâmetros usados pela ONU e por outros órgãos internacionais:

Empoderar cidadãos e governos por meio da informação

Ampliar o acesso Tornar a informação acessível e oportuna	Garantir o direito do público às informações e aos dados governamentais
	a) Legislação sobre direito à informação baseada nas normas internacionais adotadas e implementadas b) Política Nacional de Dados Abertos comprometida com a publicação de dados em formato comum, aberto e legível por máquina
Aprimorar o uso Desenvolver e possibilitar ambientes de participação pública e engajamento civil	Aumentar a transparência do orçamento público e garantir o acesso aberto
	a) Índice do Orçamento Aberto b) Documentos e dados relativos ao orçamento governamental disponíveis ao público de modo oportuno c) Mandato de Acesso Aberto Nacional implementado em instituições de financiamento, pesquisa e educação
	Melhorar as habilidades e a alfabetização digital dos cidadãos
	a) Trabalho da UNESCO sobre mídia e indicadores de alfabetização digital b) Indicadores de TIC da CMSI (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação) Meta 7 c) Indicadores de TIC da CMSI (Metas 1, 6, 8, 10) sobre o acesso público às TIC
	Aumentar a participação pública e o envolvimento dos cidadãos, bem como demonstrar comprometimento com o Governo Aberto
	a) Associação à Parceria para Governo Aberto, planos de ação, inclusive com processos e revisões multissetoriais b) Índice de Ambiente Favorável à Sociedade Civil da CIVICUS c) Índice de participação eletrônica (UNPAN - Rede Pública de Administração das Nações Unidas)

Para obter mais informações

Para mais informações sobre as idéias discutidas neste artigo, entre em contato Paula Martins, ARTIGO 19 paula@article19.org; Ari Katz, Beyond Access, akatz@irex.org; Jeffery Huffines, Civicus, jeffery.huffines@civicus.org; Andrew Palmer, Development Initiatives, andrew.palmer@devinit.org; Stuart Hamilton, International Federation of Library Associations and Institutions, Stuart.Hamilton@ifla.org.

Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável (IFLA 2002)



United Nations

World Summit on Sustainable Development

Johannesburg, South Africa

26 August to 4 September 2002

Statement on Libraries and Sustainable Development

Background Paper No. 8

Submitted by the
International Federation of Library Associations and Institutions

Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável (IFLA 2002)

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA)

Statement on Libraries and Sustainable Development

Meeting in Glasgow on the occasion of the 75th anniversary of its formation, the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)

- Declares that all human beings have the fundamental right to an environment adequate for their health and well-being.
- Acknowledges the importance of a commitment to sustainable development to meet the needs of the present without compromising the ability of the future¹.
- Asserts that library and information services promote sustainable development by ensuring freedom of access to information.

IFLA further affirms that:

- The international library and information community forms a network that connects developing and developed countries, supports the development of library and information services worldwide, and ensures these services respect equity, the general quality of life for all people and the natural environment.
- Library and information professionals acknowledge the importance of education in various forms for all. Library and information services act as gateways to knowledge and culture. They provide access to information, ideas and works of imagination in various formats, supporting personal development of all age groups and active participation in society and decision-making processes.
- Library and information services provide essential support for lifelong learning, independent decision-making and cultural development for all. Through their vast collections and variety of media, they offer guidance and learning opportunities. Library and information services help people improve educational and social skills, indispensable in an information society and for sustained participation in democracy. Libraries further reading habits, information literacy and promote education, public awareness and training.
- Library and information services contribute to the development and maintenance of intellectual freedom and help safeguard basic democratic values and universal civil rights. They respect the identity, independent choice, decision-making and privacy of their users without discrimination.
- To this end, library and information services acquire, preserve and make available to all users without discrimination the widest variety of materials, reflecting the plurality and cultural diversity of society and the richness of our environments.

¹ The World Commission on Environment and Development (Brundtland Commission). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável (IFLA 2002)

- Library and information services are helping to tackle information inequality demonstrated in the growing information gap and the digital divide. Through their network of services, information on research and innovation is made available to advance sustainable development and the welfare of peoples worldwide.

IFLA therefore calls upon library and information services and their staff to uphold and promote the principles of sustainable development.

This Declaration was approved by the Governing Board of IFLA meeting on 24 August 2002 in Glasgow, Scotland, United Kingdom.

International Federation of Library Associations and Institutions
P O Box 95312
2509 CH
THE HAGUE
Netherlands

Telephone: +31 70 3140884
Fax: +31 70 3834827
Email: ifla@ifla.org
Website: www.ifla.org

Declaração de Lyon (IFLA 2014)

Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento

A Declaração de Lyon de agosto 2014 foi escrita em inglês. O texto da versão em Inglês prevalecerá.

As Nações Unidas estão negociando uma nova agenda de desenvolvimento para dar seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A agenda orientará a todos os países sobre as abordagens para melhorar a vida das pessoas, e apresenta um novo conjunto de metas a serem alcançadas durante o período de 2016-2030.

Nós, abaixo assinados, acreditamos que o aumento do acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, amparada pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação (TICs), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a qualidade de vida das pessoas.

Portanto, exortamos os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas para estabelecer um compromisso internacional para uso da agenda de desenvolvimento pós-2015 para garantir que todos tenham acesso a ela, e sejam capazes de compreender, usar e compartilhar as informações que são necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e as sociedades democráticas.

Princípios

O desenvolvimento sustentável visa garantir a longo prazo a prosperidade socioeconômica e o bem-estar das pessoas em todos os lugares. A capacidade dos governos, parlamentares, autoridades locais, comunidades locais, sociedade civil, setor privado e os indivíduos a tomar decisões com base em informações essenciais para alcançar essa meta.

Neste contexto, o direito à informação seria transformacional. O acesso à informação apoia o desenvolvimento, capacitação das pessoas, especialmente dos marginalizados e os que vivem em situação de pobreza, para:

- exercer os seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
- Ser economicamente ativos, produtivos e inovadores.
- Aprender e aplicar novas habilidades.
- Enriquecer sua identidade e expressões culturais.
- Tomar parte na tomada de decisões e participar de uma sociedade civil ativa e engajada.
- Criar soluções baseadas na comunidade para os desafios de desenvolvimento.
- Assegurar a prestação de contas, transparência, boa governança, participação e empoderamento.
- Medir o progresso dos compromissos públicos e privados de desenvolvimento sustentável.

Declaração

De acordo com os resultados do Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, as consultas pós-2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e das áreas de interesse do Grupo de Trabalho Aberto, que identificaram o papel crucial do acesso à informação no apoio ao desenvolvimento, nós, abaixo assinados, reconhecemos que:

Declaração de Lyon (IFLA 2014)

1. A pobreza é multidimensional, e o progresso na erradicação da pobreza está vinculado ao desenvolvimento sustentável em diversas áreas.
2. O desenvolvimento sustentável deve ocorrer em uma estrutura baseada em direitos humanos, em que:
 - a) A desigualdade seja reduzida mediante a capacitação, educação e inclusão de grupos marginalizados, incluindo mulheres, povos indígenas, minorias, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens.
 - b) A igualdade de gênero, em conjunto com o engajamento social, econômico e político, pode ser significativamente aumentada pela capacitação das mulheres e meninas por meio do acesso equitativo à educação.
 - c) a dignidade e a autonomia podem ser fortalecidas pela garantia do acesso ao emprego e trabalho digno para todos.
 - d) O acesso equitativo à informação, liberdade de expressão, liberdade de associação e de reunião e à privacidade, são promovidos, protegidos e respeitados como sendo fundamentais para a independência do indivíduo.
 - e) A participação pública de todos é assegurada para permitir que se apropriem das mudanças necessárias para melhorar a qualidade de suas vidas.
3. O aumento ao acesso à informação e ao conhecimento, respaldada pela alfabetização universal é um pilar essencial do desenvolvimento sustentável. Uma maior disponibilidade de informação e dados de qualidade, e o envolvimento das comunidades na sua criação, proporcionarão alocação de recursos mais ampla e transparente.
4. Intermediários da informação, como bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação têm as habilidades e recursos para ajudar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e compreender os dados que são fundamentais para o desenvolvimento. Eles podem fazer isso:
 - a) Fornecendo informações sobre os direitos básicos, serviços públicos, meio ambiente, saúde, educação, oportunidades de trabalho e despesa pública que apoie às comunidades locais e pessoas para orientar o seu próprio desenvolvimento.
 - b) Identificando e focando a atenção nas necessidades e problemas relevantes e urgentes entre a população.
 - c) Conectando os interessados para além das barreiras regionais, culturais e outras para facilitar a comunicação e o intercâmbio de soluções de desenvolvimento que possam promover um maior impacto.
 - d) Preservando e garantindo o acesso permanente ao patrimônio cultural, aos registros governamentais e às informações, por meio da gestão das bibliotecas e arquivos nacionais e outras instituições de patrimônio público.
 - e) Proporcionando fóruns e espaços públicos para uma maior participação da sociedade civil e o envolvimento na tomada de decisões.
 - f) Oferecendo treinamento e desenvolvendo habilidades para ajudar as pessoas a acessar e compreender as informações e os serviços mais úteis para elas.
- 5 A melhoria da infraestrutura de TICs pode ser usada para ampliar as comunicações, acelerar a entrega de serviços e fornecer acesso a informações cruciais, particularmente em comunidades

Declaração de Lyon (IFLA 2014)

remotas. Bibliotecas e outros intermediários da informação podem utilizar as TICs para reduzir a lacuna entre a política nacional e a implementação local para assegurar que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todas as comunidades.

6 Nós, abaixo assinados, portanto, convidamos os Estados-Membros das Nações Unidas a reconhecer que o acesso à informação e as habilidades para seu uso de forma eficaz, são necessárias para o desenvolvimento sustentável e assegurar que esta é reconhecida na agenda de desenvolvimento pós-2015:

- a) Reconhecendo o direito do público ao acesso à informação e dados, respeitando o direito à privacidade individual.
- b) Admitindo o importante papel das autoridades locais, intermediários da informação e infraestrutura, tais como as TICs e uma Internet aberta como meio de implementação.
- c) Adotando políticas, normas e legislação para assegurar o financiamento contínuo, a integridade, a preservação e difusão da informação por parte dos governos, e do acesso pelas pessoas.
- d) Desenvolvendo metas e indicadores que permitam medir o impacto do acesso à informação e dados e relatem o progresso das metas durante cada ano em um relatório de Desenvolvimento e Acesso à Informação (DA2I).

Instruções para Assinaturas

Os interessados que compartilham da visão expressa na Declaração do Lyon sobre o acesso à informação e o desenvolvimento são, portanto, convidados a unir-se aos signatários que já assinaram a Declaração.

Contato

Dr. Stuart Hamilton
Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)
PO BOX 95312
Haia
Holanda
Email: Stuart.Hamilton@ifla.org ou IFLA.HQ@ifla.org

Resolution on the importance of sustainable libraries
(Associação de Bibliotecas do Estado de Nova Iorque – EUA 2014)

New York Library Association

Page 1 of 1

Resolution on the Importance of Sustainable Libraries

Whereas, libraries are essential to the communities they serve; and

Whereas, library leaders have a mandate to ensure future access to economical library services; and

Whereas, libraries that demonstrate good stewardship of the resources entrusted to them can build their base of support in their communities which leads to sustainable funding; and

Whereas, the scientific community has clearly communicated that current trends in climate change are of great concern to all; and

Whereas, the people who work in our libraries and access services in our facilities deserve a healthy environment in which to do so; and

Whereas, libraries who demonstrate leadership in making sustainable decisions that help to positively address climate change, respect natural resources and create healthy indoor and outdoor environments will stabilize and reduce their long-term energy costs, increase the support for the library in their community; and reveal new sources of funding; therefore be it

Resolved, that the New York Library Association, on behalf of its members, recognizes the important role libraries can play in larger community conversations about resiliency, climate change, and a sustainable future; and be it further

Resolved, that the New York Library Association enthusiastically encourages activities by its membership – and itself - to be proactive in their application of sustainable thinking in the areas of their facilities, operations, policy, technology, programming and partnerships.

Drafted for consideration by
Rebekkah Smith Aldrich, NYLA Councilor-at-Large
Coordinator for Library Sustainability
Mid-Hudson Library System
103 Market Street, Poughkeepsie, NY 12601

Adopted by NYLA Council, February 6, 2014

Declaração sobre a inclusão da Cultura como um objetivo para o Desenvolvimento Sustentável

THE FUTURE WE
WANT INCLUDES
CULTURE

1 May 2014
www.culture2015goal.net
#culture2015goal

DECLARATION ON THE INCLUSION OF CULTURE IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

We, the undersigned organisations active in the field of culture and development:

Understanding the concept of development to comprise

- a.** human development: the pursuit of the full potential of citizens with physical, emotional, spiritual, intellectual, psychological and cultural dimensions
- b.** social development: the building and sustaining of structures, policies and strategies that facilitate and enhance the pursuit of human development, social cohesion and participatory governance
- c.** economic development: the creation of wealth and generation of economic resources that can help drive human and social development

Convinced of the unsustainability of

- a.** human development without fundamental rights and freedoms and respect for cultural diversity
- b.** social development without social justice
- c.** economic development that exacerbates inequality and depletes natural resources

Observing that

the cultural dimensions of development are too often ignored to the detriment of the achievement of sustainable development – human, social and economic

Recognizing that

- a.** culture – understood as an ensemble of values, traditions, tangible and intangible heritage, religious beliefs, worldviews and the expressions of culture in ways of living – can facilitate the achievement of development goals
- b.** development – premised on values, worldviews, ideological beliefs, vision etc – is itself an act of culture that impacts, benevolently or adversely, on the culture of its intended beneficiaries
- c.** conflicts rooted in economic and power disparities may be fueled by the exploitation of cultural differences, with such conflicts impacting negatively on development through the destruction of infrastructure, social cohesion and human life and the flight of people with expertise

Believing that

- a.** strong cultural organizations and participation can play a key role in preventing conflict by promoting dialogue and a diversity of cultural expressions
- b.** development means participation in the cultural life of the community and access to the arts as fundamental human rights asserted in the Universal Declaration on Human Rights
- c.** as the fourth dimension of sustainable development, culture is as essential as the economic, social and environmental dimensions; and therefore, the safeguarding of heritage, diversity, creativity and the transmission of knowledge are integral to sustainable development
- d.** human development thrives on creativity, creative expression, the arts and cultural heritage as means of emotional and psychological catharsis, intellectual stimulation and the exploration, celebration and transformation of the human condition within given circumstances
- e.** social development requires creativity, a diversity of creative expressions, the arts and cultural

Declaração sobre a inclusão da Cultura como um objetivo para o Desenvolvimento Sustentável

heritage as means of education, social cohesion, intercultural dialogue and the building of national identity

■ economic development will benefit from capacity building and investment in all aspects of the value chain of the arts, creative industries, and tangible and intangible cultural heritage, by in turn creating jobs and generating income

Recalling

the many United Nations resolutions, international declarations and instruments on culture and sustainable development, as well as the substantial evidence, gathered during the last two decades, of the positive role of culture in development.

CONVINCED THAT CULTURE IS BOTH A DRIVER AND ENABLER OF DEVELOPMENT AND SHOULD THEREFORE BE INTEGRAL TO POST-2015 Sustainable Development Goals based on

- ┆ A vision of the future anchored in human rights and universally accepted values and principles, including those embodied in the UN Charter, the Universal Declaration of Human Rights, UNESCO's Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, and the Millennium Declaration;
- ┆ A focus on issues with the greatest impact on sustainable development and a set of concise goals and targets aimed at realizing the priorities of the agenda;
- ┆ A global partnership for development to mobilize implementation and a participatory monitoring framework for tracking progress and mutual accountability mechanisms for all stakeholders.

THEREFORE

Call on governments and policymakers defining the post-2015 UN Development Agenda to ensure that targets and indicators on culture be included as part of the Sustainable Development Goals, in particular (but not limited to) those related to

- ┆ Poverty eradication
- ┆ Education
- ┆ Sustainable cities and human settlements
- ┆ Peaceful and non-violent societies
- ┆ Equality
- ┆ Ecosystems and biodiversity
- ┆ Economic growth

and

Commit to work together and with international, regional, national and local partners to achieve development policies and strategies that recognize and integrate effectively with the cultural dimensions of development.

Declaração sobre a inclusão da Cultura como um objetivo para o Desenvolvimento Sustentável**INTERNATIONAL NETWORKS PROMOTING THE CAMPAIGN TO INCLUDE CULTURE IN THE Sustainable Development Goals**

- | IFACCA – International Federation of Arts Councils and Culture Agencies
- | Agenda 21 for culture – UCLG's Committee on Culture
- | IFCCD – International Federation of Coalitions for Cultural Diversity
- | Culture Action Europe
- | Arterial Network
- | IMC – International Music Council
- | ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

TO SUPPORT THIS CAMPAIGN PLEASE URGENTLY:

- a. Visit www.culture2015goal.net and sign this Declaration either as an organisation or as an individual
- b. Send this Declaration, or your own message, to your country's representative at the United Nations (this will probably be via the Minister or Department for Foreign Affairs). See the list of Permanent Delegates here <http://www.un.int/protocol/documents/HeadsofMissions.pdf>
- c. Circulate this Declaration to your networks and spread the word.

Why is this important?

Global expenditure on development over the next 15 years will be defined by the final goal document to be agreed by UN Member States in coming months. If culture is not mentioned, it will be extremely difficult for countries to elaborate policies and provide funds for projects that rely on culture's role as a driver and an enabler of sustainable development.

Why is this urgent?

The UN's Open Working Group (OWG) on Sustainable Development Goals (SDGs) <http://sustainabledevelopment.un.org/owg.html> holds working sessions to draft list of goals, targets and indicators. Culture is almost absent. The OWG's draft of the SDGs will be finalized in July 2014.

Please act now and help raise awareness of the UN's Member States of culture's VITAL CONTRIBUTION TO sustainable development.

Contact: info@culture2015goal.net

